



PERSPECTIVAS

Journal of Political Science

PPS

#23

Dezembro | December 2020

Hugo Fernandez

A Caixa de Pandora: Discussão do processo eleitoral no primeiro liberalismo português

pp. 9 - 21

Damião Ginga

A importância da governação integrada do oceano para uma economia azul em Angola

pp. 22 - 35

Ecaterina Crihan

A passagem do Nordeste, a política externa Russa para o Ártico durante o terceiro mandato de Vladimir Putin (2012–2018)

pp. 36 - 49

Aluko Opeyemi Idowu

Social protests and government responsiveness in Nigeria: a study on Bring Back Our Girls Movement

pp. 50 - 61

PERSPECTIVAS

Journal of Political Science

#23

Dezembro | December 2020

Publisher:	Centro de Investigação em Ciência Política
Affiliation:	University of Minho University of Évora
Year:	2020
Online ISSN:	2184-3902
Journal's Director:	Joaquim Filipe Ferraz Esteves Araújo
URL:	http://www.perspectivasjournal.com
Email:	info@perspectivasjournal.com
Headquarters:	Centro de Investigação em Ciência Política University of Minho 4710-057 Braga, Portugal
Annotation:	ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social
Funding Entity:	Fundação para a Ciência e Tecnologia
Project ID:	UIDB/00758/2020

Perspectivas - Journal of Political Science

Editorial Team

Editor-in-chief:	Joaquim Filipe Araújo	U.Minho, Portugal
Editors:	Irene Viparelli	U.Évora, Portugal
	José Palmeira	U.Minho, Portugal
	Miguel Rocha de Sousa	U.Évora, Portugal
Editorial Assistant:	Sílvia Gonçalves	U.Minho, Portugal

Editorial Board

Alena Vieira	U.Minho, Portugal
Ana Paula Brandão	U.Minho, Portugal
Annette Bongardt	LSE, UK
António Raimundo	ISCTE, Portugal
Delfina Gomes	U.Minho, Portugal
Hélder Fonseca	U.Évora, Portugal
Hugo Matos Fernandez	U.Évora, Portugal
Isabel Camisão	U.Coimbra, Portugal
Isabel Estrada Carvalhais	U.Minho, Portugal
João Tiago Lima	U.Évora, Portugal
Laura Ferreira-Pereira	U.Minho, Portugal
Lúcio Rocha de Sousa	U.Évora, Portugal
Manuel Branco	U.Évora, Portugal
Marco António Martins	U.Évora, Portugal
Maria de Deus Manso	U.Évora, Portugal
Maria de Fátima Oliveira	U.Évora, Portugal
Miguel Ângelo Rodrigues	U.Minho, Portugal
Nuno Salter Cid	U.Évora, Portugal
Patrícia Moura e Sá	U.Coimbra, Portugal
Paulo Guimarães	U.Évora, Portugal
Pedro Camões	U.Minho, Portugal
Sandra Fernandes	U.Minho, Portugal
Sandrina Antunes	U.Minho, Portugal
Silvério Rocha e Cunha	U.Évora
Sílvia Mendes Camões	U.Minho, Portugal
Sónia Nogueira	IPB, Portugal
Susana Margarida Jorge	U.Coimbra, Portugal

Advisory Board

André Freire	ISCTE-IUL, Portugal
António Tavares	U.Minho, Portugal
Catherine Wihtol de Wenden	Sciences Po, France
Daniel Scheller	U.Texas El Paso, USA
Enrique Varela Alvarez	U. de Vigo
Francisco Bernardino da Silva	U.City University of Macau, China
Jan Klíma	U.Hradec Králové, Czech Republic
Jered Carr	U. Illinois, USA
John A. Groom	U.Kent, UK
José Eduardo Faria	U.São Paulo, Brasil
José Esteves Pereira	U.Nova de Lisboa, Portugal
Luís Andrade	U.Açores, Portugal
Luís Filipe Lobo-Fernandes	U.Minho, Portugal
Michael Baum	U.Massachusetts, USA
Rafael García Pérez	U.Santiago de Compostela, Spain
Richard Gunther	Ohio State University, USA
Robin Cohen	U.Oxford, UK

Head Office

Centro de Investigação em Ciência Política
Escola de Economia e Gestão
Universidade do Minho, Pólo de Gualtar
4710-057 Braga, Portugal

Indexation



CONTENTS

Research Papers

A Caixa de Pandora: Discussão do processo eleitoral no primeiro liberalismo português

Pandora's box: Electoral debate in the first portuguese liberalism

Hugo Fernandez, University of Évora

pages 9-21

A importância da governação integrada do oceano para uma economia azul em Angola

The importance of integrated ocean governance for a blue economy in Angola

Damião Ginga, Diplomatic Academy Venâncio de Moura

pages 22-35

A Passagem do Nordeste, a política externa Russa para o Ártico durante o terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin (2012-2018)

The Northeast passage, Russian foreign policy for the Arctic during Vladimir Putin's third presidential term (2012-2018)

Ecaterina Crihan, University of Lisbon

pages 36-49

Social Protests and government responsiveness in Nigeria: a study on Bring Back Our Girls Movement

Protestos sociais e responsabilidade do governo na Nigéria: um estudo sobre o Movimento "Bring Back Our Girls"

Aluko Opeyemi Idowu, Ajayi Crowther University

pages 50-61

Editorial

Editor-in-Chief

Joaquim Filipe Araújo

Editors

Irene Viparelli

José Palmeira

Miguel Rocha de Sousa

O volume 23 da *Perspectivas Journal of Political Science*, do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), prossegue a sua trajectória de publicação com um conjunto de artigos científicos que contribuem para a análise e discussão de temáticas atuais e relevantes das principais áreas da revista.

O primeiro artigo de Hugo Fernandez faz uma reflexão sobre o processo eleitoral no primeiro liberalismo português, em tributo às comemorações do bicentenário do período liberal. Trata-se da análise de um período histórico particularmente complexo, por causa do sistema social e político que se pretendia implementar na altura, principalmente na relação entre liberalismo e democracia. O autor analisa a questão eleitoral que adquiriu uma importância decisiva no sistema que estava a ser implementado, nomeadamente a distinção entre o que os juristas oitocentistas designavam por "soberania do povo" e "soberania da razão". O autor conclui que há duzentos anos, se abriu uma autêntica "caixa de Pandora" que adveio da complexidade das questões que o fenómeno eleitoral sempre suscitou e que persiste em desafiar a nossa compreensão.

No segundo artigo o autor Damião Ginga aborda um tema de grande atualidade ligada à denominada economia azul. Partindo do estudo do caso Angolano, o autor defende uma nova abordagem à governança dos assuntos do mar,

sustentando a importância de uma abordagem integrada destes assuntos no caso angolano. A análise centra-se na discussão da gestão e exploração integrada e tridimensional dos assuntos do mar, onde a edificação de uma Economia azul, em cluster, poderá representar o núcleo duro de uma governação integrada dos espaços marítimos e sobre os recursos do oceano. O autor conclui sobre a importância da criação de instrumentos que reúnam recursos que permitam aproveitar o grande potencial dos espaços marítimos angolanos.

O efeito das alterações climáticas sobre a região do Ártico despertou nos Estados costeiros um interesse acrescido pelo potencial desta região não só em termos dos relevantes e ricos recursos naturais que possui, mas também pela sua posição geoestratégica: "O Ártico é hoje um assunto de interesse global" (Balão 2012, 169). A autora Ecatarina Crihan faz uma análise do interesse estratégico que Estados costeiros pretendem no assegurar no Ártico, através de fronteiras nacionais e do benefício dos efeitos das alterações climáticas. Nesta corrida, destaca-se o protagonismo da Rússia de Vladimir Putin. A Rússia que tem a maior frota de quebra-gelos e é beneficiada pela natureza com os recursos naturais do Ártico, procura estender a plataforma continental, e nacionalizar a Northern Sea Route NSR, acreditando em poder competir com o Canal do Suez. O Ártico é considerado

como um lugar de cooperação, apesar da militarização da região e os exercícios militares realizados pela NATO e a Rússia. Com este artigo a autora identifica e discute as principais medidas definidas em sede de política externa russa para o Ártico, durante o terceiro mandato presidencial de Putin, no qual se observa seis anos seguidos de progresso russo no Ártico.

O último artigo de Aluko Opeyemi Idowu Roy faz uma análise do movimento social que emergiu na Nigéria, denominado Bring Back Our Girls-BBOG, em resultado dos sequestros perpetrados a jovens nigerianas por um grupo terrorista islâmico. O autor parte da análise dos movimentos sociopolíticos existentes em vários países para argumentar que estes são ferramentas para expressar a natureza democrática de uma determinada sociedade e também uma ferramenta de contestação contra os governos não democráticos. O artigo analisa as ações e reações do movimento e indaga até que ponto o movimento foi capaz de obter a responsabilização do governo para tentar a recuperação das jovens sequestradas em Chibok. O autor conclui que o crescimento democrático e o desenvolvimento são sustentados sempre que os cidadãos se conseguem aproximar do governo por meio de movimentos sociais e da contestação pacífica.

The editorial team.



Joaquim Filipe Ferraz Esteves Araújo is the Editor-in-Chief of *Perspectivas, Journal of Political Science*. He is a Full Professor of Public Administration at the School of Economics and Management of University of Minho, Portugal. He is an integrated member of the Research Center in Political Science (CICP). He has a Ph.D. in Public Administration by the University of Exeter, United

Kingdom. His research focuses on Public Management at central and local level, working within the intersection of the literature of administrative sciences, public management and organizational studies. His current research projects in this area examine how recent crisis is influencing public service delivery. In addition, he has an ongoing interest on open government and transparency with a focus at local government.



Irene Viparelli is an Editor of *Perspectivas, Journal of Political Science*. She has a Ph.D. in Ethics and Political and Legal Philosophy from the University of Salerno and is a Specialist in Political Theory, Political Science and Political Philosophy. Between 2010 and 2017 she has developed a post-doctoral project in Political Science, founded by FCT. Presently she is an assistant professor at University of Évora, an integrated member of the Research Center in Political Science (CICP) and a collaborator of Labcom/IFP of University of Beira Interior.



José Palmeira is an Editor of *Perspectivas, Journal of Political Science*. He is an Assistant Professor at the University of Minho, with Ph.D in Political Science and International Relations and is an integrated member of the Research Center in Political Science. The main focus of his research is in the field of Comparative Politics, with application in the areas of Political Science (political systems) and International Relations (political actors), having as main analytical tool Geopolitics and Strategy and as study areas the Atlantic and the Lusophone space. He is member of the direction of the European Studies Section of the Portuguese Association of Political Science.



Miguel Rocha de Sousa is an Editor of *Perspectivas, Journal of Political Science*. He has a Ph.D. in Economics from the University of Évora, Portugal and a BSc and MSc in Economics from Nova School of Business and Economics, Lisbon, Portugal. Presently he is an assistant professor and department head of Economics at Évora (tenured), after having also taught at Nova, and having been a visiting professor at University of Dili, East Timor, and Methodist University, Luanda, Angola. He is an integrated researcher at the Research Center in Political Science (CICP) and a collaborator of the Center for Advanced Studies in Management and Economics of the University of Évora. His areas of specialization are political economy, economic growth and development, land reform, international organizations, with both a theoretical and applied focus on Europe and Latin America, and has also done some work on econophysics and mathematical methods in economics. He is an associate of SEDES, AEA-American Economic Association, IPSA-International Political Science Association and its RC35 of Tech and Development, and also of SASE, Society for Advancement of Socio-Economics.

A Caixa de Pandora: Discussão do processo eleitoral no primeiro liberalismo português

Pandora's box: Electoral debate in the first portuguese liberalism

Hugo Fernandez,
University of Évora, Portugal

Resumo—A implantação do liberalismo em Portugal e a consagração do princípio da soberania nacional através dos mecanismos da representação política fizeram da questão eleitoral uma matéria de enorme relevo. Não admira, por isso, a extensão e o detalhe com que as questões ligadas ao processo eleitoral são debatidas no parlamento vintista aquando da elaboração da nossa primeira Constituição (1822). Num momento em que se comemora o bicentenário do nosso primeiro período liberal (1820-1823), a matéria eleitoral reflete não só as incidências de uma conjuntura histórica problemática, como a essência do sistema social e político que se queria estabelecer, nomeadamente na construção da relação complexa entre liberalismo e democracia.

Palavras-Chave—Liberalismo, Soberania nacional, Cidadania, Eleições, Modalidades e tipos de escrutínio.

Abstract—The implantation of liberalism in Portugal and the consecration of national sovereignty principle through the mechanisms of political representation have made of the electoral question a matter of huge relevance. No wonder the extension and detail in which the issues connected with the electoral process were debated in the vintista parliament when our first Constitution (1822) was being elaborated. In a time in which is celebrated the bicentennial anniversary of our first liberal period (1820-1823), electoral matter reflects not only the occurrences of a problematic history conjuncture, but the essence of the social and political system that where to be established, namely upon the complex relation between liberalism and democracy.

Keywords—Liberalism, National sovereignty, Citizenship, Elections, Polling modalities and types.

Submitted—25-05-2020. **Accepted**—22-11-2020.



*"Le grand mystère des sociétés modernes, cest le
gouvernement des esprits."*
François Guizot

*"Em qualquer caso em que seja provável alguma tentativa
para introduzir o governo representativo, os maiores
obstáculos a tomar serão a indiferença para com ele e a
incapacidade de lhe entenderem os processos e os
requisitos, mais do que uma oposição real."*

John Stuart Mill

- **Hugo Fernandez**, researcher of the Research Center in Political Science (CICP) at the University of Évora.
E-mail: hugocmfernandez@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21814/perspectivas.3115>

1 Introdução

FOI no contexto da efêmera experiência vintista (1820-1823) que tiveram expressão pioneira muitas das perplexidades e aporias que presidirão à construção da ordem liberal em Portugal. A consagração do paradigma igualitário, assente no pressuposto da igual consideração dos cidadãos perante a lei, vai constituir o cerne da normatividade liberal e a matriz do nosso primeiro texto constitucional. Esta nova condição cívica cedo implicará o princípio da soberania nacional enquanto fundamento da legitimação do poder político. Será no debate parlamentar preparatório da elaboração do nossa primeira Constituição (1822), ocorrido nas *Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa* de 26 de janeiro de 1821 a 4 de novembro de 1822 verdadeira sede do poder vigente e espaço privilegiado de elaboração do estatuto da cidadania que surpreenderemos as principais posições ideológicas que conformarão todo o pensamento político português da primeira metade do século XIX e constituirão o primeiro passo na construção da modernidade política no nosso país.

A implantação do liberalismo e a consagração do princípio da soberania nacional através dos mecanismos da representação política fizeram da questão eleitoral uma matéria de enorme relevo. Não admira, por isso, a extensão e o detalhe com que as questões ligadas ao processo eleitoral são então tratadas. Desde logo se percebeu que os projetos eleitorais apresentados eram de um enorme arrojo político, advogando o princípio do sufrágio universal pelo menos como era entendido na época¹ - que ficou consagrado no artigo 32º da Constituição. Tal postulado acabou por constituir uma marca característica do primeiro

1. Para além da enorme exceção da população feminina e de certos grupos socialmente dependentes ou a quem não se reconhecia a idoneidade moral capaz do exercício da cidadania (condenados a prisão ou degredo, vadios, pessoal doméstico, filhos-família, clero regular) limitações definidas nos artigos 33º, 34º e 35º do texto constitucional (cf. *Constituição* 1999, 16-18) e que foram objeto de amplo debate parlamentar apenas a maioridade de 25 anos (ou 20 para os casados emancipados, oficiais militares, bacharéis e os clérigos de ordens sacras) e a residência no respetivo concelho constituíam critérios de capacitação eleitoral. Os dois processos eleitorais levados a efeito nesta época respetivamente em dezembro de 1820 e agosto de 1822 aproximaram-se, ainda que com evidentes limitações, do ideal do sufrágio universal. Sobre a extensão do direito de voto neste contexto, cf. Fernandez, 2018.

texto constitucional português, indo bem mais longe do que acontecia em Inglaterra, França ou mesmo em Espanha. Ao contrário do que se passou nestes países e, de resto, na generalidade dos liberalismos europeus, o regime censitário ou apenas capacitário não foi em Portugal o primeiro modelo a ser considerado. Num momento em que se comemora o bicentenário do nosso primeiro período liberal, a matéria eleitoral reflete não só as incidências de uma conjuntura histórica particularmente problemática, como a essência do sistema social e político que se queria implantar em Portugal, nomeadamente na relação complexa entre liberalismo e democracia.

2 A importância dos modelos eleitorais

Estabelecido o âmbito bastante alargado das eleições e sendo o sufrágio universal entendido como expressão da soberania nacional, símbolo da inclusão cidadã e corolário da "sociedade de iguais" liberal, a questão eleitoral estava longe de estar concluída. As condições da realização dos sufrágios constituíram tema de profunda discussão entre os deputados constituintes, sendo objeto de numerosa produção legislativa. Porque, como disse Borges Carneiro, "o haver maus ou bons Deputados no Congresso, depende do método das eleições: motivo este mui ponderoso para não dever deixar-se tão grave matéria a um regulamento particular e por assim dizer ao capricho dos legisladores, ou ao jogo das paixões: pelo contrário deve ser esta uma grande base da Constituição."²Havia a consciência de que a escolha da modalidade e tipo de eleições constituía um indicador claro do estatuto de cidadania que se pretendia instituir.

2. DCC 10/maio/22, VIII, 131 (para mais fácil localização, as citações relativas ao *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa* [doravante designado *Diário das Cortes Constituintes* DCC] onde se contém a discussão do projeto constitucional e o debate parlamentar sobre a questão eleitoral, serão referenciadas com a data da respetiva sessão, o volume e a página a que dizem respeito). Pedro Tavares de Almeida não deixa, igualmente, de enfatizar "a importância decisiva então atribuída aos dispositivos eleitorais, seja genericamente pelos seus potenciais efeitos estruturantes na dinâmica da vida pública, seja de modo mais pragmático como eficazes instrumentos de engenharia política nas lutas pelo poder." (Almeida 1998, IX).

Tratava-se, para além da capacidade de produzir uma representação política adequada, de assegurar os equilíbrios de poder necessários à implantação da ordem liberal, enfrentando simultaneamente os princípios hierárquicos da dominação social e as aspirações democráticas de uma população doravante erigida em agente da soberania. A questão que então se punha radicava na necessidade de harmonizar o sufrágio universal e o conseqüente alargamento da cidadania desiderato considerado indispensável à implantação do poder liberal com uma proclamada razão política que transcendesse a simples soma aritmética dos votos. No fundo, a recorrente oposição entre a major pars e a sanior pars, a quantidade e a qualidade, "o número e a razão"³.

Os modelos eleitorais e as formas de escrutínio revelaram-se de uma importância fundamental, ao pôr nos pratos da balança "a cidadania e a soberania" na feliz formulação de Pierre Rosanvallon (2002, 227)⁴. Este difícil equilíbrio corporizava o confronto entre os ditames de uma autoproclamada racionalidade política e os impulsos democráticos do alargamento do corpo eleitoral. Para o historiador francês, a "questão do número"(na expressão que utiliza), que constituiu problema central na discussão sobre o direito de voto na implantação do liberalismo em França mas que podemos facilmente generalizar a situações semelhantes noutros países estribava-se no seguinte dilema: "Comment faire intervenir des grandes masses dans la politique et comment, en retour, conjurer la menace de leur possible débordement?"⁵ O estabelecimento do princípio censitário parecia resolver a questão. Através do censo procurava-se garantir a "qualidade" social do voto. Como ironizava Sousa Lobo na Câmara

dos Deputados quando, em 1878, o direito de voto iria ser alargado aos "chefes de família"⁶ - "até dez tostões (curso legal) não há razão, não há inteligência, não há luz; de dez tostões para cima, há luz, há inteligência, há razão"(Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1878, 709).

Os doutrinários liberais vão fazer da apologia da "soberania da razão" o conceito essencial da sua filosofia política e, conseqüentemente, atribuir ao imperativo capacitário e, por associação sociológica, censitário a competência social que decorria da aptidão de agir, em termos públicos, de forma racional. O objetivo foi claramente expresso por François Guizot: "Le but de l'élection (...) est d'envoyer au centre de l'état les hommes les plus capables et les plus accrédités du pays (2003, 122), postulando, na sua *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*, de 1851, que "Le gouvernement représentatif (...) n'est donc pas le gouvernement de la majorité numérique pure et simple, c'est le gouvernement de la majorité des capables"(Guizot 1851, 111). Para os doutrinários, as eleições eram sobretudo processos de seleção da elite governante. A problemática em torno do sufrágio universal centrava-se no que aparentava ser a contradição entre a igualdade política e a racionalidade cívica, invocando-se a distância que havia entre o direito de participação e a capacidade de decisão política, aquilo que passa a ser de todos e aquilo que, supostamente, pertence apenas a alguns.

O que também se verificou, é que o alargamento do sufrágio não se traduziu automaticamente num aumento do poder de controlo dos governados sobre os governantes, nem tornou o sistema político mais permeável aos interesses da maioria da população, uma vez que o próprio sistema engendrou mecanismos de cooptação e de conservação. Frequentemente, ainda que houvesse pressões "de baixo" nesse sentido, foram as próprias forças conservadoras que promoveram o alar-

3. Título original da obra de Patrice Gueniffey (2001) sobre a problemática eleitoral durante a Revolução Francesa. A este propósito, é esclarecedora a posição de José Estevão em 1840 quando, ao contestar a implementação do censo e defender o alargamento do sufrágio, proclama, "A soberania popular é numérica!" (Mesquita 2006, 223).

4. E que foi preocupação manifesta de Condorcet ao publicar, logo em 1789, a brochura *Sur la forme des élections* no sentido da limitação do que considerou serem "erros e paixões do número" (*ibid.*).

5. Rosanvallon 2002, 241. No contexto da Revolução Francesa e, a bem dizer, de todos os processos revolucionários subsequentes "Le nombre, cest aussi pour les constituants la foule menaçante, incontrôlable et imprévisible, puissance mystérieuse surgie du fond de la société" (Rosanvallon 2002, 242).

6. Requisito social que servia os interesses do governo regenerador de Fontes Pereira de Melo no intuito de obter o apoio das populações rurais a fim de compensar a crescente influência republicana nos meios urbanos, da mesma forma que a sua limitação nas eleições de 1911, pela imposição do critério capacitário da alfabetização dos eleitores, procurava limitar essa mesma influência, considerada arcaizante e pouco esclarecida. Ao princípio da participação, através do voto universal, contrapunha-se o princípio da competência, pelo voto restrito (capacitário ou censitário).

gamento do sufrágio, cientes de que a sua enorme influência social lhes permitiria controlar, de formas mais ou menos legítimas e por meios mais ou menos confessáveis⁷, a vontade dos eleitores contra os elementos genuinamente democráticos e, pelo efeito de integração social que induzia, prevenir quaisquer iniciativas de caráter revolucionário (cf. Almeida 1991, 20). Tal preceito foi, de resto, exemplarmente enunciado por Gaetano Mosca, para quem "não são os eleitores que elege o deputado, mas é geralmente o deputado que se faz eleger a si mesmo pelos eleitores"(Almeida 1991, 21)⁸, denunciando a ratificação de escolhas prévias por via da função eleitoral na legitimação do poder constituído. As eleições cumpriam assim um papel essencial na manutenção da ordem liberal e nos equilíbrios de poder entre as elites governantes.

De facto, era praticamente impossível pensar-se em votar em alguém desconhecido ou que não fosse um notável local, já que se votava nas pessoas e não nas ideias. Votava-se, na obra feita, na retribuição dos pequenos favores, nas benfeitorias, segundo os liames do compadrio. O voto era entendido não só como um ato de reconhecimento, mas de agradecimento. As relações de dependência eram o fator decisivo. A própria evolução do significado das eleições comprova o percurso percorrido desde então. Inicialmente elegia-se quem tinha prestígio e riqueza. Era sobretudo a posição social que determinava a escolha. Só mais tarde, veremos as ideias e os interesses serem escrutinados. Doravante, escolhem-se intenções, projetos, maneiras de encarar a sociedade, não se sancionam estatutos sociais. Foi essa expressão política organizada que os partidos acabaram por trazer à democracia. No período histórico a que nos referimos, esse horizonte ideológico estava longe de ser relevante. Vivíamos o tempo das *notabilidades*, em que a destriça de posições políticas se fazia quase exclusivamente pela adesão ou rejeição da ordem liberal.

7. Fazendo uso de expedientes de diversa natureza, desde o simples patrocínio à mais descarada "chapelada" (sobre o tema cf. sobretudo Vidigal 1988; Almeida 1991, e Mónica 1996).

8. Ou, como se refere no jornal republicano *O Século de 3 de maio de 1897*, as eleições tinham "por fim sancionar constitucionalmente a escolha dos deputados feita pelo governo ou pelos influentes locais" (Almeida 1991, 28).

A consagração legal do sufrágio quase universal e do voto secreto e direto durante o primeiro período liberal em Portugal, fez do nosso país um caso pioneiro no contexto europeu. Da análise do debate parlamentar que então ocorreu, foi possível rastrear o conjunto das posições existentes e constatar que muito do argumentário utilizado visava, pela conveniente ponderação dos interesses em presença, controlar as disfuncionalidades que podiam advir da sua aplicação precipitada e irrefletida. Em todo o caso, o fenómeno eleitoral e o reconhecimento progressivo de um sufrágio cada vez mais alargado, criou indubitavelmente uma nova realidade no contexto das sociedades oitocentistas. Como sublinha Alain Garrigou, "La concurrence électorale n'abolissait pas les relations de dépendance, elle rompait leur continuité", explicando que, "Par cette suspension provisoire des rapports quotidiens, l'identité de l'individu devenait plus complexe, enrichie d'un nouveau rôle" O historiador e politólogo francês conclui, por isso, que "La dépendance sociale même n'engageait plus tout à fait l'ensemble de l'existence sociale" (Garrigou 2002, 244-245).

3 A modalidade das eleições

O debate sobre a modalidade das eleições diretas ou indiretas entroncava na questão primordial da definição do âmbito da soberania nacional⁹. Tendo as eleições indiretas sido as primeiras a ser adotadas, no sufrágio inicial de dezembro de 1820, depressa esta modalidade foi rejeitada em sede constitucional e substituída pelo princípio das eleições diretas. Logo após o curto período vintista, por intermédio da Carta Constitucional de 1826, voltaram a ser indiretas. Com exceção do período entre 1836 (e como tal inscrito na Constituição de 1838) e 1842, assim se mantiveram até 1852 quando, através do decreto promulgado a 30 de setembro, na sequência do I Ato Adicional de

9. E por isso, como refere Pedro Tavares de Almeida, esta questão constituiu "um dos principais pontos de discórdia em matéria eleitoral, e porventura o mais persistente" (Almeida 1998, X). Também o destacado político oitocentista português, Serpa Pimentel, enfatizava a importância dos mecanismos eleitorais: "Além da questão da extensão do voto, há no regime representativo outras questões aparentemente de forma, isto é, do modo de eleição, que são na realidade questões de fundo ou de essência" (Pimentel 1881, 220).

5 de julho de 1852, passariam a ser diretas (ainda que censitárias, sendo o eleitor obrigado a possuir cem mil reis de renda anual líquida).

O que dividia as opiniões sobre estas modalidades tinha a ver, por um lado, com a salvaguarda da expressão direta e genuína da vontade dos cidadãos no exercício dos seus direitos políticos, defendida pelas correntes mais democráticas e, por outro, a posição mais moderada dos que, temendo a falta de preparação ou interesse cívico dos eleitores, propunham um sistema indireto que permitisse filtrar, através de um corpo eleitoral restrito, o sentido da votação. Por essa razão, a eleição indireta em duas fases assembleia eleitoral de âmbito local ou concelhio e colégio eleitoral de âmbito provincial era entendida como uma forma de um grupo selecionado e limitado de cidadãos, controlar e direcionar a vontade expressa nas urnas, assumindo-se como mandatários da escolha eleitoral, numa espécie de missão *regularizadora* da soberania nacional e da legitimação política¹⁰. Legitimação e garantia do acerto na eleição de liberais convictos que pudessem contribuir para a consolidação da ordem política nascente.

O deputado Manuel Gonçalves de Miranda revelou bem as dificuldades que as leis eleitorais levantavam, ao referir que "A Comissão de Constituição teve sem dúvida grande trabalho para organizar este plano de eleições, porque o sistema das eleições diretas é um sistema novo que ainda não apareceu em nação nenhuma, tal qual nós o adotamos; era preciso pois muito trabalho para combinar a facilidade das eleições com a igualdade dos cidadãos"(DCC 8/maio/22, VIII, 102). A soberania nacional, como condição da legitimidade do poder liberal, cruzava-se assim com o paradigma igualitário, única forma de assegurar uma ampla base social de apoio ao novo regime¹¹.

10. Aquilo que, em França, Thiers definia em 1850, como a "hierarquia das inteligências"(Rosanvallon 2002, 400).

11. Como diz Ribeiro de Andrada, "É verdade que a base das eleições é que todos os cidadãos, que a lei não inibe, escolham os representantes nacionais; e que possam ser eleitos todos os que não são inabilitados pela mesma lei. Isto dimana da igualdade de direitos e interesses que se consideram na massa nacional."(DCC 10/maio/22, VIII, 129). E José Peixoto Sarmiento de Queirós chama a atenção para o facto de se tratar "de uma eleição direta, a mais popular, que já mais se tem adotado; de uma eleição em que o voto do homem mais sábio, e mais graduado é igual ao do jornaleiro."(DCC 10/maio/22, VIII, 132). A igualdade dos direitos de cidadania é claramente assumida.

A discussão decorreu, na sua maior parte, nas sessões de 27 e 29 de agosto de 1821. As opiniões dividiram-se. Morais Sarmiento era favorável à "delegação única e imediata", ou seja, eleição direta. Os partidários desta posição alertavam a câmara para o facto de só esta modalidade de sufrágio garantir rigor e credibilidade na expressão da vontade popular. A eleição por colégios eleitorais, para além de sobrepor à escolha dos cidadãos um conjunto mais ou menos alargado de delegações sucessivas, tirando fiabilidade à opção inicial, estaria mais sujeita às perversões da corrupção e ao jogo das influências, por ser feita em grupos mais restritos. José Peixoto Sarmiento de Queirós chegou a afirmar que o desinteresse manifestado pelo povo nas últimas eleições que tinham constituído a deputação encarregada de elaborar o texto constitucional se ficou precisamente a dever à circunstância de terem sido indiretas e à generalidade da população caber tão só a escolha de compromissários para a eleição dos eleitores. Emanando os representantes políticos da vontade direta dos representados, conseguir-se-ia mais empenho e participação eleitoral (cf. DCC 27/agosto/21, IV, 2035).¹²

Para outros, as eleições indiretas eram entendidas como uma espécie de compensação para o alargamento do corpo eleitoral, ao introduzir um mecanismo de equilíbrio e racionalização na escolha efetuada¹³. Nesse sentido, os seus defensores alertavam sobretudo para os perigos de tumultos que uma grande concentração popular poderia ocasionar. O exemplo das violências cometidas em Inglaterra nas eleições é constantemente in-

12. João Rodrigues de Brito defenderá energeticamente esta posição: "Eu não admito que os Portugueses não tenham ilustração bastante para saber nomear Deputados de Cortes diretamente: uma Nação igual às outras mais civilizadas da Europa, uma Nação que em matérias de revoluções soube exceder todas as outras, não saberá fazer a sua eleição? Pois esta Nação que pode dar lições de regenerar a todo o Mundo, não há de saber nomear bem os seus Deputados?"(DCC 27/agosto/21, IV, 2037). Estranha, aliás, que sejam atribuídas aos cidadãos capacidades para escolher eleitores e não para eleger diretamente os seus deputados. Também Manuel Fernandes Tomás se manifestará a favor das eleições diretas (DCC 29/agosto/21, IV, 2076). Reconhece, porém, que ambos os sistemas têm inconvenientes.

13. Ou, como diz Patrice Gueniffey, "una depuración de la democracia"(Gueniffey 2001, 61), ainda que racionalidade não signifique necessariamente razoabilidade.

vocado¹⁴. Também se alega, como já referimos, que só as eleições indiretas permitiriam um voto esclarecido. A falta de informação da esmagadora maioria dos portugueses seria compensada pelo *discernimento* dos eleitos pelos vários colégios eleitorais. Fala-se até que o sistema indireto estaria mais conforme com a tradição nacional, lembrando os colégios eletivos do passado. Obstava-se, em todo o caso, à generalizada ignorância da população, em especial da população rural¹⁵. Daí a centralidade da educação cívica reclamada, décadas mais tarde, pelos republicanos¹⁶. Sobre a alegada falta de informação dos eleitores se a eleição fosse direta, Morais Sarmiento invoca o sistema de *caucus* americano como exemplo do que se pode determinar para o seu esclarecimento, fazendo a apologia do que hoje entendemos por "campanha eleitoral". É curioso observar que, apesar da habitual hostilidade dos primeiros liberais pelos partidos políticos e por aquilo que eles designavam "espírito de facção", Sarmiento tem uma afirmação surpreendentemente precursora, já que considera que os "partidos são inseparáveis das ideias de liberdade" (DCC 27/agosto/21, IV, 2031.).

No fundo, toda esta questão da extensão e

14. O deputado Morais Sarmiento não deixará, porém, de recordar, "É verdade que na Inglaterra há tumultos, mas não é só lá que se quebram vidraças, e se dão assobios, e com tudo é certo que os Ingleses julgam que estes tumultos são o meio mais solene da nação declarar a sua vontade; eles eram tão agradáveis à imaginação de J. J. Rousseau, que ele dizia ser esta a ocasião única em que o povo inglês era livre e soberano." (DCC 27/agosto/21, IV, 2031.).

15. José Joaquim Ferreira de Moura interroga-se "Quem não vê que o povo para sempre na superfície das coisas, que se engana não só no conhecimento das virtudes particulares, mas muito mais no dos talentos e qualidades intelectuais. [...] O povo para na superfície das coisas; não são assim os homens ilustrados." (DCC 29/agosto/21, IV, 2075). Recorde-se que, segundo José Manuel Tengarrinha, dados minimamente fiáveis (que apenas podem pecar por defeito) relativos ao analfabetismo em Portugal indicam-nos, em 1864, a existência de 88,3% de analfabetos (cf. Tengarrinha 1983, 123-124).

16. Como dizia Gambetta em 1871, "Il faut se retourner vers les ignorants et les déshérités, et faire du suffrage universel, qu'est la force par le nombre, le pouvoir éclairé par la raison. Il faut achever la Révolution." (Rosanvallon 2002, 470). No mesmo sentido se pronunciou o pedagogo republicano e grande dinamizador de sociedades de instrução popular, Jean Macé, em 1890, "L'ignorance du peuple est maintenant un danger public. Auparavant, c'était seulement une honte" (Rosanvallon 2002, 477). Instrução pública e sufrágio universal aparecem assim, na ética republicana, como as duas condições essenciais da plena assunção da cidadania.

modalidade das eleições tocava no ponto mais sensível do poder vintista. A sobrevivência do regime estava aqui em jogo. As dúvidas que havia sobre o método a seguir tinham sobretudo a ver com a possibilidade da influência nefasta de elementos contrarrevolucionários e restauracionistas na votação. Receava-se que o clero e a nobreza pudessem exercer todo o seu prestígio e ascendência sociais no momento da realização do sufrágio e, dessa maneira, fizessem perigar o liberalismo recém-implantado. Não admira, pois, que deputados habitualmente radicais como Borges Carneiro ou Ferreira Borges, tenham tido nesta matéria posições que, aos olhos de hoje, parecem tão conservadoras¹⁷.

Com efeito, a defesa das eleições indiretas podia significar a garantia de algum controle da vontade popular por parte dos liberais. Esta mesma preocupação é manifestada por Ferreira Moura, quando questiona "Por ventura do povo pode esperar-se que prefira um homem que tem a vida obscura e uma educação particular, ao rico e ao nobre que excede ainda no espírito popular a influencia de preocupações nacionais?" (DCC 29/agosto/21, IV, 2075). Apesar de admitir que muitos destes homens pudessem ser liberais, receia a influência da maioria de entre eles, "aferrados ao despotismo". O deputado António Ferreira Girão fará, pelo contrário, o seguinte raciocínio político: "Numa palavra, as eleições diretas podem trazer ao Congresso alguns indignos Deputados; mas as indiretas podem fazer aparecer uma maioria de Realistas, como em França, e causar a destruição de tudo quanto temos feito; por conseguinte voto pelas eleições diretas" (DCC 29/agosto/21, IV, 2070). Em votação final nominal na sessão de 29 de agosto de 1821, as eleições diretas acabaram por ser aprovadas por 66 votos contra 29.

Ultrapassada a experiência vintista, depressa se impôs o sufrágio indireto. A ordem liberal-burguesa rejeitou o privilégio herdado (nascimento), mas não o privilégio adquirido (capacitá-

17. Anos mais tarde, em missiva datada de 1 de junho de 1826, Ferreira Borges alertará para o que pode advir de "Um Povo que tem por Oráculo o Pároco, o Capitão-mor por soberano e um Fidalgo por onipotente" (Mesquita 2006, 228). Como justamente alegava Antoine Barnave no contexto da Revolução Francesa, "La extrema pobreza estará en el cuerpo electoral, y situará a la opulencia en el cuerpo legislativo" (Gueniffey 2001, 68).

rio ou censitário que esta modalidade de eleições permitia sancionar. A apologia da livre iniciativa individual, criadora das condições necessárias à existência de uma sociedade que respondesse aos interesses de todos postulado fundamental do liberalismo justificava a crença, exemplarmente expressa por François Boissy d'Anglas, segundo a qual "Un país governado por los propietarios cae en el orden social; aquel en que gobiernan los no propietarios cae en el orden de la naturaleza", para concluir, "Debemos ser gobernados por los mejores; los mejores son los más instruídos y los más interesados en el mantenimiento de las leyes." (Jardin 1989, 160). O ilustre advogado e político revolucionário francês invocava aqueles que, pela sua condição proprietária, estão *naturalmente* vinculados às leis que a protegem e que regem o país e, por outro lado, ao desafogo económico que a posse de uma propriedade proporciona e que habilita os seus detentores à formação intelectual necessária ao trato dos assuntos públicos¹⁸. Acresce que é a propriedade que paga os impostos¹⁹. Para muitos, o princípio do sufrágio universal apelidado por vezes de "força cega" tinha que ser condicionado pela modalidade indireta das eleições ou por outros expedientes que controlassem a expressão da vontade popular. E é por isso, como alega Maria Filomena Mónica para o caso português, que "As eleições, diretas a partir de 1852, continuaram na prática a funcionar

18. Posição semelhante manifesta o doutrinário francês Royer-Collard, para quem a supremacia eleitoral da classe média representava a verdadeira democracia: "La riqueza ha traído el ocio; el ocio nos ha dado las luces; la independencia ha dado origen al patriotismo" (Jardin 1989, 283). A mesma preocupação que tinham tido os *founding fathers* americanos na defesa do regime republicano por contraposição à democracia entendida enquanto democracia direta (como a da antiguidade grega), como é o caso de James Madison ao afirmar que a grande vantagem daquele regime consiste em "refine and enlarge the public views, by passing them through the medium of a chosen body of citizens, whose wisdom may best discern the true interest of their country, and whose patriotism and love of justice, will be least likely to sacrifice it to temporary or partial considerations." (Hamilton, Madison e Jay 2006, 56). Ou, na curiosa formulação de Silvestre Pinheiro Ferreira na sua obra *Manual do cidadão em um governo representativo*, publicada em Paris em 1834, para quem a eleição é "o voto universal de todos os que podem emitir uma opinião com conhecimento de causa" (Ferreira 1834, 113).

19. Lembrando-nos a conhecida afirmação do Abade Sieyès a propósito da distinção entre "cidadãos ativos" e "cidadãos passivos", segundo a qual a cidadania pertence aos "acionistas da grande empresa social", isto é, aos cidadãos contribuintes.

como se fossem indiretas. O candidato a deputado conquistava o favor do 'influente' e este convencia os dependentes a votarem nele. Num país católico, onde o 'padrinho' era uma instituição, isto era, e parecia, natural" (Mónica 1996, 1071).

4 O tipo de escrutínio

Outra das preocupações que o ideal do sufrágio universal levantava tinha a ver com o tipo secreto ou público do escrutínio. Foi consagrado o escrutínio secreto o que constituía uma novidade na Europa da época e o princípio de "um homem, um voto" (ao contrário do voto duplo ou plural em Inglaterra e Bélgica)²⁰. Originariamente reivindicado pelos movimentos políticos mais radicais, como os cartistas ingleses, e apenas introduzido neste país em 1872, o voto secreto vai sendo progressivamente aceite, embora só se tenha generalizado no último terço do século XIX. Em Portugal, esta foi, desde logo, a forma adotada, tanto durante o constitucionalismo monárquico como no período republicano.

Muito do que se passou na experiência francesa radica no mesmo tipo de hesitações e incertezas que foram levantados no primeiro parlamento português. Em França, apesar do voto secreto ter sido instituído logo em 1789, o voto público foi o adotado no período entre 1792 e 1794 como instrumento de propaganda e apologia da revolução, bem como mecanismo de denuncia dos elementos contrarrevolucionários. O voto público, que sempre foi considerado um meio eficaz para os "notáveis" exercerem a sua influência era, de início, considerado um recurso essencial de condicionamento político por parte dos revolucionários. Era desta forma que o peso numérico dos eleitores se podia sobrepor aos condicionamentos comunitários e aos constrangimentos sociais que tornavam os indivíduos em "criaturas del señor y del cura", na eloquente expressão de Patrice Gueniffey de cujo mandamento assim se podiam subtrair (Gueniffey 2001, 309)²¹. Considerava-se, então, que a

20. Confirmando assim a asserção do autor oitocentista Charles Benoist, para quem os eleitores são átomos de soberania (Garrigou 2002, 19).

21. O historiador francês refere, a este propósito, "Para que el voto pareciera inseparable de la idea de ciudadanía, se necesitó el retorno al voto en voz alta en 1792 y el desliz, en 1793, hacia formas aún más eficaces para reprimir toda oposición, como el voto por aclamación" (*ibid.*).

publicidade das eleições era a condição sine qua non da consciência cívica. Como explica Gueniffey, "El voto en voz alta, apoyo de los débiles y terror de los inimigos del pueblo, al exponer a cada ciudadano a la censura de sus pares, obstaculizo a las mayorías negativas a quienes favorecia el voto secreto al permitir a los 'intrigantes' asediar a cada uno de los electores antes del voto para seducirlos, engañarlos o amenazarlos com tanto más eficacia porque los votantes están más aislados." (Gueniffey 2001, 334).

Ao invés, entendido enquanto expressão acabada da cidadania, o voto secreto implicava a capacitação prévia do eleitor no que diz respeito ao seu esclarecimento, de forma a que a sua escolha pudesse ser considerada um ato de consciência e expressão genuína da vontade individual. O voto secreto permitia a materialização da condição do indivíduo-eleitor²². Os entraves iniciais à sua introdução prendiam-se com os receios das classes dominantes quanto à falta de controlo sobre a decisão dos seus concidadãos e das consequências imprevisíveis que daí poderiam advir. Mas se o anonimato pode significar um princípio de independência política face às pressões das elites, tem também o efeito de isolar o votante relativamente aos constrangimentos grupais e solidariedades de classe, viabilizando novas dimensões de dominação. Devidamente enquadrado, o voto secreto deixou de ser entendido como uma ameaça, mesmo perante os crescentes fenómenos de urbanização e industrialização²³. Como refere Reinhard Bendix, o voto secreto "isola o trabalhador dependente não apenas do seu superior mas também dos seus pares. (...) O segredo ajuda a reduzir a possibilidade de polarização da vida política com base nas clas-

ses sociais. (...) coloca o indivíduo perante uma escolha pessoal e torna-o, pelo menos temporariamente, independente do ambiente que o rodeia", para concluir, "na assembleia de voto ele pode ser um cidadão nacional" (Almeida 1991, 67). Se fosse secreto, o perigo das influências diretas era diminuto²⁴. Se fosse público, era enorme.

Tal questão dividiu, desde logo, o parlamento português. As vantagens e inconvenientes de cada um destes regimes foram examinados com rigor pelos deputados. A defesa do voto secreto radicava na liberdade do eleitor, que assim se esquivava aos laços de dependência social e aos efeitos de pressões externas decorrentes de práticas de compadrio e corrupção²⁵ - conducentes à instrumentalização do seu veredito. Para os defensores do voto público, tratava-se, pelo contrário, da salvaguarda de um princípio elementar de cidadania a publicidade dos atos públicos e de responsabilização de cada um dos cidadãos pela opção a tomar perante as várias influências em presença. Era, julgava-se, um ato de maturidade cívica. Na realidade, o anonimato acabava por ser escassamente garantido, sobretudo nos meios mais pequenos, desde logo pela não standardização dos boletins de voto, bem como pelas inúmeras pressões exercidas pelos notáveis locais e seus agentes no momento da sua distribuição, por vezes à entrada das assembleias de voto²⁶.

Em defesa do sufrágio público, Morais Pessanha vai tolerar mesmo a existência de algum tumulto para prevenir males maiores, dados os benefícios cívicos que poderiam advir deste tipo de votação. Diz o deputado que "ao menos há a certeza de que não sairá eleito um Deputado indigno; porque a opinião pública repelirá logo o voto que primeiro recair em um cidadão indigno, de maneira que ninguém ousará emitir depois

22. Como explica Gueniffey, "el voto secreto se restableció como contrapartida necesaria del acceso democrático al sufragio, como medio único, pero indispensable, para garantizar la libertad de cada votante en el ejercicio de su voluntad al sustraerlo de la influencia, no sólo de aquellos de quienes podía depender social o económicamente, sino asimismo de los demás votantes en general, ya fueran sus iguales o que no tuviera nada que temer de ellos" (Gueniffey 2001, 310-311). O escrutínio secreto acabaria por ficar consagrado em artigo constitucional no período termidoriano.

23. A *abstratização* social induzida pelos preceitos eleitorais e a consequente diluição da condição existencial dos indivíduos-eleitores também não agradava aos movimentos operários que emergiram na segunda metade do século XIX, que faziam da solidariedade de classe a sua principal força (cf. Rosanvallon 2002a, 95-96; Almeida 1991, 67-68).

24. Para Rosanvallon, "le secret étant la marque du droit irréductible à l'individualité" (Rosanvallon 2002, 250).

25. Ainda que uma persistente cultura clientelar mantivesse o fenómeno do caciquismo muito ativo, em especial nos meios rurais e de fraca implantação populacional.

26. Atente-se que os boletins de voto apenas seriam uniformizados já na vigência da I República, ainda que antes tivesse havido esforços no sentido da manutenção do anonimato do escrutínio, como foi o caso do Decreto de 27 de julho de 1846, que foi o primeiro a proibir a utilização de "listas em papel de cores, ou transparentes, ou que tenham qualquer sinal, marca, ou numeração externa", conforme consta no seu artigo 55º (Almeida 1998, 162).

um voto semelhante; e é muito melhor que um eleitor que prostitui o seu voto seja lançado fora da junta eleitoral às apupadas, do que ao Deputado indigno, que é muito possível sair eleito pelo escrutínio secreto, seja quebrada a cabeça às pedradas, ou o que é ainda pior que esse Deputado venha trair a Nação no santuário das leis, ou envergonhá-la com o seu mau comportamento."(DCC 24/abril/22, VII, 942.). Confiando no esclarecimento e na força da opinião pública, rejeita a influência dos notáveis e propõe uma total transparência do ato eleitoral.

Um dos principais argumentos avançados na defesa do voto público em detrimento do voto secreto foi precisamente o do papel desempenhado pela opinião pública. Obstava-se, assim pensavam alguns deputados, à perversidade camuflada do suborno e da ação das forças contrarrevolucionárias. Com efeito, esta influência coletiva era considerada indispensável para a manutenção e reforço da ordem liberal. O saudável confronto público das opiniões constituiria uma verdadeira escola de cidadania, tornando mais informadas e esclarecidas as opções de cada um.²⁷ Para Ferreira Borges, "Contra a eleição pública nada pode haver, porque tem na publicidade a infalibilidade.", criticando perentoriamente a posição contrária: "É notável que alguém julga o segredo mais livre na votação do que a publicidade. Ele será mais livre para o que obra criminosamente. [...] Votando em segredo ele pode ser instrumento doutro: votando em público é órgão de si mesmo."(DCC 24/abril/22, VII, 945).

A expressão pública da vontade concorreria para a responsabilização dos eleitores e para a exaltação das virtudes liberais, que assim ficavam patentes aos olhos de todos. Complementarmente, evitavam-se as incompatibilidades previstas na lei:

27. O deputado Francisco de Lemos Bettencourt, em defesa do escrutínio público, compara esta situação ao que se passa no próprio parlamento: "Porque razão hão de estar os Deputados a falar, e votar em público, e todo o povo com direito de os censurar, não só os que estão nas galerias, mas todos os que leem os Diários das Cortes; dizem uns, este Deputado votou assim, por interesse próprio, aquele por ignorância, este por paixão, aquele por teorias etc., etc.; e não há de haver igual direito para uns cidadãos não dizerem a outros: vós votastes neste por amizade, naquele por suborno, neste por fraco, naquele por sedução, e contemplação etc, etc" Daqui conclui "que o povo com esta amiga experiência, será mais sisudo, e moderado em julgar as discussões, e votações dos futuros Deputados" (DCC 26/abril/22, VII, 974).

votar no magistrado do seu distrito de jurisdição, o militar no seu coronel, o paroquiano no seu pároco, etc. Pinto da França dirá também que "As votações públicas Srs. serão o meio de estabelecer entre nós a virtude: estas votações públicas farão a nossa felicidade; qualquer cidadão se aproximará ao lugar de votar, e votará ousadamente, quando se achar escudado pela virtude conhecida, e não temerá ser atacado, quando tiver na opinião pública toda a resistência contra os prepotentes. Por tanto para sustentar a nossa Constituição, para sustentar a nossa liberdade, é que eu propugno porque se faça tudo público, e que o crime seja publicamente detestado"(DCC 24/abril/22, VII, 942).

Alguns outros deputados defenderam igualmente o escrutínio público, considerando, apesar dos constrangimentos apontados, que era aquele que garantia mais transparência e fiabilidade nas opções tomadas por cada cidadão. É precisamente contra o segredo das eleições e pela publicidade dos votos que se pronunciou, por exemplo, o deputado Xavier Monteiro que, a este propósito, aduziu duas ordens de razões. Por um lado, "Nomear um representante da Nação, não é condenar um réu. (...) Os Ingleses praticam as eleições em público, e na presença dos elegendos, lançam-lhe em rosto os defeitos, e nunca homem algum se supôs vilipendiado por ser repudiado na eleição.", ao que acrescenta, "Pondera-se que há mais liberdade no escrutínio secreto, mas os homens nem sempre quando obram com toda a liberdade são melhores; quando ordinariamente prevaricam, é quando obram em segredo. (...) Há homens que tendo de votar em público não deixariam de votar no mais benemérito e virtuoso, e votando em particular votariam de outra maneira."E conclui: "Os homens fazem por brio em público, atos que em particular nunca fariam" (DCC 24/abril/22, VII, 939).

No mesmo sentido, Barreto Feio afirma que "Em toda a parte do mundo foi sempre a tática dos malvados esconderem-se dos olhos do público, para perpetrarem os seus crimes: o salteador procura os despovoados para assaltar na escuridão da noite o solitário passageiro" (DCC 24/abril/22, VII, 943). E Ferreira Girão sustentará que "Os crimes perpetraram-se durante a noite; as feras saem durante as trevas dos seus covis, mas logo que vem

a luz do dia desaparecem e fogem: por isso quando as eleições forem feitas às claras, aparecerão os homens honrados, os quais darão o seu voto com muito boa escolha, e então aparecerão também representantes dignos de um povo livre, e heroico, como é o português" (DCC 26/abril/22, VII, 971). Acresce que, na opinião de Ferrão Mendonça, a votação pública é mais própria do sistema liberal: "De mais o sistema das eleições secretas está em contradição com as ideias liberais. Nós queremos educar a Nação; queremos que seja livre; e que em consequência tenha sentimentos nobres, exprimindo com franqueza e lealdade os sentimentos do seu coração: e ordenamos que vote traiçoeiramente por escrutínio secreto!" (DCC 26/abril/22, VII, 976). O deputado vê nisto uma flagrante contradição.

Para uns, o escrutínio secreto possibilitava "intrigas e falsidades", desresponsabilizando o eleitor e permitindo a eleição de pessoas desqualificadas. Mas para outros, como era o caso do deputado José Joaquim Ferreira de Moura, era esta a forma mais correta de proceder. Em nome da liberdade de voto, defendia que "Os votantes não têm liberdade em votar, se algumas circunstâncias, se algumas considerações podem influir na sua votação, está transtornada a primeira lei das eleições, está transtornado o primeiro fundamento, em que elas se devem estribar", interrogando, para o efeito, a assembleia: "quando é que a liberdade de votar está mais à sua vontade, para seguir as instituições da consciência, quando vota em público, ou quando vota em particular? É quando vota em particular, porque então não há coisa que possa influir, senão o próprio juízo de cada um, e não o dos outros. (...) Negar isto é desconhecer o que todos os dias nos ensina a experiência". Conclui este raciocínio, chamando a atenção para a extrema dependência em que as populações se encontram em relação a determinadas pessoas: "Às vezes um pároco num distrito, um letrado, um homem rico pode influir na vontade de todos os seus moradores, porque cada um destes conhecerá que se o pároco, ou o letrado for seu inimigo, podem mais hoje, mais amanhã vingar-se dele" (DCC 24/abril/22, VII, 940).

Para Ferreira de Moura, só o voto secreto garantirá a plena liberdade do eleitor. Diz o deputado, "A primeira qualidade que deve ter todo

o eleitor é seguir os impulsos da sua consciência, o que não sucederá sendo as eleições públicas" (DCC 22/abril/22, VII, 910). Na sua opinião, a declaração pública dos votos pelos eleitores exige uma grande coerência e frontalidade, qualidades que a maior parte dos homens não possui. Por isso, considera que "É preciso que a legislação suponha nos homens para quem legisla uma virtude e uma capacidade ordinárias, e não talentos, nem virtudes heróicas" (DCC, 22/abril/22, VII, 910)²⁸. Por seu lado, Rodrigues de Basto chama a atenção para os tumultos e desordens que a votação pública pode provocar, dando origem a todo o tipo de ódios e vinganças (DCC 26/abril/22, VII, 965).

Borges Carneiro refere igualmente o grande domínio e influência que têm sobre a população em especial nos pequenos meios da província fidalgos, advogados, médicos e ricos em geral. Como diz o deputado, "só não depende quem não tem paixões" Alega ainda que é incompreensível que a votação para presidente e secretários do parlamento seja feita por escrutínio secreto e que o mesmo não se passe em eleições gerais, muito mais importantes e decisivas para o país (DCC 24/abril/22, VII, 944). Para Borges Carneiro, não havia dúvida nas virtudes do secretismo dos votos: "porque toda a liberdade dos votos está no segredo: sem ele tudo é dependência: quem não depende de outrem pela parte do dinheiro, depende por amizade, por gratidão, por esperança, etc: senão depende para si, depende para seus filhos, irmãos etc, e esta dependência sendo as listas públicas, há de fazer com que os votantes votem muitas vezes contra os seus desejos, e a sua cons-

28. Ou, como diz Ribeiro de Andrada, "As leis não são feitas para homens ideais, mas para homens tais quais são, isto é, homens fracos, e defeituosos; o heroísmo é um bilhete, que na lotaria da vida cabe a bem poucos, e com que o legislador não deve contar" (DCC 29/abril/22, VII, 1008).

ciência" (DCC 22/abril/22, VII, 909-10)²⁹. Por isso, conclui que "nada pode dar a independência necessária ao eleitor senão o segredo; tudo o mais são histórias." (DCC 17/abril/22, VII, 841)³⁰.

Era de esperar que em eleições públicas o suborno fosse generalizado, porque facilmente controlado por quem subornava, ao passo que na votação secreta, ainda que pudesse haver tentativa de suborno, o resultado deste podia ser iludido, pois não havia modo de aferir a sua real eficácia no momento da introdução do voto na urna. Tomando em consideração o que poderia representar a influência negativa da opinião pública, Inácio da Costa Brandão, numa sugestiva sinopse, coloca a questão nestes termos: "Adotamos a eleição direta para preferirmos as vontades de todos à vontade de alguns; a opinião pública, à opinião de vã parcialidade influente (...). Estabelecendo-se, porém, a votação pública, estabelecendo-se uma influência que dirige os cidadãos, e substitui a sua consciência; quer-se que a eleição seja o resultado não da vontade de todos, mas da vontade de alguns; que seja a expressão, não da opinião pública, mas da opinião de um partido influente. Supõe-se que os eleitores a quem se confiou o direito de eleger são incapazes de eleger" (cf. DCC 26/abril/22, VII,

29. E, numa outra sessão, adverte para o facto dessa influência se agravar com o método das eleições diretas, nas quais são admitidos "artistas, jornaleiros, e outros muitos homens pobres, os quais pela mesma pobreza são necessariamente dependentes de outros; e por isso arrastados a votar nas pessoas de quem dependem, ou nas que por elas lhes forem indicadas" (DCC 29/abril/22, VII, 1004). O deputado Castelo Branco expressa igualmente os receios do comportamento destes grupos sociais desfavorecidos, interrogando a assembleia: "Não vemos nós que a classe fraca, pobre, e desvalida, e entretanto a mais numerosa da Nação, é fácil de iludir por falta de conhecimentos?" (DCC 29/abril/22, VII, 1006). E, como acertadamente referiu Alexander Hamilton nos federalist papers que presidiram à fundação dos Estados Unidos da América, "In the general course of human nature, a power over a mans subsistence amounts to a power over his will" (Hamilton, Madison e Jay 2006, 435).

30. Vaz Velho defende mesmo que, no momento da votação, "cada individuo fosse um autómato, que desse o seu voto e nada mais" (29/abril/22, VII, p. 1007).

973)³¹. Pretendia-se evitar o aliciamento e os tumultos que a declaração pública dos votos podiam suscitar, acreditando-se que a ordem liberal ficava assim garantida.

Manuel Gonçalves de Miranda, reconhecendo as desvantagens que os dois sistemas de votação podiam ter, propõe uma solução intermédia. Para este deputado, se nas grandes cidades as eleições públicas são desejáveis, nas pequenas povoações da província haveria vantagem em serem secretas. A razão invocada é, precisamente, a da existência ou não de uma opinião pública que pudesse obstar às intimidações do compadrio. Nas palavras de Miranda, "Importa que as eleições sejam públicas na parte onde há opinião pública, nas cidades populosas aonde há fermentação, nas cidades aonde a influência do poder se torna nula; porém nas pequenas povoações onde se acham grandes distâncias, onde aqui, e além se acha um homem poderoso, aqui não pode haver opinião pública de um modo tão enérgico, a fermentação é pequena, a influência do poder é então maior, e por tanto os poderosos podem influir" (DCC 26/abril/22, VII, 968-9). Esta proposta alternativa acabou por não ter acolhimento.

De forma muito pragmática e com assinalável sentido da realidade o deputado Castelo Branco vai estabelecer a diferença essencial entre as duas posições: eu vejo que há uma grande diferença, que é muito para notar-se, entre aqueles que se têm declarado pelas eleições públicas; e os que adotam o método das eleições secretas. Parece-me que os que querem as eleições públicas, não podem deixar de considerar o homem, tal, qual convinha que ele fosse: pelo contrário os que se declaram pela eleição secreta, consideram o homem

31. Também Soares de Azevedo vai lembrar o ocorrido nas primeiras eleições no Porto para defender o voto secreto: "quantas vezes ouvirão em altas vozes: *ou Lessa ou a morte!* ou fulano ou morrer! Digam senão virão anúncios e pasquins pelas esquinas das ruas, fazendo as mesmas ameaças, e senão houve alguns insultos feitos a alguns eleitores mesmo de cara a cara?", questionando, de seguida, "E é este o belo e ótimo modo de fazer as eleições? É este o melhor modo de se eleger para Deputado quem o eleitor julga na sua consciência mais digno? É esta a decantada liberdade que deve haver em um tal ato?" (DCC 26/abril/22, VII, 970). O carioca Francisco Vilela Barbosa já antevê, aterrorizado, "um magote de assalariados gritar ao primeiro nome em que se votar, que não for dos da sua afeição, e procurar com insultos impor silêncio aos do mesmo sentimento.", questionando, "E quem é que depois se atreverá a repetir o mesmo nome? Ninguém." (DCC 29/abril/22, VII, 996).

tal, qual ele é constantemente na prática (DCC 29/abril/22, VII, 1005).

Em votação final nominal, realizada na sessão de 29 de abril de 1822, as eleições por escrutínio secreto obtiveram 84 votos contra 33. A adoção do sufrágio secreto não só impedia a verificação dos votos, como, isolando o eleitor, atenuava quando não eximia solidariedades e pressões grupais e identificações voluntárias ou forçadas com maiorias circunstanciais. Em todo o caso, e apesar do voto ser individual e secreto uma escolha de consciência, portanto dificilmente se podia apagar o peso das relações sociais e das solidariedades tradicionais existentes.

5 Considerações finais

A ordem demoliberal pressupõe, antes como agora, duas condições essenciais: uma conceção igualitária de cidadania com a conseqüente universalidade dos direitos civis e políticos e a soberania nacional concretizada em eleições. A principal razão para a defesa da escolha dos governantes pelos governados como fonte matricial da legitimidade política era, pelo menos no liberalismo inicial, a limitação do princípio aristocrático e hereditário de poder. A instauração do liberalismo obrigou à consecução em grau, é certo, variável de um âmbito mais alargado de soberania. O desafio democrático foi desde logo encarado, com todas as suas potencialidades e dificuldades, como a conseqüência da consideração igualitária dos cidadãos. O sufrágio adquiriu, nestas circunstâncias, uma importância decisiva. O significado democrático do sistema político representativo então instaurado foi uma questão que todas as sociedades liberais enfrentaram e que introduziu uma discrepância latente entre o que Pierre Rosanvallon apelidou de "soberania-princípio" e "soberania-exercício" (Rosanvallon 2002, 20) ou, por outras palavras, a distinção entre o que os juristas oitocentistas designavam por "soberania do povo" e "soberania da razão".

Tendo a modernidade política portuguesa à semelhança de sociedades europeias congêneres sido construída com base na legitimação do poder por intermédio dos procedimentos eleitorais, convergiram neste processo três dimensões que

designaremos por habilitação, qualificação e conformação, e que se revelaram, desde logo, conflituantes. Por um lado, os parlamentares vintistas confrontaram-se com a necessidade de consagrar constitucionalmente os direitos políticos indispensáveis à garantia de um apoio alargado à nova ordem liberal, procurando atenuar quer a indiferença, quer a hostilidade induzida pelas forças absolutistas e restauracionistas, todavia muito presentes na sociedade portuguesa, como a realidade histórica subsequente iria amplamente demonstrar. Por outro, assegurar a prevalência de grupos sociais qualificados que traduzissem no parlamento um comprometimento com uma visão proprietarista do país, e assim salvaguardassem os interesses e o domínio das camadas burguesas³². Por último, a necessidade da consolidação dos processos plebiscitários como expressão indispensável e primordial da participação e empenho cívico dos cidadãos na vida política da comunidade, desiderato que teve a sua expressão máxima pelo menos enquanto preceito normativo na conquista de um sufrágio tendencialmente universal e na conformação generalizada aos desígnios da representação político-parlamentar.

Toda a discussão em torno do processo eleitoral, aquando da elaboração da Constituição portuguesa de 1822, refletiu estas contradições e estabeleceu as bases do pensamento político oitocentista e, afinal, tão contemporâneo, obrigando à reflexão profunda sobre o significado da democracia no seio das sociedades liberais e fazendo ressoar as instantes interpelações de Giovanni Sartori: "las elecciones registran las decisiones de los votantes; pero, como se llega a esas decisiones? Las elecciones computan opiniones; pero de donde proceden y cómo se forman? Cuál es el origen de la voluntad y de la opinión que las elecciones se limitan a registrar?" (Sartori 1995, 116-117). Há duzentos anos, abriu-se no nosso país uma autêntica caixa de Pandora que adveio da complexidade das questões

32. Nas conhecidas palavras de Fernando Piteira Santos ao citar o artigo sobre as eleições publicado no Diário do Governo de 1 de dezembro de 1820, "Nenhuma classe é excluída das eleições (à exceção dos regulares); portanto, o lavrador honrado, o homem que vive do seu tráfico lícito, o eclesiástico sem nota, o advogado, o médico ou cirurgião hábil, o fabricante acreditado, o oficial mecânico estabelecido com boa fama, todos estes homens". Esta enumeração é significativa. Todos estes homens são a burguesia" (Santos 1975, 80).

que o fenómeno eleitoral sempre suscitou e que persiste em desafiar a nossa compreensão.

Reconhecimento

Este estudo foi elaborado no Centro de Investigação em Ciência Política (UID/CPO/0758/2020), Universidade de Évora, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através de fundos nacionais.

Referências de Textos Legais

- [1] *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*. 1999 [1822]. Lisboa: Manuel Gomes.
- [2] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados Sessão Legislativa de 1878*. 1878. Lisboa: Imprensa Nacional.
- [3] *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*. 1821-1822. vols. III-IX. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências

- [1] Almeida, Pedro Tavares de. 1991. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.
- [2] Almeida, Pedro Tavares de. 1998. *Legislação eleitoral portuguesa 1820-1926*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/INCM. *National Bureau of Economic Research (NBER) Working Paper no. 10037*.
- [3] Fernandez, Hugo. 2018. Dar voz aos cidadãos: debate eleitoral na elaboração da Constituição vintista. *Perspectivas, Journal of Political Science* 19, 23-36.
- [4] Ferreira, Silvestre Pinheiro. 1834. *Manual do cidadão em um governo representativo*, tomo I. Paris: Rey Gravier, J. P. Aillaud.
- [5] Garrigou, Alain. 2002. *Histoire sociale du suffrage universel en France, 1848-2000*. Paris: Seuil.
- [6] Gueniffey, Patrice. 2001. *La Revolución francesa y las elecciones*. México: Fondo de Cultura Económica.
- [7] Guizot, François. 1851. *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*. Paris: Didier.
- [8] Hamilton, Alexander, James Madison, e John Jay. 2006 [1788]. *The Federalist*. New York: Barnes Noble.
- [9] Jardin, André. 1989. *Historia del liberalismo político*. México: Fondo de Cultura Económica.
- [10] Mesquita, António Pedro. 2006. *O pensamento político português no século XIX*. Lisboa: INCM.
- [11] Mill, John Stuart. 1967 [1861]. *O governo representativo*. Lisboa: Arcádia.
- [12] Mónica, Maria Filomena. 1996. As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico 1852-1910. *Análise Social* 139, 1039-1084.
- [13] Pimentel, António de Serpa. 1881. *Questões de política positiva*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- [14] Rosanvallon, Pierre. 2002. *Le sacre du citoyen. Histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard.
- [15] Rosanvallon, Pierre. 2002a. *Le peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard.
- [16] Rosanvallon, Pierre. 2003. *La démocratie inachevée. Histoire de la souveraineté du peuple en France*. Paris: Gallimard.

- [17] Santos, Fernando Piteira. 1975. *Geografia e economia da Revolução de 1820*. Mem-Martins: Europa-América.
- [18] Sartori, Giovanni. 1995. *Teoria de la democracia*, vol. I. Madrid: Alianza.
- [19] Tengarrinha, José Manuel. 1983. *Estudos de História contemporânea de Portugal*. Lisboa: Caminho.
- [20] Vidigal, Luís. 1988. *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal 1890-1916*. Lisboa: Livros Horizonte.



Hugo Carvalho de Matos Fernandez has a degree in History from the Faculty of Letters of the Classical University of Lisbon and a Ph.D. in Sociology from University of Évora, with the thesis "Speeches of Power in the Transition of the Old Regime for Liberalism". He is an integrated researcher of the Research Center in Political Science (CICP) at the University of Évora.

A importância da governação integrada do oceano para uma economia azul em Angola

The importance of integrated ocean governance for a blue economy in Angola

Damião Ginga,
Diplomatic Academy Venâncio de Moura, Angola

Resumo—A visão apresentada no presente artigo científico tem o principal objetivo de fomentar a consciência no seio dos principais decisores políticos, económicos e académicos, de que Angola necessita de uma nova abordagem à governança dos assuntos do mar, especialmente devido ao atual contexto de recessão da economia nacional, onde uma governação integrada dos assuntos do mar pode alterar o modo displicente de Angola exercer o poder no mar e de explorar os recursos do oceano. Esta abordagem foi possível, através de uma revisão bibliográfica e documental, adotando uma abordagem qualitativa, mediante um raciocínio dedutivo. Portanto, Angola, à semelhança de outros Estados costeiros, precisa de assumir uma gestão e exploração integrada e tridimensional dos assuntos do mar, como um desígnio estratégico nacional, onde a edificação de uma Economia azul, clusterizada, representará o núcleo duro de uma governação integrada dos espaços marítimos em Angola.

Palavras-chave—Angola, Oceano, Governance, Economia azul, *Cluster*.

Abstract—The vision presented in this scientific article has the main objective of raising awareness among the main political, economic and academic decision-makers, that Angola needs a new approach to the governance of the affairs of the sea, especially due to the current context of national economic recession, where an integrated governance of the affairs of the sea can change Angola's careless way of exercising power at sea and exploiting ocean resources. This approach was possible through a bibliographic and documentary review, adopting a qualitative approach, through a deductive reasoning. Therefore, Angola, like other coastal states, needs to assume an integrated and three-dimensional management and exploration of sea affairs, as a national strategic design, where the building of a blue, clustered economy will represent the hard core of integrated governance of maritime spaces in Angola.

Keywords—Angola, Ocean, Governance, Blue economy, Cluster.

Submitted—06-03-2020. **Accepted**—21-10-2020.



1 Introdução

-
- *Damião Fernandes Capitão Ginga, Guest Associated Professor of the Diplomatic Academy Venâncio de Moura, Luanda, Angola.*
E-mail: damiaoginga@hotmail.com

DOI:<http://dx.doi.org/10.21814/perspectivas.3058>

ATÉ o final da II Guerra Mundial, o acesso aos espaços marítimos e o seu aproveitamento eram essencialmente livres, conforme o princípio da liberdade dos mares, no sentido em que para os Estados o que mais interessava era a possibilidade das suas frotas navegarem livremente e poderem explorar os recursos marinhos, sem necessitarem de algum tipo de autorização (Bastos 2010, 35).

A partir deste período dá-se uma revolução no Direito Internacional Marítimo, culminando com a assinatura em 1982, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), Convenção de Montego Bay, que veio definir com maior expressão as diferentes zonas marítimas, permitindo uma profunda transformação nas funções económicas dos oceanos, bem como uma alteração da geografia mundial e das atividades associadas aos oceanos.

Com efeito, atualmente os Estados encontram-se inseridos numa Ordem Mundial em constante construção, onde o mar e os oceanos continuam a constituir o principal pilar das redes globais do transporte e comércio, sendo por isso decisivos para a consolidação do processo de globalização, enquanto vetores de desenvolvimento (Ribeiro 2011, 17). A territorialidade continua assim a perder o privilégio regulador, anteriormente incontestado nas relações internacionais, devido à maior centralidade dos oceanos, pelo que se considera que, neste século, cada vez mais o valor destes tende a aumentar, na medida em que o futuro da terra vai continuar a passar pelo oceano e pelos múltiplos serviços que este pode prestar, através dos velhos e novos usos do mar (Cunha 2011, 50).

Ao mar estão associados os maiores ativos da economia nacional, os maiores atrativos do país para as principais potências internacionais, as maiores esperanças de afirmação a nível regional e continental e as maiores vulnerabilidades no âmbito da segurança e defesa do território nacional. Em vista disso, a governação do oceano com base em políticas setoriais tradicionais, compartimentadas entre vários pelouros nacionais, não mais satisfaz às necessidades atuais de exploração inteligente e sustentável dos ativos marítimos nacionais, sobretudo porque se considera fundamental a integração e harmonização dessas políticas setoriais numa única política, transversal às várias tutelas e áreas de governação política dos oceanos.

Percebe-se, portanto, a necessidade de se proceder a uma clusterização¹ dos setores ligados ao Mar em Angola, numa vertente de exploração económica (Economia do mar), embora se reconheça que o processo de integração das políticas setoriais existentes seja um processo não linear, complexo e de difícil concretização (Cunha 2011, 52). Apesar disso, são insuficientes as dinâmicas mobilizadas por Angola com o propósito de permitir uma maior afirmação do setor marítimo, visto que continuam a ser reduzidos os investimentos neste setor, que, ainda hoje, se encontra fortemente burocratizado e centrado no domínio público. Associado a isso, considera-se que ao longo da sua história, nem os decisores políticos e os decisores económicos tampouco atribuíram o devido valor económico ao mar, não percebendo o seu devido potencial, porquanto ainda existem subsectores ligados ao mar e à Economia do mar, que permanecem quase que por explorar.

Por tudo isso, o presente artigo surge como reflexo da atual "situação de desgovernação" dos espaços e assuntos marítimos, o que tem originado um reduzido aproveitamento das potencialidades marítimas de Angola, onde importará refletir de forma abrangente sobre a relevância da governação integrada dos assuntos marítimos em Angola. O artigo visa refletir sobre o estágio atrasado dos assuntos do mar a nível local, bem como de vislumbrar a edificação de uma Economia azul clusterizada, dos principais subsectores do setor marítimo nacional.

2 Enquadramento teórico

Nas últimas duas décadas, a utilização da expressão "governança"² tem vindo a assumir um

1. Neste quadro, menciona-se frequentemente o surgimento de "clusters marítimos", como expressão da vontade de alguns Estados em maximizarem os ativos económicos do mar *maritimização* da Economia no quadro da exploração das potencialidades dos oceanos; na medida em que eles representam um conjunto de atores, empresas, centros de investigação, entidades de interface, facilitadores, prestadores de serviços, entre outros, cujas atividades se organizam em torno de um conjunto de setores com fortes relações económicas e tecnológicas e que, pela interação dos seus membros, gera um potencial de inovação que esses membros, separadamente, nunca poderiam ambicionar ter (Ginga 2014; Matias 2009, 11).

2. Tal como vários dicionários definem "governança" como sinónimo de "governação", o presente artigo considera a equivalência dos dois termos, mormente nas matérias relativas aos oceanos.

lugar de proeminência no âmbito da academia, da economia e da política, passando a fazer parte dos discursos dos principais atores sociais nas mais diversas áreas de estudo. O termo tem origem no vocábulo inglês "governance"³, usado pela primeira vez em 1992 pelo Banco Mundial, na sua publicação "Governance and Development". Neste relatório, o Banco realçou a sua importância para o desenvolvimento, abordando o seu significado, enquanto forma de exercer o poder na administração e gestão, dos recursos económicos e sociais de um Estado, em prol do desenvolvimento (Banco Mundial 1992, 1).

Ao analisar a governança, o Banco Mundial traça uma nítida separação entre as dimensões política e económica do conceito, na medida em que a transição do conceito, da perspectiva económica para a perspectiva política, visa atender ao principal objetivo de promover uma gestão inclusiva e co-participativa, em oposição aos modelos tradicionais, com pendor centralizado e burocrático (Martín 2012). Deste modo, o termo governança traduz uma gestão eficiente num conjunto de processos, atividades e organizações, abrangendo desde a governança corporativa até à governança dos oceanos, enquanto modelo de implementação de políticas públicas⁴.

O modelo de governança dos oceanos não atende apenas às capacidades da estrutura governativa, devendo-se focar também nos instrumentos que promovem o processo de gestão e decisão integrada, eficiente e proativa, sobretudo porque o oceano é encarado como um património coletivo, devendo por isso ser governado em conjunto, pelas diferentes partes interessadas. A perspectiva aqui

3. Na verdade, o interesse de introduzir a expressão no léxico do campo da gestão e administração, derivou da preocupação do Banco Mundial com a sustentabilidade dos programas de ajuda financeira, elencando que para que exista desenvolvimento sustentável, era necessária a criação de uma estrutura transparente, com regras e instituições fortes para a condução dos negócios públicos e privados (Banco Mundial 1992).

4. Diferentemente da simples gestão, que está relacionada com as ações, sem considerar às questões sistémicas e estruturas da organização, a governança concentra-se na organização dos sistemas como um todo, tendo como referência os valores da organização face aos objetivos a atingir. A Governança aponta que os objetivos e os modelos institucionais são a matriz do planeamento e do processo de tomada de decisão, na medida em que considera essencial o conhecimento local na abordagem das questões ligadas aos oceanos, implicando que esta seja exercida numa relação de proximidade e envolvendo os conhecedores (Martín 2012, 26-27).

trazida versa sobre a governança nacional/local, enquanto resultado da adoção de um conjunto de instrumentos e procedimentos globais, visando a exploração sustentável dos benefícios ambientais, económicos e políticos, dos espaços marítimos.

Por isso, a análise dos assuntos do mar, com base na sua participação para o desenvolvimento, é considerada de natureza difícil, no sentido em que a complexidade dos seus problemas não permite encontrar um modelo único de governança, nem uma conceptualização exclusiva. Segundo Maria Martín (2012, 24), a "governança do oceano é (...) a abordagem integrada dos valores, das políticas, das leis e das instituições do sistema oceano permitindo a resolução em multiperspectiva de diversas questões e planeamentos". Em síntese, a transversalidade dos benefícios do oceano para o desenvolvimento nas diferentes escalas, desde a mundial à local, implica uma abordagem mais abrangente de gestão (governança oceânica), não centrada apenas nas questões ligadas à exploração dos usos de uma economia em constante reinvenção, mas sobretudo na sustentabilidade da exploração económica do oceano.

Assim sendo, do anterior conceito de Economia do mar surge um novo conceito e uma nova abordagem ao crescimento das economias marítimas e à exploração dos recursos do oceano, que encontra-se associado à conservação dos ecossistemas marinhos e à gestão sustentável dos recursos oceânicos, isto é, a Economia azul⁵. Na verdade, a Economia do mar surge como conjunto das atividades e setores ligados ao mar, não se limitando apenas às atividades marítimas tradicionais, mas também abrange muitas outras, incluindo as novas utilizações do mar, correspondente às atividades económicas que dependem dos fatores marítimos, incluindo as atividades que utilizam diretamente o mar como fator de produção, assim como as atividades relacionadas indiretamente a eles (Confraria 2011, 14). Com efeito e

5. Embora já tivesse sido amplamente abordado em várias latitudes, o conceito de 'Economia azul' foi oficializado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Cimeira do Rio de 2012). Derivado do conceito de "economia verde", o conceito foi reforçado no mesmo encontro, pelo que compartilha o mesmo objetivo, a melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica (Commonwealth Secretariat 2016, 11).

segundo a definição apresentada pelo *The Economist Intelligence Unit* (EIU), a Economia azul é uma Economia do mar sustentável, que emerge do equilíbrio entre a atividade econômica e a capacidade de longo prazo dos ecossistemas oceânicos suportarem a exploração econômica dos oceanos, permanecendo resilientes e saudáveis (tradução do autor 2015, 7).

É um conceito dinâmico que reconhece a necessidade de maximizar o enorme potencial econômico dos oceanos preservando-o (Commonwealth Secretariat 2016, 11). A Economia azul⁶ é assim composta por diferentes setores interdependentes, que se baseiam em competências comuns e infraestruturas partilhadas (como os portos e as redes de distribuição de eletricidade) e dependem de uma utilização sustentável do mar por parte de todos (Comissão Europeia 2012, 3). De acordo com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) e a Comissão da União Africana, a Economia azul abrange todas as atividades que se desenvolvem ou derivam de ecossistemas marinhos e aquáticos, incluindo oceanos, costas, mares, rios, lagos e águas subterrâneas, e recursos associados; dentre os quais segurança e defesa; portos, transportes e logística; energias offshore e recursos naturais; pesca e aquicultura; turismo e lazer; ciência e tecnologia; entre outras funções que se apresentam como mais-valia para a Humanidade.

A Economia azul defende assim uma abordagem multissetorial e integrada para a gestão sustentável dessas atividades para alcançar a transformação socioeconômica e o desenvolvimento sustentável (UNECA 2018, 2). Esta no-

6. A consciência crescente de uma exploração sustentável dos oceanos fez surgir no seio da União Europeia (UE) o entendimento de que era necessário estabelecer um quadro de político integrado, que visasse promover o desenvolvimento sustentável de todas as atividades marítimas e das regiões costeiras, melhorando a coordenação das políticas relativas aos oceanos, mares, ilhas, regiões costeiras e ultraperiféricas e setores marítimos, e desenvolvendo instrumentos transversais, tendo dado origem a Política Marítima Integrada da União Europeia, enquanto abordagem holística de todas as políticas da UE relacionadas aos oceanos. Neste quadro, como precursora destas matérias, a Comissão Europeia apresentou os conceitos de Economia azul e de Crescimento azul (*Blue Growth*), sendo este último uma estratégia de longo prazo para promover o desenvolvimento e crescimento sustentável nos setores marinho e marítimo. Vide. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/121/politica-maritima-integrada-da-uniao-europeia>. Acesso em 14 de outubro, 2020.

ção abrangente resultante também da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 está em consonância com os requisitos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resumindo, a Economia azul surge como uma variante da economia que se encontra ligada às políticas e às práticas inseridas numa estratégia conjunta de instituições e de setores especializados, tendo por objetivo o melhor aproveitamento das vantagens e das potencialidades do oceano, a fim de permitir o desenvolvimento sustentável dos Estados (Ginga 2014, 56).

Assim sendo, para a materialização de uma economia centrada nos fatores marítimos, é importante considerar o papel das cadeias de valor, uma vez que grande parte das atividades econômicas ocorrem não em setores essenciais, mas em atividades econômicas associadas, porquanto, nos últimos anos, o conceito de clusters ganhou enorme popularidade, na medida em que os decisores políticos, econômicos e acadêmicos, cada vez mais têm-se debruçado sobre o mesmo.

Na verdade, existem várias definições de clusters, de acordo com o contexto e o propósito a que se destinam, sendo que do ponto de vista econômico o objetivo principal é o de perceber melhor os motores da competitividade e do crescimento econômico. Assim, o conceito pioneiro de Cluster do Professor Michael Porter, da Universidade de Harvard, vem responder à necessidade de promover um crescimento harmonioso de setores associados, enquanto "geographic concentrations of interconnected companies and institutions in a particular field" (1998, 78), representando um conjunto interativo e sinérgico de atores econômicos interdependentes num determinado setor e espaço geográfico ou seja, uma concentração setorial e geográfica de empresas (Schmitz 1995).

Em termos gerais, os "clusters" são definidos como um grupo de empresas, organizações ou agentes econômicos relacionados, que pela sua proximidade e escala, são capazes de, em conjunto, desenvolver conhecimentos, serviços e recursos especializados, em benefício do desenvolvimento sustentado. Um elemento comum nas várias definições de cluster é o valor da concentração geográfica, associado ao fator rede, na cooperação entre empresas e instituições (Comissão Europeia 2008, 9).

O entendimento é o de que as empresas dificilmente inovam e crescem de forma isolada, porque dependem de fatores ligados à rede ou cadeia de valor, pelo que no âmbito marítimo, a clusterização pode contribuir para a transformação estrutural das economias, criação de empregos, combate à pobreza, melhoria das condições sociais, entre outros (Oyelaran-Oyeyinka e McCormick 2007). Assim sendo, os clusters marítimos, enquanto uma série de organismos semelhantes que crescem integrados (Matias 2009, 11), surgem como:

"...geographic concentrations of similar or related maritime firms such as shipping, seafood, marine technology, port operations that share common markets, technologies, worker skill needs, and are often linked by buyer-supplier relationships and operate in close interactions with another directly and through multiple networks." (LWOC 2018, 4)

Em suma, a essência de qualquer cluster é acima de tudo a edificação de uma Estratégia coletiva e inclusiva, constituindo um vetor essencial de desenvolvimento⁷, tendo em vista a promoção do crescimento económico e a diversificação da economia, no sentido em que na atualidade, a liderança económica depende também do crescimento de clusters dinâmicos (Krugman 2011). Portanto, a interpretação do agregado formado pela governança oceânica, Economia azul e cluster marítimo defendido no presente artigo, não se limita apenas aos organismos e subsectores marítimos, mas também a todos os atores e instituições com interesses identificados pelos espaços marítimos e que possam potenciar a sua exploração sustentável, em nome dos interesses nacionais.

3 Uma nova governança para os assuntos dos oceanos

No atual contexto global, seria inviável falar em reformas no sistema marítimo portuário nacional, sem antes abordar o contexto atual de governação dos oceanos, para que se possa projetar uma nova visão de abordagem aos assuntos dos oceanos

7. Assim, não constitui surpresa alguma que nos finais do século XIX, o economista Alfred Marshall (1890), tenha abordado a importância da localização de indústrias específicas e os benefícios das autarquias industriais.

em Angola; na consciência de que cada atividade humana, com incidência no mar e suas respetivas políticas, deve deixar de ser percebida de forma estanque e independente relativamente ao leque de atividades com a mesma incidência, porquanto deve haver uma maior interligação e homogeneidade dentre as várias políticas subsetoriais do quadro da Economia do mar. Trata-se de desconstruir a lógica da governação setorial, em detrimento de uma nova visão alargada e integrada, em que a complementaridade deve ser a palavra-chave.

Ora, tudo passa por abordar o 'estado do Estado'⁸, no que toca aos assuntos marítimos, marcado por um modelo de governação setorial, plástico, hierarquicamente vertical. O modelo atual tem resultado na ineficiência das políticas públicas nacionais, sendo que no caso dos assuntos dos oceanos, a não evolução do modelo setorial tradicional para um modelo correspondente às necessidades atuais do setor marítimo-portuário angolano, tem ditado o seu atraso, especialmente pelas interconexões que estes têm uns com os outros, pelas ameaças, que, em conjunto, colocam à sua sustentabilidade, e por ser verdadeiramente um problema horizontal, que não deve estar limitado às ferramentas verticais das tutelas setoriais.

Embora se reconheça alguma evolução nos modelos de governação setorial, ao nível institucional e orgânico, para um modelo mais elástico, de cooperação horizontal entre alguns subsectores do setor marítimo-portuário, tais dinâmicas são insuficientes, tendo em conta os inúmeros desafios a enfrentar. Assim, nos últimos anos, a fragmentação e pulverização entre vários organismos de tutela nos assuntos marítimos têm transformado o mar num espaço heterogéneo, onde convivem diferentes atores e onde muitas das atribuições e responsabilidades do Estado estão hoje entregues a um conjunto diverso de entidades e de instituições, com uma sobreposição em vez de uma complementaridade nas missões, o chamado dilema das 300 Marinhas (Ginga 2014, 244). No geral, as suas missões encontram-se desarticuladas e desajustadas, pelo que este contexto complexo de

8. Tiago Pitta e Cunha, na sua obra Portugal e o Mar, incide sobre a questão do estado do Estado na avaliação dos modelos de governação dos oceanos, numa visão de desenhar um modelo que represente uma mais-valia local na exploração do oceano (2011, 55-56).

dispersão das competências é promotor de alguma competição negativa e compromete a responsabilização das entidades; o que numa conjuntura de fortes restrições orçamentais e com grandes desafios pela frente, necessita urgentemente de correção⁹.

Na realidade, é essencial terminar com a proliferação de entidades reguladoras das atividades marítimas, das zonas costeiras e das explorações marinhas¹⁰. O país deve antes optar por uma economia de esforços no mar, apostando na complementaridade dos meios e das missões das diferentes instituições, minimizando recursos e maximizando a presença do Estado no Mar, através da maior parceria intragovernamental e da maior coordenação institucional, onde a partilha de informação e recursos materiais entre as entidades envolvidas nas atividades de monitorização, fiscalização, exploração e conhecimento científico das águas nacionais, constitui uma prioridade.

A complementaridade de esforços entre todos os subsectores de atividades envolvidos na "causa do mar" surge como a opção por excelência, para que o país construa um poder edificado no mar, em defesa da soberania e integridade territorial,

9. A situação angolana, no que toca à segurança marítima e ao controlo dos espaços marítimos, encontra-se muito desajustada ao panorama internacional, por os organismos nacionais encontrarem-se pouco preparados para fazer face aos desafios que o Estado enfrenta, numa altura em que três entidades diferentes desempenham cumulativamente o papel de guardas costeira - Marinha de Guerra, Capitânias do Porto e Polícia Fiscal Marítima.

10. O quadro legal nacional, através do artigo n.º 15 da Lei 27/12, estabelece que o exercício de Autoridade Marítima Nacional surge como o conjunto interministerial e intersectorial formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, provincial ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima - compete às entidades que integram o Sistema de Autoridade Marítima (SAM), designadamente: o Departamento Ministerial responsável pelo setor marítimo-portuário e que coordena a AMN (atualmente é o Ministério dos Transportes MINTRANS); o Departamento Ministerial responsável pela Defesa Nacional; o Departamento Ministerial responsável pelo Interior; o Departamento Ministerial responsável pelo Ambiente; o Departamento Ministerial responsável pelas Pescas e Mar; o Departamento Ministerial responsável pelas Relações Exteriores; o Departamento Ministerial responsável pela Saúde; o Departamento Ministerial responsável pelos Petróleos e Recursos Minerais; o Departamento Ministerial responsável pela Justiça; Órgãos do Sistema de Segurança Nacional; a Administração Marítima Nacional; o Comité Nacional para a Aplicação do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias; o Sistema Nacional de Vigilância Marítima; e a Guarda Costeira Nacional (República de Angola 2012).

da eficiência económica e do interesse nacional como um todo. Deste modo, a rejeição de uma governação do mar, fragmentada em pelouros fortemente estanques, não significa, porém, a concentração das várias políticas setoriais que incidem sobre o mar numa só tutela e num só Ministério¹¹ Ministério do Mar como modelo exclusivo, para alcançar a eficiência do setor marítimo-portuário (Ginga 2014, 247-249). Existe sim a necessidade de haver uma nova abordagem à governança dos oceanos e dos assuntos do mar, isto é, uma abordagem integrada do mar, num modelo em que a lógica da governação setorial seja posta de parte, muito porque o mar é transversal a quase todas as políticas públicas, o que também não deve significar a criação de um mega-ministério que concentre em si todas as tutelas sobre todas as atividades marítimas ou seja, um Ministério do Mar.

Este organismo, com carácter de uma Secretaria de Estado com uma ligação vertical ao detentor do Poder Executivo e uma coexistência horizontal com os outros ministérios da política nacional teria a responsabilidade de aglutinar os diferentes interesses e orientar as tutelas setoriais, visando a adoção de uma política pública marítima, transversal às várias tutelas. A "nova governação dos assuntos dos oceanos" dependerá da edificação de uma política de coordenação integrada a nível nacional, concentrada num organismo interdisciplinar, com autonomia necessária para atuar no quadro dos assuntos do mar, respeitando sempre as posições das tutelas setoriais, regionais e internacionais.

Com efeito, a implementação de uma nova visão alargada, enquanto política de gestão integrada das diferentes atividades ligadas ao mar, deve ter subjacente a consciência de que o mar constitui um todo e que as políticas que a ele se dirigem, quer seja em matéria de segurança e defesa, de exploração económica ou de investigação científica, devem estar interligadas, estar articuladas e estar subordinadas aos objetivos co-

11. Assim sendo, em muitas situações seria contraproducente concentrar as atividades marítimas e a ela conexas num único ministério, e com isso descentralizar algumas atividades de outros setores, previamente implementados, pondo em causa o devido funcionamento das mesmas, onde podemos ter como exemplo a questão dos transportes marítimos, no quadro da intermodalidade dos transportes nacionais (Cunha 2011, 57-58).

muns de governação. Na sua soma, essas políticas setoriais devem passar por um processo de integração e harmonização, resultando numa política única, transversal aos vários pelouros e setores de governação política (Cunha 2011, 51-52).

Assim sendo, a visão de uma governação integrada do mar traz à tona três "novos vetores essenciais", a saber: o "ordenamento e planeamento espacial dos espaços marítimos", onde se defende a criação de Áreas Marítimas Protegidas (AMP) ao longo da costa e no mar territorial, de forma a permitir a conservação do ecossistema marinho, através de uma exploração racional e sustentável dos recursos marinhos; a "valorização das oportunidades que o ambiente marinho e costeiro emprestam ao Estado", quer em termos geopolíticos como em termos geoeconómicos, que, se sustentavelmente exploradas, constituem um enorme legado para várias gerações; e a revitalização da cultura e identidade marítima angolana, onde será necessária a exploração de várias ferramentas, materiais e abstratas, com elevado potencial de resgatar a maior presença e interesse do Estado angolano como um todo, pelos assuntos dos oceanos.

Em qualquer processo de exploração económica, o fator planeamento e ordenamento espacial constituem a base, na medida em que permitem uma abordagem aos ecossistemas, aplicada ao meio marinho, como vetor de gestão eficaz dos recursos e das atividades marítimas. Neste quadro, de ordenamento espacial, a delimitação das fronteiras marítimas continua a ser uma das mais complexas tarefas ao nível do Direito Internacional, na medida em que "the essence and meaning of delimitation of maritime boundaries rests in the fact that it helps fix and identify the boundaries of the territorial sovereignty of a State and its spatial jurisdiction" (Okonkwo 2017, 58).

No que toca às fronteiras marítimas laterais de Angola, encontra-se ainda em curso o processo de delimitação da fronteira lateral norte com a República Democrática do Congo, nomeadamente por oferecer um elevado grau de complexidade, por estarem envolvidos muitos interesses económicos para o Estado. Por seu turno, a fronteira sul do mar territorial, ZEE e plataforma continental de Angola, foi definida através do Tratado de delimitação assinado entre a República de Angola

e a República da Namíbia, a 4 de junho de 2002 (República de Angola 2010). Outrossim, o projeto de extensão da plataforma continental de Angola (PEPCA), submetido, inicialmente em dezembro de 2013, à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (Organização das Nações Unidas), permitirá que o Estado tenha em sua jurisdição uma superfície oceânica com uma extensão equiparada a 86% da superfície total terrestre (1.069.530 km²)¹², o que resultará em ganhos associados à exploração de riquezas do fundo do mar e ao legado para as gerações vindouras¹³. O interesse de Angola no PEPCA traduz os ganhos que o Estado espera obter com a autorização da sua submissão, pelo que já se perspectivam avanços no âmbito das Ciências do Mar e do desenvolvimento tecnológico marinho, surgindo como um projeto de transcendente importância para Angola, quer seja pelo seu valor estratégico, pelo seu potencial económico (Ginga 2014).

Desde logo, o Estado deve ser mais acutilante nas questões ligadas ao ordenamento do litoral e orla costeira, que pelas suas fragilidades está sempre submetida a processos contínuos de erosão, pelo que devem ser protegidas da ação destrutiva do homem¹⁴. Vários Estados começaram a elaborar novos quadros legais para a utilização sustentável dos oceanos e dos mares, que englobam a maioria dos assuntos marítimos e estabelecem objetivos claros, a partir de uma abordagem intersetorial e transversal (Martin 2012), com uma política integrada que visa "cortar a ligação entre crescimento económico, que é desejável prosseguir, e degradação ambiental, que normalmente lhe está associada" (Cunha 2011, 57).

Neste particular, Angola deve fazer o mesmo,

12. Vide. <https://revistademarinha.com/o-poder-naval-em-angola/>. Acesso em: 15 de outubro, 2020.

13. Parafrazeando o Comandante Jaime Silva (2012, 17), ...independentemente do que sabemos e aproveitamos do mar na atualidade, é importante termos a noção de que apesar de ainda não conhecermos pormenorizadamente o que existe no vasto território que reclamamos, ele encerra recursos que serão nossos e que outros não poderão explorar sem o nosso consentimento, porquanto o valor dos oceanos não pode ser visto apenas numa perspetiva de usos atuais, mas sim numa tendência de legado para as gerações futuras.

14. De acordo com o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas da Zona Costeira de Angola, cerca de 50% da população angolana se concentra nas regiões costeiras do país, sendo que no agregado das áreas de influência direta e indireta abrange uma área de 118.420 km² (República de Angola 2019, 15).

no sentido em que deve haver uma revisão profunda dos principais diplomas que versam sobre estas matérias, concretamente: o Plano Nacional de Ordenamento da Orla Costeira Angolana (PNOOC), que embora tendo sido aprovado em 2011, aguarda pela sua promulgação; a Lei n.º 14/10 de 14 de julho, Lei dos Espaços Marítimos; a Lei n.º 6/02 de 21 de junho, Lei de Águas; a Lei n.º 6-A/04 de 8 de outubro, Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos; entre outros instrumentos que têm-se constituído em atraso para a gestão sustentável dos espaços marítimos no país.

No âmbito da criação de AMP, considera-se que os projetos não têm passado de intenções, porquanto em 2005 o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP), no quadro dos estudos realizados no âmbito do projeto Biodiversidade do Programa Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME), já havia preconizado a sua materialização (Ginga 2014, 289), todavia este desiderato encontra-se por cumprir¹⁵. Na verdade, somente com uma visão integrada e complementar será possível continuar a explorar os recursos sem continuar a implicar a destruição das faunas marinhas, e com isso fragilizar a sustentabilidade do ecossistema marinho nacional, como já tem ocorrido¹⁶.

O ordenamento do espaço marítimo revela-se numa ferramenta de governação essencial para permitir a otimização do desenvolvimento de uma Economia azul sustentável, pelo que deverá promover não apenas a criação de AMP, como a identificação, e respetivo mapeamento, das diferentes áreas de interesse no mar, onde devem estar identificadas as infraestruturas portuárias e acessos marítimos; as áreas e pontos exclusivos aos órgãos de Defesa e Segurança marítimas; marinas e portos de recreio; cabos submarinos; zonas de imersão de dragados; afundamento de navios e estruturas análogas; áreas destinada à aquicultura; áreas para a exploração de energias renováveis; áreas reservadas à investigação científica e biotecnologia marinha; as plataformas *offshore*

multiusos e respetivas áreas de exploração; as áreas de exploração de recursos minerais não metálicos; bem como outras áreas relevantes para a conservação do ecossistema (património cultural subaquático, património cultural marinho, reserva ecológica nacional).

No que diz respeito à exploração das oportunidades conferidas pelo oceano, esta nova visão deve revolucionar a maneira como os angolanos se relacionam com o oceano, sendo que as atuais práticas de governança limitam-se a regular as atividades humanas desenvolvidas no oceano, visto que para os decisores os oceanos representam apenas o ambiente onde se desenvolvem as atividades essenciais à Economia nacional. Assim, as atividades humanas são o centro do modelo tradicional, na medida em que as políticas públicas são construídas em função dessas atividades e com o objetivo de as regular, o que dá lugar a uma heterogeneidade das várias políticas públicas, quer ao nível da segurança, da exploração económica, como da preservação ambiental.

O correto será desenhar um modelo de políticas públicas, em que o centro serão os oceanos, e onde as políticas setoriais serão um instrumento complementar, numa ótica de controlo espacial, exploração de recursos, proteção ambiental e investigação científica, dos espaços marítimos nacionais. A visão de uma nova governação integrada do oceano deve colocar o mar no centro do sistema, ou seja, o ponto de partida para a governança dos oceanos devem ser eles mesmos, numa perspetiva de complementaridade¹⁷ das atividades humanas que sobre ele incidem. De facto, dependerá do Estado e dos seus respetivos órgãos, em articulação com as diferentes forças nacionais, a criação de instrumentos que se repercutam em capacidade de projetar no seio do diálogo interno e da cooperação internacional a visão de uma Nação com interesse particular no mar, mormente por

15. Vide. <https://valoreconomico.co.ao/artigo/governo-criar-novas-zonas-de-protecao-da-biodiversidade>. Acesso em: 15 de março 2020.

16. Vide. http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2010/11/48/Estudos-cientificos-indicam-diminuicao-das-especies-marinhas,7029924b-2501-48ac-8699-b8051c4ed4a7.html. Acesso em: 16 de março 2020.

17. Um modelo de complementaridade permitirá uma maior clarificação do "conceito de responsabilização" a nível do setor marítimo-portuário, deixando óbvia a atuação de cada entidade no mar, devendo responder diretamente pela sua materialização, uma vez que o sentido de responsabilização servirá de fio condutor para a atuação de cada organismo nos diferentes patamares de decisão e de administração dos assuntos do mar, assegurando que os recursos colocados à disposição de cada instituição são empregues de forma criteriosa, eficiente e em conformidade com o quadro normativo.

a sua economia se encontrar muito dependente relativamente ao mar.

Apesar da lógica neoliberal difundida, nos finais da década de 1980, de "menos Estado melhor Estado", como uma visão que defende essencialmente o emagrecimento do Estado, não podemos ignorar o facto de que se os Estados precisam de ser reduzidos em determinadas áreas, precisam paralelamente de ser fortalecidos noutras, porquanto e no que concerne ao melhor aproveitamento das oportunidades que os oceanos fornecem ao país, o Estado deve estar na vanguarda, criando políticas e instrumentos que venham a potencializar o maior envolvimento de atores não-estatais no processo de consolidação de uma Economia azul (Ferro 2008, 389-390; Ginga 2014). Porém, considera-se que para a sua eficácia exige-se que, no final deste processo de fortalecimento, exista "menos Estado e melhor Estado", dado que os operadores económicos que não dependem dos constrangimentos impostos pelo poder político nacional, precisam de espaço para potenciar a sua criatividade empresarial, precisando apenas de incentivos que façam evoluir essa condição.

Isto porque, isoladamente, o Estado não tem capacidade de proteger a atual configuração económica nacional, onde, em muitos setores de atividade, se verifica ainda a excessiva presença do Estado, dando a imagem de uma economia planificada. Mais uma vez, a questão central será a avaliação do "estado do Estado", na economia nacional, que a priori sugere a uma mudança de configuração, onde o papel do Estado será o de viabilizar condições favoráveis para a localização de uma especialização nos setores da Economia do mar, investindo em infraestruturas, em incentivos variados, em qualificações profissionais e incentivando assim o liberalismo económico (*laissez-faire*). Torna-se então necessário estabelecer e articular políticas setoriais, que contribuam para a afirmação do Estado, através de uma Estratégia integrada, num complexo alargado de sinergias internas e externas, que, no final, poderão culminar na formulação de um *Cluster* da Economia azul angolana.

Em vista disso e considerando o "estado da Economia nacional", onde não mais é possível continuar a alargar as funções do Estado no financiamento das políticas sociais e de todas as

dinâmicas do setor, torna-se importante viabilizar um novo tipo de relacionamento do Estado com a economia e do Estado com a sociedade, em ordem à adaptação a um novo padrão de modernização. O importante será o reconhecimento, pelos decisores políticos e económicos, de que o exercício efetivo da autoridade do Estado no quadro dos assuntos do mar é agora muito menos o controlo e a imposição da autoridade, do que a regulação e a orientação estratégica, numa lógica de "menos Estado e melhor Estado"¹⁸. Finalmente, o Estado deverá criar as bases para o surgimento de uma economia especializada no mar, que assegure os seus equilíbrios fundamentais e que em paralelo seja atrativa de investimentos externos.

Reconhece-se, portanto, que já não é sustentável a relação de protecionismo do Estado em relação aos subsectores do setor marítimo-portuário, especialmente porque, para a modernização do setor e de uma Economia associada, não é viável o controlo direto do Estado sobre as empresas, contanto que atuam como reguladores e como *stakeholders* (grupo de interesse). No geral, devem continuar a ser alterados o padrão de modernização e o modelo de desenvolvimento neste setor, o que a longo prazo se traduzirá numa atração de investimento, numa reconfiguração da economia associada¹⁹ e na criação de economias de escala em torno do setor.

Por seu turno e quanto ao último vetor, o momento exige a regeneração da cultura marítima pelo Estado, representando, simultaneamente, uma expressão de soberania e de identidade nacional, como incentivo à inovação e ao empreendedorismo nas matérias ligadas ao setor marítimo, e como fator de desenvolvimento de uma Economia azul. Essa manifestação pode e deve projetar-se no reconhecimento da centralidade dos

18. Na verdade, não são as empresas que podem acionar os dispositivos de regulação, pois não têm legitimidade institucional ou autoridade para fazerem recomendações a outras empresas ou para decidirem a alteração de políticas para assim corrigirem os desequilíbrios. Estas funções só podem ser exercidas pelo poder político e, ao contrário do que acontece com os tradicionais poderes de controlo e de imposição da autoridade, o exercício do poder de regulação tem efeitos relevantes na configuração das possibilidades económicas e na orientação das estratégias competitivas (SAER 2009, 34).

19. Vide. https://www.portoluanda.co.ao/Documentos/3_MEMORANDO_INVESTIMENTO.pdf. Acesso em: 10 de março, 2020

oceanos na atual conjuntura internacional, na criação de instrumentos que potenciem a melhor exploração dos ativos marítimos e marinhos e na sua melhor inserção nos diferentes *Fora* de atuação internacional no quadro dos assuntos do Oceano.

A revitalização da cultura e identidade marítima angolana, requer a viabilização de uma política que incentive a proteção e a valorização do património marítimo, através de dois pilares, a saber: um primeiro ligado à segurança e defesa, através do controlo e fiscalização do espaço marítimo contra as várias ameaças à segurança e defesa marítimas; e o outro relativo ao desenvolvimento económico sustentável, como condição para a prosperidade da Nação; num contexto onde a longo prazo, o papel dinamizador da ciência e tecnologia, associado ao poder revolucionário da educação e do ensino (centros de investigação, academias, universidades, entre outros agentes), produzirão no seio dos angolanos uma renovada cultura marítima. Na verdade, estes dois pilares constituem o alicerce para a construção de uma Economia azul forte, enquanto visão alargada, devendo por isso albergar todas as atividades ligadas e com interesse nos espaços marítimos.

4 Uma Economia azul angolana

O domínio marítimo tem um significado profundo para os Estados africanos, na medida em que os oceanos, portos e vias navegáveis interiores do continente africano, são mais do que meras fontes de alimentação e energia, "they are how Africa trades with the rest of the world. Accordingly, the African maritime sector holds the key to wealth and prosperity for the continent as a whole" (Baker 2011, 40), pelo que representam um composto de extremo potencial, no quadro da "geopolítica africana". Converter este potencial em geração de riqueza inclusiva, exige uma nova abordagem. A Economia azul oferece esta oportunidade (UNECA 2016).

É dentro deste quadro de maritimidade, enquanto parte integrante da Agenda Africana 2063, que Angola se deve posicionar, sobretudo porque, no contexto atual, a devida exploração dos benefícios do mar requer a criação de uma indústria harmonizada que maximize o seu aproveitamento,

articulando os interesses e as capacidades nacionais, de forma a melhor identificar e avaliar as suas potencialidades (Correia 2010, 12).

Uma abordagem à Economia azul para o contexto angolano, implica, sobretudo, a avaliação quantitativa (cadeias de valor e valor acrescentado bruto) das principais atividades da Economia do mar, a saber: portos, transporte e logística; pescas e indústrias associadas; construção, manutenção, reparação naval e obras marítimas; turismo, passageiros e lazer; energias *offshore* e recursos naturais; educação, investigação científica e tecnologia; segurança e defesa. Contudo, por questões de racionalização de espaço e pela falta de dados estatísticos atualizados sobre estas subsectores, não será possível fazer uma análise quantitativa profunda, sendo possível apenas uma abordagem qualitativa resumida, com base no potencial dos diferentes subsectores, conforme ilustra o quadro a seguir.

Figura 1. Sistematização do Potencial da Economia azul em Angola

Economia Azul Angolana						
Subsetores	Exploração Efetiva	Exploração moderada e/ amplo Potencial de crescimento	Não/Sub-explorados e/ amplo Potencial de crescimento	Exploração excessiva ou não controlada	C	E
Portos, Transportes e Logística	Portos Convencionais.	Terminais marítimos especializados, Serviços e Infraestruturas portuárias, Frota pesqueira e Frota TMCD.	Frota Marinho Mercante de Bandeira, Plataformas logísticas, Infraestruturas de Intermodalidade portuária, Portos de águas profundas e híbridas.			
Pescas e Indústrias associadas	Pesca semi-industrial, Pesca artesanal.	Aquicultura e piscicultura.	Indústria salobra, Indústria transformadora de pescado.	Pesca industrial.		
Construção, Manutenção, Reparação Naval e Obras marítimas		Obras Marítimas, Docas Navais, Estaleiros e Oficinas Navais.	Indústria Naval, Docas secas.			
Turismo, Passageiros e Lazer	Turismo praia e sol.	Desportos náuticos, Turismo náutico.	Turismo de cruzeiro, Náutica de recreio, TMCD - Transporte Marítimo de Curta Duração.			
Energias Offshore e Recursos Naturais	Upstream.	Midstream, Downstream.	Energia das ondas e marés, Pré-sal, exploração mineira no mar e dos fundos marinhos, Biotecnologia Marinha.			
Educação, Investigação científica e Tecnologia	Tecnologia marítima (oil & gas).	Academias Marítimas, Centros de formação, Entidades Certificadoras, Proteção e conservação costeira, Investigação marinha e pesqueira.	Centros de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Startups marítimas, Incubadoras marítimas.			
Segurança e Defesa	Vigilância das águas territoriais e interiores.	Frota Naval, Dispositivo e infraestruturas em terra no âmbito da <i>maritime safety and security</i> , Regulamentos Internacionais (Convenções, Protocolos e Memorandos), Search and Rescue na FIR (Flight Information Region) Luanda.	Ordenamento e planeamento espacial, <i>Maritime Domain Awareness</i> : Controlo e monitorização permanente (Vessel Traffic Service-VIS, Automatic Identification System-AIS, Long Range Identification and Tracking-LRIT), Sistemas de Sinalização e Balizagem.	Fronteiras fluviais		

Fonte: Autor²⁰

Portanto, de forma geral considera-se que os principais subsectores da Economia do mar têm um

20. Esta sistematização foi resultante da avaliação de dados apresentados por diferentes fontes de diferentes organismos nacionais e internacionais, com interesse nestas matérias, considerando o potencial dos diferentes subsectores, mediante essencialmente quatro estágios de exploração das atividades-chave dentro de cada subsector, a saber: Exploração efetiva; Exploração moderada com amplo potencial de crescimento; Não/ sub-Exploração com amplo potencial de crescimento; Exploração excessiva ou não controlada. Paralelamente, considerou-se o potencial conjunto associado destas atividades em gerar crescimento e empregabilidade. Ao nível do potencial de geração de Crescimento (C) e empregabilidade (E), foi utilizada o sistema de cores, verde, amarelo e vermelho, para identificar o alto, moderado e pouco potencial, respetivamente.

potencial elevado de crescimento e empregabilidade²¹, nas diferentes áreas de atividades, concretamente a nível da função dos portos, transportes e logística, não apenas pelo valor directo, mas também pela cadeia de valor que o seu crescimento representa, quer no quadro interno (*hinterland*) como externo (*foreland*), num cenário em que no ano de 2017 este setor foi responsável por cerca de 95% do total de carga transportada (Am-Cham Angola 2018, 145), na medida em que no futuro com a remodelação do sistema portuário, onde se espera o surgimento de um Porto de águas profundas em Cabinda; com a implementação da Rede de plataformas logísticas e das infraestruturas necessárias para permitir a intermodalidade portuária (restabelecimento da ligação dos principais portos aos corredores ferroviários nacionais e regionais)²²; este subsector poderá assumir uma posição de destaque na distribuição terrestre (*inland*) a nível da região²³ Central e Austral do continente (MINTRANS 2012).

No tocante às pescas e indústrias associadas, este subsector representa um dos mais importantes da Economia azul, ao nível do crescimento e criação de emprego²⁴, sendo fundamental para subsistência de milhões de angolanos, que direta e indiretamente dependem deste. O potencial associado ao subsector é inestimável, na medida em que julga-se oportuno um maior fortalecimento

21. Na verdade, em termos gerais, o potencial de empregabilidade dos subsectores da Economia azul é elevado, sendo apenas moderado naqueles subsectores cujas atividades dependem de uma formação muito especializada (energias offshore e recursos naturais; construção, manutenção, reparação naval e obras marítimas; educação, investigação científica e tecnologia), e na vertente da segurança e defesa, que pela sua natureza não absorve muitos recursos humanos, comparativamente a outros setores de atividades.

22. Vide. https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/consumer-business/brochura_logistica_angola_web.pdf. Acesso em: 13 de outubro, 2020.

23. De igual modo, para o crescimento deste subsector, considera-se fundamental uma aposta na frota mercante nacional, sobretudo por uma questão de autarcia económica, e na especialização dos terminais marítimos nacionais, em ordem a potenciar o processo de regionalização do setor, com os impactos positivos que isto agregará.

24. Encontra-se em curso o recenseamento do setor agropecuário e pescas (RAPP), que conta com um financiamento do Banco Mundial e com o apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). Vide. <https://prodesi.ao/media/noticias/comeca- hoje-o-recenseamento-agro-pecuaria-e-pescas>. Acesso em: 15 de outubro, 2020.

do ordenamento espacial e dos instrumentos que permitem uma exploração sustentável dos recursos. Neste quadro, torna-se essencial que se melhorem cada vez mais as capacidades de controlo e fiscalização, nomeadamente ao nível da pesca industrial e semi-industrial, pelo seu carácter destrutivo dos ecossistemas marinhos. Outrossim, o potencial agregado às indústrias salineira e de processamento e transformação justifica um olhar atento das autoridades às necessidades dos principais intervenientes, de forma a tornar efetiva a sua participação no desenvolvimento sustentável nacional (MINPESMAR 2018).

Ao nível do subsector passageiros, lazer e turismo, o Estado angolano deve continuar a viabilizar a revitalização das infraestruturas do setor do turismo nacional, num quadro de crescimento e exploração de novos domínios, mormente por ser um dos setores ao nível da Economia azul que exige menores esforços financeiros, e que melhores resultados poderá apresentar, num horizonte temporal curto. Neste quadro, enfatiza-se a importância dos Transportes Marítimos de Curta Duração (Rede de Cabotagem), que surgem como um fator estratégico para a mobilidade interna, nomeadamente na Região Norte, sendo essencial para minimizar os efeitos da descontinuidade territorial (MINTRANS 2012).

Relativamente à função energias offshore e recursos naturais, consideram-se essenciais as reformas que estão a ser conduzidas, visto que as medidas implementadas nos últimos anos têm permitido um crescimento notável da atividade de *downstream*, a construção de novas refinarias (em curso) e outras infraestruturas permitem vislumbrar a curto e médio prazo um crescimento do *midstream*. Ademais, a reestruturação do subsector têm permitido também a atração de novos investimentos nas várias dimensões do subsector, o que a médio-longo prazo fomentará o aumento da produção, a exploração de novas fontes de recursos naturais e a obtenção de mais receitas neste subsector²⁵.

Finalmente, as outras funções (construção, manutenção, reparação naval e obras marítimas; educação, investigação científica e tecnologia; e

25. Vide. <https://www.privacyshield.gov/article?id=Angola-Oil-and-Gas>. Acesso em: 16 de outubro, 2020.

segurança e defesa), se devidamente potenciadas, representarão os alicerces de uma Economia azul angolana forte. Numa altura em que se encontra em curso o PEPCA, este trinómio permitirá o uso seguro e permanente dos espaços marítimos, e o conhecimento profundo das riquezas nestes espaços. Portanto, em convergência com as normas internacionais no quadro global dos assuntos dos oceanos, o Estado deve incentivar as atividades de exploração sustentável dos espaços, das camadas e do fundo marinho, em ordem a explorar e aproveitar o elevado potencial da Economia azul.

5 Um *cluster* do mar para o fomento da Economia azul

A viabilização de uma Economia azul em Angola, como mecanismo de fomento do desenvolvimento sustentável nacional, surge assim como uma oportunidade ímpar, visto que existem muitos setores, dimensões e funcionalidades marítimas que Angola deve experimentar, numa perspetiva de inovação estratégica, diversificação económica e de reformulação do modelo de desenvolvimento sustentável, porquanto a Economia azul tem o potencial de criar riqueza e crescimento sustentável.

Destarte, perspetivar uma Economia azul forte para Angola implica falar de "cluster marítimo", porque permitirá interligar um conjunto de setores económicos e de empresas, transmitindo-lhes a consciência de um propósito comum e potenciando a ação integrada (Cunha 2011, 17). Com efeito, a "clusterização da Economia azul" e o respetivo potencial associado às suas principais funções, fazem do oceano uma verdadeira plataforma de desenvolvimento para Angola (Ginga 2014).

Assim sendo, no quadro de promoção de condições mais favoráveis para a condução de uma Estratégia integral para o setor marítimo, acredita-se que o "modelo do tipo *top-down*" (de cima para baixo), com grande incentivo governamental, por um lado, responderia melhor ao contexto nacional, sobretudo considerando as características da economia nacional e do tecido empresarial atual, e tendo em vista a definição das principais prioridades para um setor marítimo-portuário nacional, ainda em construção. Todavia, de acordo com os especialistas nestas matérias, o modelo tradicional

top-down muitas vezes não permite a implementação de medidas mais sensíveis ao contexto real e por isso pode ser menos sustentável, porquanto não permite a participação com competitividade adequada das partes interessadas e, portanto, diminui o sentido de associação (Comissão Europeia 2008).

Ademais, há o reconhecimento de que esse modelo encerra uma série de limitações, comparativamente ao "modelo *bottom-up*" (de baixo para cima), designadamente ao nível estrutural, na medida em que dificilmente consegue criar capacidades entre os principais interessados em identificar e estruturar as metas; ou projetar intervenções apropriadas para enfrentar os principais obstáculos, prejudicando assim a sua consolidação. Contrariamente, o "modelo *bottom-up*" raramente reconhece as devidas oportunidades para a criação de uma iniciativa privada forte e, com isso, retrai a inovação e a criatividade, sendo que na maior parte das vezes ignora os interesses concorrentes e as relações de poder envolvidas para uma implementação bem-sucedida de um cluster (UNECA 2016, 17).

Assim sendo e em função deste dilema, de optar isoladamente entre um modelo que pode retrair a inovação e a criatividade (*bottom-up*) e outro modelo que dificulta a criação de capacidades locais entre os principais interessados, considera-se como alternativa a viabilização de um "modelo híbrido" (*bottom-up* e *top-down*), onde terão de confluir o crucial papel de uma iniciativa privada mais forte e inovadora, em paralelo com a intervenção do Estado, através da promoção de políticas públicas e da atração de Investimento Direto Estrangeiro, num processo em que o setor público e os seus parceiros devem constituir o pilar fundamental na dinamização intersetorial e na coordenação institucional.

O modelo híbrido proposto faz sentido, porque se vislumbra a edificação de uma indústria que albergará um conjunto de indústrias independentes mas interligadas, na medida em que dentro de um mesmo "cluster de clusters" (*Hy-*

*percluster*²⁶) poderão coexistir nichos de mercado fundados numa visão *bottom-up*, especialmente naquelas áreas cujo tecido empresarial já se encontra num patamar de maturação considerável (portos, transporte e logística; energias *offshore* e recursos naturais); enquanto outros optem por uma evolução segundo uma perspectiva *bottom-up*, designadamente pelas suas especificidades de investimento intensivo e de conhecimento muito especializado, que carecem de uma maior participação do setor público (construção, manutenção, reparação naval e obras marítimas; educação, investigação científica e tecnológica).

Por tudo isso, ainda que muitas áreas de atividades se encontrem num estágio embrionário ou mesmo por explorar, as potencialidades marítimas de Angola permitem vislumbrar o vasto leque de atividades que nele podem ser desenvolvidas, constituindo um "*cluster* da Economia azul". Em síntese, uma Economia azul em Angola consolidada por um *cluster* marítimo e pelo conjunto de segmentos no âmbito dos assuntos do oceano trará, por um lado, dimensão ao Estado pela extensão dos espaços marítimos e, por outro lado, afirmação pela acumulação de fatores que indicam o potencial dos espaços marítimos nacionais e pelos agregados económicos que podem ser obtidos, através da maior valorização política, securitária, económica e científica destes espaços.

6 Conclusão

Na perspetiva de realçar as principais linhas de pensamento traçadas ao longo deste ensaio científico sobre a importância da governação integrada dos assuntos marítimos em Angola face à atual Ordem Mundial, constata-se que o século XXI veio cristalizar o lugar privilegiado dos oceanos, enquanto vetor da economia mundial, tornando-o num elemento dinamizador da globalização e da mundialização. Naturalmente, para Angola o mar apresenta-se como um elemento estratégico, enquanto meio imprescindível para o desenvolvimento nacional, numa vertente de exploração

económica (energias *offshore*, recursos naturais e pescas e indústrias associadas); de ligação, como via convencional de importação e exportação de bens e serviços; e de segurança e defesa; por o setor marítimo constituir o grande pilar dessa indústria que o mar comporta. Todavia, o mar continua a ocupar um papel subalterno no processo de tomada de decisão política em Angola.

A governação integrada dos assuntos do mar deve por isso constituir-se numa prioridade para o Estado angolano, em substituição do atual modelo tradicional, setorial e vertical, de gestão dos assuntos do oceano, independentemente da inexistência de uma Estratégia Nacional do Mar. Ademais e vislubrando-se a consolidação de uma Economia azul em Angola, através do vasto leque de atividades dos setores marítimo e auxiliares, tendo por base as variadas utilizações que o mar alberga, bem como o conjunto de infraestruturas que permitem criar as condições necessárias para utilização sustentável dos mares; considera-se que a criação de um cluster de clusters poderá contribuir para estimular a interconectividade e competitividade de todo o setor marítimo-portuário, porquanto traduzirá, numa visão coletiva, as articulações entre os seus diferentes setores e subsectores, aumentando a atratividade, produtividade e diversidade dos ativos do mar.

Em suma, o potencial marítimo herdado pelos Angolanos per se não terá significado algum, se o Estado não criar instrumentos e reunir recursos de forma a explorar o grande potencial dos espaços marítimos nacionais.

26. O conceito de *Hypercluster* ou *cluster* de *clusters*, traduz um conjunto de clusters que, não tendo necessariamente todos entre si relações de intercâmbio económico ou tecnológico estreitas, existem em torno da exploração de um mesmo recurso ou de um mesmo património de grande dimensão e que suporta uma grande variedade de funções (SAER 2009, 105).

Referências

- [1] American Chamber of Commerce in Angola [AmCham Angola]. 2018. *Angola is Now. Angola Investment Guide*. Luanda: AmCham Angola/AIPEX.
- [2] Assembleia Nacional. 2010. "Lei dos Espaços Marítimos". Lei n.º 14/10, Diário da República, I Série n.º 131, 1382-396.
- [3] Assembleia Nacional. 2012. "Lei da Marinha Mercante. Portos e Atividades Conexas". Lei n.º 27/12, Diário da República, I Série n.º 166, 3870-3908.
- [4] Baker, Michael L. 2011. Toward an African Maritime Economy Empowering the African Union to Revolutionize the African Maritime Sector. *Naval War College Review* 64(2), 38-62.
- [5] Bastos, Fernando L. 2010. "A Soberania no Mar." In *Políticas Públicas do Mar: Para um novo conceito estratégico nacional*, coordenado por Nuno Vieira Matias, Viriato Soromenho-Marques, João Falcato, Aristides G. Leitão, 35-65. Lisboa: Esfera do Caos.
- [6] Banco Mundial. 1992. *Governance and Development*. Washington: Banco Mundial.
- [7] Comissão Europeia. 2008. "The Concept of Clusters and Cluster Policies and their role for Competitiveness and Innovation: Main Statistical Results and Lessons Learned." *Europe INNOVA/PRO INNO Europe paper*, 9 de outubro, 1-84.
- [8] Comissão Europeia. 2012. "Crescimento Azul: Oportunidades Para Um Crescimento Marinho E Marítimo Sustentável." In *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- [9] Commonwealth Secretariat. 2016. The Blue Economy and Small States. *Commonwealth Blue Economy Series* 1, 1-51.
- [10] Correia, A. 2010. Portugal e os Desafios Marítimos do século XXI. In *Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*. Lisboa, 15 de Maio.
- [11] Confraria, J. 2011. Economia e política do mar. *Cadernos de Economia* 24(95), 14-16.
- [12] Cunha, Tiago Pitta e. 2011. *Portugal e o Mar. À Redescoberta da Geografia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- [13] Economist Intelligence Unit (EIU). 2015. "The blue economy: Growth, opportunity and a sustainable ocean economy." An Economist Intelligence Unit briefing paper for the World Ocean Summit 2015. Londres: EIU. Disponível em https://www.eiu.com/content/uploads/2018/04/m1_EIU_The-BlueEconomy_2015.pdf Acesso em: 11 de outubro, 2020.
- [14] Ferro, Mónica. 2008. "O que falha quando falham os Estados". In *Estratégia Vol. XVII*, coordenado por Adriano Moreira e Pinto Ramalho. Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 389-410.
- [15] Ginga, Damião. 2014. "Angola e a Complementaridade do Mar: o Mar como Fator Geoestratégico de Segurança, Defesa e Afirmação." Tese de doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Lisboa.
- [16] Krugman, Paul. 2011. "Increasing returns in a comparative advantage world." In *Comparative Advantage, Growth, and the gains from Trade and Globalization*, editado por Robert M. Stern, 43-53. London, UK: World Scientific.
- [17] Martín, M. 2012. "Governança Oceânica Bases estratégicas para o desenvolvimento do Mar dos Açores". Tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Açores.
- [18] Marshall, Alfred. 1890. *Principles of Economics*. Londres: Macmillan.
- [19] Matias, Nuno V. 2009. A "Clusterização" da Economia Marítima. *Nação Defesa* 122(4), 9-23.
- [20] Ministério dos Transportes de Angola (MINTRANS). 2012. *Síntese Integradora da Rede Nacional do Plano Estratégico Nacional de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes (PENAMT): A Rede Nacional de Infraestruturas de Transportes e Logística*. Luanda: MINTRANS.
- [21] Ministério das Pescas e do Mar de Angola (MINPESMAR). 2018. *Plano de Ordenamento de Pescas e Aquicultura (POPA) 2018-2022*. Luanda: MINPESMAR.
- [22] Ministério do Ambiente de Angola. 2019. *Plano de Adaptação às Alterações Climáticas da Zona Costeira de Angola*. Luanda: Ministério do Ambiente.
- [23] Olsen, Stephen Bloye. 1993. Will Integrated Coastal Management Programs be Sustainable: the Constituency Problem. *Ocean and Coastal Management* 21(1-3), 201-226.
- [24] Oyelaran-Oyeyinka, Banji, e Dorothy McCormick (Eds). 2007. *Industrial Clusters and Innovation Systems in Africa Institutions, Markets, and Policy*. Nova Iorque: United Nations University Press.
- [25] Okonkwo, Theodore. 2017. Maritime Boundaries Delimitation and Dispute Resolution in Africa. *Beijing Law Review* 8, 55-78.
- [26] Porter, Michael E.. 1998. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review* 76(6), 77-90.
- [27] Ribeiro, J. 2011. Portugal e a exploração dos oceanos. *Cadernos de Economia* 95(24), 17-20.
- [28] SAER/ACL. 2009. *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. Lisboa: SaeR/ACL.
- [29] Schmitz, Hubert. 1995. Collective Efficiency: Growth Path for Small-Scale Industry. *Journal of Development Studies* 31(4), 529-566.
- [30] Silva, Jaime. 2012. A Plataforma Continental Portuguesa: Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional. *Cadernos Navais* 43, 1-157.
- [31] United Nations Economic Commission for Africa [UNECA]. 2016. *To order copies of Africa's Blue Economy: A policy handbook by the Economic Commission for Africa*. Adis Abeba: UNECA.
- [32] UNECA. Africa's Blue Economy. 2018. *Opportunities and challenges to bolster sustainable development and socioeconomic transformation*. Nairobi: UNECA.
- [33] World Ocean Council [WOC]. 2018. *Ocean/ Maritime Clusters: Leadership and collaboration for ocean Sustainable Development and Implementing the Sustainable Development Goals*. World Ocean Council White Paper. Honolulu: WOC.



Damião Fernandes Capitão Ginga, Invited Associate Professor at the Diplomatic Academy Venâncio de Moura, in Luanda-Angola, holds a Postgraduate Degree in Information Warfare/Competitive Intelligence from the Portuguese Military Academy, holds a Master's Degree in Naval Sciences from the Portuguese Naval School and holds a PhD in Policy Sciences from the Lusophone University of Humanities and Technologies of Lisbon. He is a Professor, Researcher and Consultant in Strategic Studies.

A passagem do Nordeste, a política externa Russa para o Ártico durante o terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin (2012-2018)

The Northeast passage, Russian foreign policy for the Arctic during Vladimir Putin's third presidential term (2012-2018)

Ecaterina Crihan,

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo—A região do Ártico tornou-se central nos assuntos de dimensão mundial, onde a sua estratégia tem vindo a crescer de forma consistente e persistente, e apesar da exploração da região não ser um fenómeno recente, os grandes interesses em torno dele evidenciaram-se no final do século passado e permanecerão no século XXI: O Ártico é hoje um assunto de interesse global (Balão 2012, 169). Sendo um lugar geoestrategicamente relevante e rico em recursos naturais, os Estados costeiros pretendem assegurar as fronteiras nacionais e beneficiar dos efeitos das alterações climáticas. Contudo, já se destaca um país que ganhou o estatuto de líder - a Rússia de Vladimir Putin. Tendo a maior frota de quebra-gelos e sendo beneficiado pela natureza em recursos naturais do Ártico, Moscovo procura estender a plataforma continental, e nacionalizar a NSR. Acreditando em poder competir com o Canal do Suez, investe em infraestruturas, transporte, e procura atrair os parceiros estrangeiros. Apesar de o Ártico ter sido considerado como um lugar de cooperação, o risco aumenta com a militarização da região e os exercícios feitos pela NATO e a Rússia. Ainda assim, consideramos que os interesses comuns tenderão a valorizar as relações bilaterais e multilaterais, não permitindo que se avance no sentido de uma opção bélica. O objetivo deste estudo consiste em identificar e discutir as principais medidas definidas em sede de política externa russa para o Ártico pelo presidente Putin, durante o seu terceiro mandato presidencial (seis anos seguidos de progresso russo no Ártico).

Palavras-chave—Ártico, Política Externa, Putin, NSR, Recursos Naturais.

Abstract—The Arctic has become central to global issues where the strategy has been always growing. Although the exploration of the region is not a recent phenomenon, the great interests around it became evident at the end of the last century and will remain in the 21st: The Arctic is now a subject of global interest (Balão 2012). Coastal states aim to secure national borders and benefit from the effects of climate change and the reason is being a geostrategically relevant place and rich in natural resources. However, there is one country that already acquired the status of Arctic leader - Vladimir Putin's Russia. Having the largest icebreakers fleet and being benefited in natural resources, Moscow is trying to extend the continental shelf and nationalize the NSR. Also, they believe that one day they can compete with the Suez Canal, and already invest in infrastructure, transport, and try to attract foreign partners. Although the Arctic is considered a place of cooperation, the risk increases with the militarization of the region and NATO and Russian military drill. However, we believe the common interests can establish the relations between countries and won't apply the forces of war. The main goal of the study is to identify and discuss the main measures of Russian foreign policy for the Arctic region, defined by Putin during his third presidential term (six years of Russian progress in the Arctic).

Keywords—Arctic, Foreign Policy, Putin, NSR, Natural Resources.

Submitted—12-12-2019. **Accepted**—07-11-2020.



Enquadramento epistemológico

COM o aumento dos estudos e análises científicas emergentes existem diversas posições e pontos de vista contrastantes que se materializam em diferentes perspectivas teóricas no domínio das Relações Internacionais (RI). A presente investigação assume como perspectiva teórica o institucionalismo liberal, uma vez que os Estados soberanos não são os únicos atores do sistema internacional, considerando o mundo globalizado em que vivemos, onde as organizações internacionais têm cada vez mais voz e influência no seio daquele.

A dimensão geopolítica é parte fundamental do modelo da análise de Política Externa (PE) a desenvolver no presente trabalho, uma vez que a região do Ártico tem conhecido uma significativa transformação geográfica ao longo dos últimos anos, o que tem contribuído para a afirmação da região no panorama político internacional (Balão 2016). Esta transformação possui uma abrangência global, pois globais são as suas causas e as suas consequências (Matveenko 2017, 73), assim como globais terão que ser consideradas as eventuais respostas aos desafios por elas suscitados.

Como objetivo principal procuramos: Identificar e discutir as principais medidas definidas em sede de política externa russa para o Ártico pelo presidente Putin, durante o seu terceiro mandato presidencial.

Já quanto ao limite temporal da investigação (2012-2018), deve-se ao facto de que esse período é considerado, por vários cientistas russos, como seis anos seguidos de progresso russo no Ártico (Lukin 2015). Como referiu Putin em 2010: "Geopoliticamente, os interesses mais profundos da Rússia estão ligados ao Ártico, porque aqui se fornece a segurança e defesa da Rússia" (NTV 2010)¹.

Enquadramento epistemológico

Tal como todos os trabalhos académicos têm as suas preocupações, a principal preocupação deste

- **Ecaterina Crihan**, Master in International Relations by the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP - Lisbon).
E-mail: ecaterinacrihan@outlook.com

DOI:<http://dx.doi.org/10.21814/perspectivas.2717>

1. Tradução própria.

trabalho é procurar responder à pergunta de partida: Considerando a relevância da Passagem do Nordeste, quais são as características da Política Externa russa para o Ártico no período 2012-2018?

Considerando que as hipóteses de investigação constituem "respostas" supostas e provisórias ao problema, que são as afirmações que podem ser confirmadas ou refutadas, antecipando, assim, uma resposta, tomamos como hipóteses as seguintes afirmações:

Hipótese 1 - A navegabilidade do Ártico representa potenciais oportunidades económicas que se refletem nos interesses russos, pelo que a NSR poderá vir a ser equacionada pelos países asiáticos e europeus como alternativa à rota do Suez.

Hipótese 2 - Tal como aconteceu durante o período soviético, a Rússia procurará criar condições que lhe permitam fechar a NSR aos navios estrangeiros, em caso de necessidade e ou salvaguarda do interesse nacional.

A investigação desenvolver-se-á com recurso ao método dedutivo, que permite que partamos do geral para o particular, para posteriormente retirarmos conclusões lógicas (Popper 2002, 46).

Este trabalho teve como base o recurso a fontes primárias:

- *The development strategy of the Russian arctic zone and national security for the period up to 2020*, approved by the President of the Russian Federation on February 8, 2013;

- *The State Program of the Russian Federation "Social and Economic Development of the Arctic Zone of the Russian Federation for the Period to 2020"*, approved by the Decree of the Government of the Russian Federation of April 21, 2014, como também o subprograma relacionado ao este documento: "Coordination of the activities of public authorities in the social and economic development of the Arctic zone of the Russian Federation", aprovado em 2017;

- *Supplement of the federal statistic work plan with information on the Arctic Zone of Russia*;

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

- Código Internacional de Segurança para os navios que operam em águas polares.

No que diz respeito à informação extraída de fontes secundárias, baseia-se na pesquisa em artigos científicos, capítulos de livros, dissertações de mestrado, revistas internacionais, entre outros. Devido à pouca informação publicada em língua portuguesa, foi feita uma leitura em outras línguas, principalmente, em inglês e russo.

1 Geopolítica do Ártico

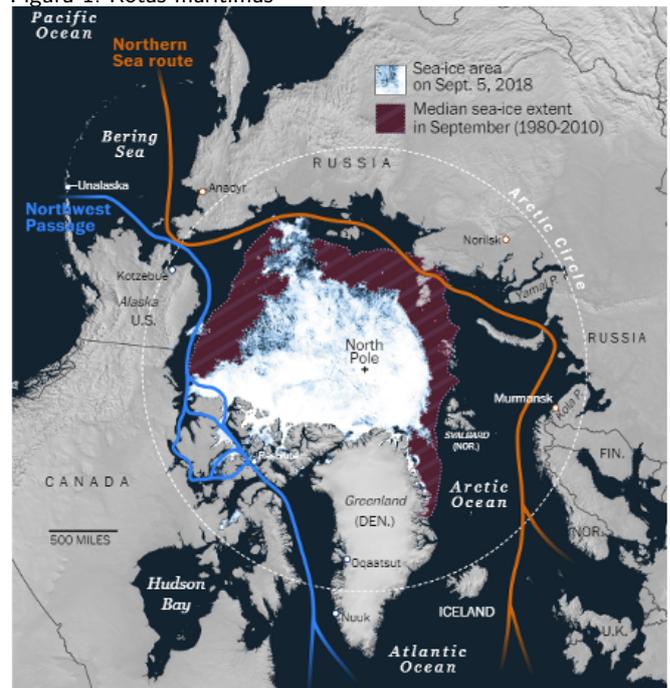
"Na conjuntura política atual, a luta pelo poder assumiu novas formas. Além das disputas pela supremacia militar e pelo domínio político, desenvolveu-se o conflito pela hegemonia económica e pelo domínio da mente" (Almeida 2012,247). Nesta nova fase da história da humanidade, o Ártico aparece como lugar de oportunidade para uns e risco acrescentado para outros.

Esta região tornou-se central nos assuntos de dimensão mundial, onde a sua estratégia tem vindo a crescer de forma consistente e persistente, e apesar de exploração do Ártico não ser um fenómeno recente, o grande interesse em torno desta área evidenciou-se no final do século XX e início do século XXI quando os Estados se aperceberam que é uma região geopolítica e geoestrategicamente importante.

O Ártico pode ser caracterizado como uma massa terrestre localizada a norte do Círculo Ártico (66°33'N), que engloba os territórios de cinco países árticos (A5): a Rússia, o Canadá, os Estados Unidos da América (EUA), a Noruega, a Dinamarca. O Oceano Ártico corresponde ao oceano mais pequeno do nosso planeta, com uma área de 14 milhões km² (Ferrão 2014, 47). Maioritariamente coberto por uma calote de gelo à superfície, que atualmente se estende de costa a costa durante o inverno e que fica rodeada de águas livres no verão, abrindo caminho a duas novas rotas marítimas: a Passagem do Nordeste (PN) e a Passagem do Noroeste.

Consideramos que até ao início do século XIX os Países Ribeirinhos (PR) não se sentiam ameaçados na soberania das suas costas devido ao facto de as águas serem congeladas e as nações vizinhas não possuírem intenção de alargar as fronteiras nacionais. Mas já no século XVIII, o cientista russo Mikhail Lomonossov tentou convencer as autoridades locais da importância de

Figura 1. Rotas marítimas



Fonte: Lamothe 2018

estudo e exploração da região ártica. Considerava o Oceano Glacial Ártico não só como o caminho marítimo mais rápido entre o Império Russo e os países vizinhos, como também uma região abundante em recursos naturais (Lukin 2013, 48). Lomonossov foi o primeiro a afirmar que o poder russo iria aumentar com a aquisição da Sibéria e Oceano Ártico (Lukin 2013, 71), facto que foi uns anos mais tarde reconhecido por tarde Halford John Mackinder, que se referiu ao "Russian power carried from Moscow through Siberia" (Mackinder 1904, 433).

Na sua tese inicial de 1904, o geopolítico inglês fez referência à "Área Pivot" que engloba a Eurásia na qual se insere a Rússia que assume uma posição estratégica central, e considera que pode atacar e ser atacada por todos os lados excepto a partir do Norte (Mackinder 2008, 234-235). Umhas décadas mais tarde, considerou que o *Heartland* (sucedâneo da Área Pivô) não poderia ser invadido através do Norte devido aos limites impostos pela geografia, tendo considerado que os grandes rios que ao longo do *Heartland* confluem para o Ártico não são navegáveis (Mackinder 1996, 200). Em 1943, acrescentou que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) "will be the Power

in the strategically strongest defensive position. The Heartland is the greatest natural fortress on earth" (Mackinder 1943, 601).

Nicholas Spykman, acadêmico norte-americano reformulou o modelo global apresentado por Mackinder, considerou que as realidades geográficas exercem o controle sobre a política mundial e que o acesso ao mar devia ser impedido aos poderes continentais (Almeida 2012). Este autor conferiu importância ao Ártico pelo seu ambiente inóspito e consequente inexpugnabilidade da região do Heartland (Balão 2016). Spykman "ênfatiza a importância do Ártico, por ser um local privilegiado de trânsito para as comunidades aéreas e porque é nesta região que as distâncias entre o Novo e Velho Mundo são mais diminutas." (Leal 2014, 45).

Na mesma altura, Alexander de Seversky oficial norte-americano e grande teorizador geopolítico revelou a importância do Ártico, e colocou-o no centro de gravidade da sua conceção global, devido principalmente ao poder aéreo. Este geopolítico revelou a centralidade do espaço Ártico, tendo presente que era nele que os EUA e a URSS estavam fisicamente mais próximos, separados apenas pelo Estreito de Bering (Leal 2014, 45).

1.1 O ressurgimento da região ártica no sistema internacional do século XXI

A divisão do Ártico mudou várias vezes ao longo da história. O cientista russo Yuri Lukin considera que esta zona passou por três momentos de referência (que chamou de "Grande Redistribuição") ao longo das últimas décadas. Segundo o próprio, a Primeira aconteceu durante a proclamação dos Estados acerca da sua soberania e a extensão das suas fronteiras (Lukin 2013, 81). Em 1925, o Canadá após várias expedições e estudos marítimos, proclamou a extensão das suas fronteiras até ao Pólo Norte (Kikkert e Lackenbauer 2015, 177-178).

Um ano mais tarde, a URSS propôs aos PR que dividissem o oceano em cinco setores. Esta divisão era materializada por fronteiras marítimas que tomavam o Pólo Norte como topo, o litoral dos países como base e, os meridianos que cruzam os extremos da linha da costa como limites

(Clausonne 2007, 14). Segundo Antrim (2010, 41) esta proposta não foi aceite pelos demais Estados Árticos (EA). Clausonne (2007, 16), afirmou que Dinamarca, Noruega e EUA opuseram-se a esta pretensão, que não estava prevista no Direito Internacional (DI), pois a URSS ficaria com um setor de 160° de amplitude no Ártico. Assim, esta divisão foi esquecida pelos soviéticos durante cerca de meio século (Antrim 2010, 52). Mas existem outros que afirmam que esta proposta não foi esquecida, e pelo contrário foi aplicada na teoria: "Until 1982 the sectoral approach towards the Arctic division was prevailing" (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 134). Czarny (2015, 278) considera que os PR chegaram a aplicar esta prática e dividiram o Ártico com base no "sector line boundary".

A Segunda Redistribuição, apresentou um caráter jurídico internacional. Durante a terceira Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito do Mar foi apresentada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, doravante designada pela sigla UNCLOS). A UNCLOS corresponde a um Tratado Internacional aprovado pelo Congresso Nacional, concluído em Montego Bay, em 1982. Este Tratado define os conceitos consuetudinários de DI referentes a assuntos marítimos, e estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos naturais do mar. Posteriormente, seguiu-se-lhes um conjunto de regras de enorme significado, que iria complementar sobremaneira o regime jurídico aplicável à região ártica e assumiram expoente máximo com a assinatura de Declaração de Ilulissat, de 28 de maio de 2008 (Rothwell 2008).

Contudo, naquelas declarações não foi abordada a questão dos navios que operam nas regiões polares e estão expostos a uma série de riscos únicos. A segurança dos navios que operam nestas regiões, tal como a proteção dos ambientes imaculados em torno de ambos os Pólos, têm sido motivo de preocupação para a Organização Marítima Internacional (Transporte Marítimo 2018).

O Código Internacional de Segurança para os navios que operam em águas polares (mais conhecido como *Polar Code*), que entrou em vigor em 2017, estabelece as regras de regulamento dos navios dentro das águas geladas, e inclui ainda as medidas obrigatórias relativas à segurança e

à prevenção da poluição (Transporte Marítimo 2018).

Apesar de todos estes acontecimentos, ainda hoje o povo russo considera que no momento de ratificação da UNCLOS, o país perdeu uma grande parte do seu território. A maior parte dos especialistas considera que quando, no dia 26 de fevereiro de 1997, o primeiro Presidente Boris Iéltsin assinou a Lei Federal nº30-FZ sobre a ratificação da CNUDM, a Rússia recusou os seus direitos sobre a região que lhe foi garantida por um Decreto de Lei do Presidium do Comitê Executivo Central da URSS no dia 15 de abril de 1926 e perdeu assim o direito soberano de 1,7 milhões de km² do seu setor ártico (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 134; Lukin 2013, 88).

Com a aprovação das Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar, em 1958, e da UNCLOS em 1982, a situação geopolítica no Ártico mudou. Segundo o DI, a Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos PR corresponde a 200 milhas náuticas, e Plataforma Continental (PC) 350 milhas náuticas (UNCLOS 1994, 17). Porém, de acordo com o artigo 76º da Convenção das Nações Unidas, se o país conseguir demonstrar que o seu prolongamento natural da estrutura geológica, excede as 200 milhas náuticas, medidas para além das linhas de base, então legalmente a PC pode prolongar-se até ao final da sua continuação natural, deste que não ultrapasse os seguintes limites (Convenção 1997, 9):

- uma distância que não pode exceder 350 milhas náuticas, medidas a partir da linha de base;
- uma distância que não exceda as 100 milhas náuticas para além da isobatimétrica dos 2.500 metros.

O fundo do mar fora das ZEEs e zonas reivindicadas da PC é considerado "património de toda a humanidade" e é administrado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos das Nações Unidas (ISA 2019).

E a última, Terceira Grande Redistribuição começou no início deste século após a proclamação pelos A5 da extensão da PC. Segundo Lukin, os principais motivos que movem estes países relativamente a esta questão são de carácter económico. A mesma ideia foi publicada, em 2012, no artigo "La nuova corsa all Artico" na revista italiana *Il*

Sole 24 Ore. Este artigo é importante não só por afirmar que começou uma nova corrida ao Ártico mas por aquela marcar: "pela primeira vez, uma era de exploração com objetivos de lucro e não de glória" (Ricci 2012).

2 As prioridades russas no Ártico

Desde os primeiros anos de existência da União Soviética, as autoridades locais consideraram o Ártico como seu interesse estratégico e geopolítico sem o qual não consideravam manter a integridade territorial do grande território. Para este propósito foram criados os Institutos científicos e as estações polares. Por parte do Governo foi feito um grande investimento, e o caso da inauguração de Chief Directorate of the Northern Sea Route em 1932 é um exemplo disso. Passado 5 anos, a URSS foi o primeiro país que criou uma Drifting ice station (Pólo Norte - I) (Budushchee Arktiki 2019).

Uns anos mais tarde, em 1953 em Norilsk, já eram produzidos 35% do níquel, 12% de cobre, 30% de cobalto e 90% de platinóides. Entre os anos 1950-60, desenvolveu-se o norte da Sibéria Ocidental onde foi descoberta uma grande quantidade de gás natural e petróleo. Em 1957, foi construído o primeiro quebra-gelo nuclear "Lenin" e a primeira embarcação civil nuclear, porém começou a ser desenvolvido o projeto de povoamento da região ártica no âmbito do qual destacou a construção de vilas e militarização das ilhas (Elert e Tymoshenko s/d, 3-7).

Durante o período da Guerra Fria, o Ártico constituiu-se como uma frente de contestação entre os dois blocos. Nesta parte do planeta encontrava-se a linha de comunicação aérea mais curta entre a URSS e os EUA (Baptista 2015, 37). É nele que os soviéticos realizaram os testes de armamento, nomeadamente em regiões como Novaya Zemlya, Plesetsk e Nenok (Golts 2011, 46). Por sua vez, os EUA operaram na região através da base aérea de Thule (Gronelândia) (Silva 2017, 43).

Consideramos que com o colapso da URSS, a Rússia deixou de estar tão presente na região, devido principalmente às dificuldades económicas e políticas. Mas com a chegada de Vladimir Putin ao cargo do Presidente da Federação Russa em

2000, o povo russo voltou ao Grande Norte. E já nos anos seguintes, a nova governação destacou as suas prioridades na região polar, algo que foi definido e aprovado em 2001 na Doutrina Marítima da Federação Russa até 2020 (Elektronnyy Fond 2019). Este documento sofreu várias modificações, como por exemplo a Estratégia para o Ártico (2008), e uns anos mais tarde *The development strategy of the Russian arctic zone and national security for the period up to 2020* (Estratégia de 2013) que veio clarificar os interesses nacionais e as prioridades de desenvolvimento (IECCA 2013, 2).

A implementação desta Estratégia (2013) forneceu um amplo desenvolvimento das vantagens competitivas do *Arctic Zone of Russian Federation* (AZRF) a fim de fortalecer a posição da Rússia na região, garantir a segurança internacional e intensificar a cooperação internacional (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 140). As regiões da AZRF foram definidas pelo Presidente Putin em 2014 (President of Russia 2014), e em 2019 este documento sofreu alterações com a aprovação de várias zonas da República Sakha (President of Russia 2019).

Na Estratégia de 2013 foram estabelecidas as seguintes áreas prioritárias (IECCA 2013, 2):

- 1) o desenvolvimento socioeconómico integrado do Ártico russo;
- 2) o desenvolvimento da ciência e tecnologia;
- 3) a implementação de infraestruturas de informação e telecomunicação modernas;
- 4) segurança ambiental;
- 5) cooperação internacional;
- 6) fornecimento de segurança militar e proteção das fronteiras da Federação russa no Ártico.

Para modernizar e desenvolver as infraestruturas de transportes do Ártico, estabeleceram assegurar a preservação da *Northern Sea Route* (NSR) como "single national transmission backbone" (IECCA 2013, 4). A Estratégia pretende englobar todos os aspetos necessários para o desenvolvimento da região e melhoria das condições de vida dos povos indígenas. Do mesmo modo, enfatiza-se a segurança ambiental através da proteção e conservação da diversidade biológica da fauna e flora da região ártica (IECCA 2013, 9).

Uns anos mais tarde, o programa de Desenvolvimento Social e Económico da AZRF de 31 de agosto de 2017 destacou como objetivo o aumento

do respectivo nível de desenvolvimento socioeconómico da região. A realização bem-sucedida dessas iniciativas poderá permitir à Rússia a obtenção de importantes benefícios económicos e políticos.

3 Recursos naturais

Na Quarta Assembleia Geral do Programa das Nações Unidas para o Ambiente que teve lugar no Quénia, em 2019, a ONU apresentou um estudo em que foi revelado que mesmo que se todos os países cumprissem o controlo das emissões de gases de efeito de estufa estabelecido no Acordo de Paris² a temperatura média no inverno ártico irá continuar a subir de entre 3° e 5° Celsius até 2050 (UN Environment 2019).

O Ártico torna-se mais acessível à exploração dos seus recursos e à utilização de novas rotas marítimas. É um dos poucos lugares no mundo onde ainda existem reservas de recursos naturais intactas. Segundo o *United States Geological Survey*, encerra 22% a 25% das reservas mundiais de petróleo e gás natural, sendo que os maiores depósitos encontram-se nas ZEEs dos PR (SGEU 2019). A maior parte destes encontram-se sob domínio russo, país mais favorecido pela natureza e que poderá vir a lucrar com a exploração de recursos offshore, fruto da sua extensa PC (Balão 2014, 249). Foram descobertos, no círculo ártico mais de 400 campos de recursos hidrográficos, 60 dos quais estão ativamente em funcionamento e cerca de um quarto ainda não estão explorados. Mais de dois terços dos campos de desenvolvimento estão localizados na Sibéria Ocidental. A principal região de recursos hidrográficos russos e ao mesmo tempo, uma das maiores regiões produtoras de petróleo do mundo encontra-se em Okrug Autónomo Khanty-Mansi, onde se produzem 57% do petróleo do país, com reservas de 20 bilhões de toneladas (The Arctic 2018). Cerca de 90% de produção de gás natural russo concentra-se em Yamal-Nenets, que corresponde ao mesmo tempo a 22% da produção mundial (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 135).

2. Acordo de Paris sobre as alterações climáticas é um tratado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que inclui um plano de ação para limitar o aquecimento global. Foi negociado em Paris e aprovado em 2015.

Têm sido explorados no mar de Barents 11 depósitos, dos quais 4 são de petróleo (Prirazlomnoye, Dolginskoye, Varandey, e Medynskoye), 3 de gás natural (Murmansk, Ludlovsk, Severo-Kildinskoe), 3 de condensados de gás natural (Shotkman, Pomorskoe, Ledovoe), e 1 de condensado de gás e petróleo (Severo-Gulyaevskoe). Destes, o Shotkman é considerado o maior campo mundial com cerca de 4.000 bilhões de metros cúbicos de gás. Cerca de 180 depósitos de campos de exploração estão localizados no Mar de Kara - Leningradskoye e Rusanovskoe, na província de Timan-Pechora (The Arctic 2018).

A AZRF é rica não só em hidrocarbonetos como também em recursos minerais, incluindo os metais raros que são muito procurados na indústria eletrônica (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 135). A região também é próspera em grandes reservas de recursos biológicos. Assim, torna-se evidente que o Ártico para Moscovo é uma base de recursos naturais importantíssimo para o desenvolvimento e enriquecimento do país.

4 Passagem Marítima do Nordeste e Infraestruturas

"Pretendemos transformar a Passagem Marítima do Nordeste numa das principais rotas comerciais, de significado global e de escala global" (Putin, 2011)³.

Segundo a Administração da PN, em 2018, foram emitidas 792 licenças para navegação dentro das águas de PN, incluindo 91 autorizações para navios estrangeiros (14 sob bandeira portuguesa) (APMN 2019). Mas estes dados ainda não se comparam com os do Canal do Suez onde foram emitidas 18.174 as licenças, dos quais 225 sob bandeira portuguesa (Suez Canal 2018). No mesmo ano, o volume total de transporte de carga pela PN atingiu o valor de 19.689 milhões de toneladas, que corresponde quase ao dobro do valor referente ao registado o ano anterior (10.7 milhões) (APMN 2019)⁴. E no Canal do Suez foi registado: 1.139.630 (Suez Canal 2018). De acordo

3. Tradução própria.

4. Em 2020, o volume total de transporte de carga pela PN atingiu o valor de 32 milhões de toneladas (Rosatom 2020). Até dia 10 de dezembro de 2020, foram emitidas 1003 licenças, incluindo 156 autorizações para navios estrangeiros (PortNews 2020).

com a previsão do Governo russo, o volume de tráfego pela PN aumentará em 2021 para um total de 51 milhões de toneladas, e em 2024 para 80 milhões (Neftegaz.ru 2019).

4.1 Quebra-gelos

De entre as várias declarações que foram feitas no Fórum Internacional do Ártico, Putin afirmou que até 2035 a Rússia irá ter 9 modernos quebra-gelos nucleares (Youtube 2019). Sabendo que: "efficient transport on the Arctic Ocean is only possible if significant infrastructure investment is realized for the development and establishment of routes, which can mainly be beneficial to the countries of the region" (Zoltai 2018), com a construção de quebra-gelos, o Kremlin iniciou o desenvolvimento do Extremo Norte, algo que lhe permite afirmar a sua presença e poder no Ártico.

Desde o final da primeira década de 2000, a Rússia está constantemente a aumentar o número de quebra-gelos, algo que nenhum outro país insistiu em tão larga escala. O quebra-gelo tipo LK-60Ya, também conhecido como Projeto 22220 destina-se à auto-pilotagem de grandes navios com a capacidade de passagem durante todo o ano pela parte ocidental do Ártico (Ria Novosti 2019). Segundo Rosatom, a Rússia possui 4 quebra-gelos nucleares e mais um em reserva. Para além destes, existe 1 navio porta-contentores, que opera com energia nuclear, Sevmorput e mais 5 embarcações de serviços tecnológicos (Rosatom 2019).

4.2 Northern Sea Route

A "navegabilidade das rotas do Ártico resulta da redução da área e do volume de gelo" (Leal 2012; 2017), mas para além disso, do desenvolvimento das técnicas de construção naval e da normalização das relações entre os PR, conseguida após a queda do muro de Berlim (Pim 2008, 47). Com o dinheiro proveniente dos fundos russos, continua a construção de centros de resgate de emergência, suporte hidrográfico, e modernização de portos marítimos (Antrim 2010, 25).

Sobre a utilidade de navegação pelas águas do Oceano Ártico discutem vários cientistas, diplomatas e políticos no mundo inteiro. Também há quem considere que as duas rotas não serão utilizadas da mesma maneira "the NRS attracts

far greater interest than the Northwest Passage through the Canadian Arctic, in part because sea ice is considered to be less of an obstacle to the progress of destination and trans-oceanic forms of shipping" (Dodds 2015, 243). Por sua vez, segundo Balão (2016, 114) ambas as rotas permitem desde logo evitar os riscos de pirataria declarados no estreito de Malaca e nas igualmente perigosas águas ao largo do Corno de África, também designada península Somali.

A PN corresponde à principal autoestrada marítima que liga o Norte Europeu, Sibéria e Extremo Norte (Vasiliev 2011, 22). Contudo, várias vezes é confundida com a NSR o que é errado, visto que a primeira é mais ampla, pois começa no Estreito de Kara e estende-se até Providence Bay (3 023 milhas náuticas), onde estão localizados os principais portos do país: Sabetta, Dickson, Dudinka, Tiksi, Pevek, e Provideniya (Ria Novosti 2019). A NSR é mais restrita, uma vez que se estende desde Novaya Zemlya até ao Estreito de Bering (Antrim 2010, 34).

Vários cientistas como é caso de Jean Paul Rodrigue (2013), acreditam que com a abertura desta rota iremos poupar no tempo visto que, "the NSR along the arctic coast of Russia is the maritime route that is likely to be free of ice and would reduce the maritime journey between East Asia and Western Europe from 21.000 km using the Suez Canal to 12.8000 km, cutting transit time by 10-15 days" (Rodrigue 2013, 47). Ao diminuir a distância, automaticamente tenderá a reduzir-se o tempo de navegação, utilização de combustível, e custos financeiros, o que tenderá também a contribuir para a redução de poluição marítima.

Figura 2. Rotas marítimas

Rota Atual



Rota Alternativa



Fonte: Rahman, Saharuddin, e Rasdi 2014.

Atualmente, a maior parte das cargas transportadas entre o Extremo Oriente e a Europa passam pelo Canal do Suez localizado no Egípto. Passando por este Canal e Oceano Índico todos os navios passam pelo Estreito de Malaca, o que torna evidencialmente a viagem mais cara (Rahman, Saharuddin e Rashi 2014, 96). Isso vai permitir-nos chegar a uma possível conclusão de que a NSR pode ser considerada como uma melhor via de transporte entre a Europa e o Extremo Oriente. Contudo, há vários fatores que influenciam diretamente o seu uso, e a PE faz parte deles.

Após a Rússia anexar a Crimeia, em 2014, o Ocidente aplicou as sanções económicas que influenciaram o setor energético, transporte, infraestrutura, e os projetos de petróleo e gás da AZRF. Foi reduzido significativamente o volume de investimento, como também foram restringidos os mercados de capitais ocidentais. Quase inteiramente, foi banido o fornecimento de equipamento *offshores* ocidentais, e uma ampla gama de tecnologias *offshore* modernas - recuperação aprimorada de petróleo, fraturamento hidráulico e perfuração horizontal, tornou-se inacessível para a Rússia (Enerdata 2016).

As empresas nacionais sofreram com a ruptura de cooperação externa, tendo perdido o acesso à experiência e conhecimento como, também, o acesso à tecnologia estrangeira no setor de indústria energética. Sevastyanov e Kravchuk (2017), consideram que a Rússia será forçada a gastar bilhões de dólares e vários anos para acumular o conhecimento e experiência necessária, o que leva diretamente ao atraso na implementação de certos projetos. Afirmam ainda que Moscovo irá procurar tal investimento junto da Comunidade eurasiática. "Due to the Western sanctions (...), Russia increasingly depends on China. Therefore, it started improvements of strategic importance at the North Pole. Vladimir Putin said that the country

constitutes an important part of Russia national security in military, political, economic, technological and environmental aspects, too" (Zoltai 2018). Após este tipo de acontecimentos, Moscovo está interessado na diversificação dos seus fluxos de comércio externo com os países asiáticos (Lukin 2015, 474). Contudo, será que estes países estão interessados no rápido desenvolvimento da NSR?

Considera-se que a NSR será útil para os navios com o destino de Yokohama até Roterdão, visto que por esta via há possibilidade de economizar 34% do caminho (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 140). E tendo isso por base, Lee e Song (2014) afirmaram que existem vários países que poderão sair beneficiados com a nova rota, como é o caso da Coreia do Sul que poderá ganhar 1.063 milhas náuticas caso o destino do navio seja Lisboa, tal como o Japão pode economizar 620 milhas náuticas caso o destino seja Valência. Para além destes, o Taiwan, Hong Kong e Filipinas também poderão sair beneficiados (Ha e Seo 2014, 75).

Por outro lado, Vietname, Camboja, Tailândia, Singapura e Indonésia acabam por não colher nenhum efeito particularmente positivo associado à abertura desta via (Lee e Song 2014, 419). Rahman, Saharuddin e Rasdi (2014, 90-97) afirmam que a abertura da NSR irá afetar negativamente não só a economia da Malásia, como também a vida política, social, tecnológica, contudo ainda poderá ter impacto positivo em termos legais, e no meio ambiente.

Apesar de atualmente não cobrarem a passagem pela NSR, os donos dos navios são obrigados a pagar pela segurança oferecida: o acompanhamento de quebra-gelos e serviços utilizados nos portos. Jakobson (2010, 12) afirmava que alguns especialistas chineses demonstram preocupação com as possíveis taxas que Moscovo poderá vir a aplicar, e consideravam que tal poderá ter efeito direto na quantidade de navios chineses a atravessarem a NSR. Em resposta a este tipo de questões, Vladimir Putin afirmou que o Estado está a investir parte dos seus fundos para poder reduzir as taxas pagas pelos transportadores (Youtube 2019).

Para facilitar a extração e transportação de hidrocarbonetos, Moscovo investiu em Yamal-LNG, um dos projetos mais ambiciosos que fornece um

terreno fértil para poder envolver os atores asiáticos no desenvolvimento do Ártico. Está localizado na Península de Yamal no campo de gás de South-Tambeyskoye, e segundo os estudos oficiais, o campo possui cerca de 926 bilhões de metros cúbicos de gás (Society of Petroleum Engineers 2018). Para além disso, o Kremlin planeia desenvolver e conectar a PN às redes ferroviárias que poderão contribuir para a exploração da riqueza natural de Ural, Yamal e, no futuro, da região Norte de Krasnoyarsk (Fórum Ártica 2019). Ainda assim, as extremas condições climáticas e o curto período de navegabilidade (3-5 meses) fazem diminuir o nível de atratividade da NSR, pelo que para ultrapassar esta dificuldade o Governo russo investiu na construção de quebra-gelos, fator que poderá tornar a rota navegável durante todo o ano.

5 Controlo e nacionalização da Passagem do Nordeste

A crescente dinâmica registada na região ártica sugere que a mesma possa vir a tornar-se palco de intensas negociações e de possíveis conflitos que poderão degenerar em guerra, e a nacionalização da PN pode criar este conflito. O Kremlin procura assegurar para si os direitos de propriedade sobre a passagem ao longo da sua costa do Ártico, procurando definir taxas a aplicar aos navios que a quiserem utilizar - à semelhança do que sucede no Canal do Panamá (Balão 2016, 115).

Apesar da UNCLOS possuir o objetivo de estabelecimento de justiça e paz, a Convenção não foi ratificada por todos os EA e o caso dos EUA é um exemplo. Esse e outros factos também contribuem para que este país não aceite a Rússia como "dona" da nova rota marítima. A "maioria dos outros Estados considera que as águas daquela nova rota são internacionais, mas se se tiver em consideração que a Rússia está a investir dezenas de bilhões de dólares nas suas infraestruturas da costa ártica (...), será expectável que o Kremlin espere retirar os devidos dividendos" (Balão 2015, 48-49).

De acordo com o artigo 234º da UNCLOS (Ice-covered areas), a Rússia (tal como o Canadá) tem o direito de adotar e aplicar leis e regulamentos

não discriminatórios para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho proveniente de embarcações nas áreas cobertas de gelo dentro dos seus limites da ZEE (UNCLOS 1994). Por sua vez, não só Moscovo enfrentou esse problema, como também Ottawa.

A questão da divisão do mar não acontece só no Ártico, pois a situação no Mar da China Meridional parece possuir várias semelhanças. Enquanto a China quer obter o controlo total sobre a região, os países vizinhos não querem deixar que isso aconteça (Phillips, Holmes, e Boscott 2016, 56). Por sua vez, Blank (2017, 589) considera que se a Rússia desafiar a ONU e consolidar o seu controle sobre uma extensa reivindicação de águas do Ártico, isso poderia tornar-se num precedente para a China naqueles disputados mares asiáticos. Mas enquanto as nações do Ártico acordaram em cooperar dentro do Conselho do Ártico (CA), os PR do Mar da China Meridional não se chegaram a sentar à mesa das negociações (Jiayu e Huijun 2016, 945).

O surgimento do CA, como principal fórum para os assuntos regionais da região ártica, serve como palco de negociações entre os EA há mais de duas décadas (Arctic Council 2019). Afirmamos que a maior cooperação entre várias nações poderá contribuir positivamente para o crescimento económico dos Estados.

As alterações climáticas são como uma moeda de duas faces, de um lado com os efeitos positivos, e do outro com o risco elevado para a humanidade. Vários cientistas afirmam que o degelo do Ártico irá ter impacto direto no sector agrícola chinês (Sun 2013, 48). Contudo, "chinese researchers state that the melting of the ice will largely affect China, where the sea level is going to rise and, consequently, 20 million citizens will have to be relocated, let alone the agricultural issues" (Zoltai 2018). Essas e outras consequências fazem com que a China não queira aceitar a possibilidade da Rússia poder obter o controlo sobre toda a via marítima. Apesar de estar geograficamente longe da região ártica em termos de localização já chegou a declarar que "the Arctic belongs to all the people around the world as no nation has sovereignty over it" (Chang 2010, 13). Moscovo presta atenção às proclamações dos outros Estados mas o seu objetivo não irá mudar, pelo menos

num futuro muito próximo. E mesmo os países parceiros tenderão a reconhecer "the sovereignty, sovereign rights, and jurisdiction of Arctic states in the region in order to try to assure the Arctic countries that China is more like a panda in the Arctic than a Dragon" (Sun 2013, 49-50).

6 Militarização no Ártico russo

Atualmente, o Kremlin parece estar a reequipar as antigas bases da era soviética existentes na região e em julho de 2016 chegou a testar os seus primeiros rockets da nova geração, os Angara, a partir do cosmódromo no Grande Norte (Balão 2015, 63). O gigante EUA, apesar de não possuir uma frota de quebra-gelos nucleares, tem conduzido exercícios com submarinos através do Ártico (NATO Review Magazine 2019).

Em 2013, Putin chegou a afirmar "there are (US) submarines there, and they carry missiles. It only takes 15 to 16 minutes for US missiles to reach Moscow from the Barents Sea. So should we give away from the Arctic? We should on the contrary explore it" (Rasmussen 2015, 47). Este é, sem dúvida, um desafio direto ao consenso de longa data de que a região ártica deveria ser mantido livre de rivalidade militar. No mesmo ano, na Estratégia 2013 foi definido o plano da segurança nacional que enfatiza a necessidade de uma prontidão abrangente de combate móvel no Ártico (GRF 2013).

Em 2014, Moscovo estabeleceu o *Joint Strategic Command North* baseado na Frota do Norte, e que foi pela primeira vez na história uma formação militar única que se tornou responsável por toda defesa da AZRF (Sevastyanos e Kravchuk 2017, 138). O seu equipamento militar foi apresentado, pela primeira vez, no Dia de Vitória (9 de maio) de 2017, durante o desfile militar (RKK ICDS 2019).

Em janeiro do mesmo ano, o Ministro russo da Defesa Serguei Shoigu, anunciava estarem a ser construídas mais de 100 instalações na Terra de Francisco José, Novaya Zembla, Sredny, Cape Schmidt e ilhas Wrangel e Kotelny (TASS 2017). A Arctic Shamrock é um dos exemplos da instalação militar construída no Ártico que tem como objetivo a implantação de unidades de defesa aérea da Frota do Norte (Arctic Shamrock 2019).

Em termos militares, a política russa para o Ártico centra-se na proteção das fronteiras setentrionais da Federação e na obtenção de um contexto operacional que seja favorável às suas Forças Armadas (Antrim 2010, 19). Por isso, não é descartada a possibilidade de conflitos vindouros em torno de recursos energéticos junto das suas fronteiras, de poderem requerer o emprego do instrumento militar.

Por sua vez, não só a Rússia como também os outros países reforçam a sua presença militar naquela região. Em 2018 na Noruega, os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (doravante designada pela sigla NATO) realizaram um exercício em larga escala - *Trident Juncture* 2018 - que contou com a participação de 50 mil soldados de 31 países (NAF 2018). O cenário teve por base a reflexão conjunta dos aliados no caso de agressão militar estrangeira, conforme o Artigo 5º do NATO (BBC News 2019). Mas apesar disso, o centro analítico britânico Chatham House aponta que a NATO não tem uma estratégia clara na bacia do Ártico (RKK ICDS 2019).

7 Conclusão

O Ártico do século XXI conseguiu ganhar importância internacional e chegou a fazer parte do interesse nacional de muitos países. Considerado, pelo Moscovo, como uma região de base estratégica de recursos naturais, a par com a integração da NSR no sistema de transportes nacional, o Ártico ganha cada vez maior importância no âmbito do desenvolvimento do país. Com a passagem do tempo, a implementação da Estratégia de 2013 sublinhou as prioridades e forneceu um amplo desenvolvimento das vantagens competitivas do AZRF a fim de fortalecer a posição da Rússia na região, garantir a segurança internacional, a par com a intensificação da cooperação bilateral e multilateral (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 140).

Com a investigação desenvolvida, podemos chegar à conclusão que a Rússia, pela primeira vez na sua história, poderá vir a ter a possibilidade de exercer o poder como uma potência marítima que administra um dos mais importantes (futuros) corredores transcontinentais de transporte marítimo. A maior frota de quebra-gelos de vários modelos permite uma passagem mais

rápida e segura pela NSR, rota que ainda não foi oficialmente "nacionalizada", e que consideramos difícil de se concretizar mas que, a verificar-se, tenderá a não encontrar resistência significativa devido aos elevados riscos que uma "frição" de tal natureza tenderia a suscitar. O Ártico voltou a ser militarizado, e o Kremlin para além de reequipar as antigas bases militares soviéticas na região ártica (Balão 2015, 63), criou um comando militar único que se tornou responsável por toda defesa da AZRF (Sevastyanov e Kravchuk 2017, 138). Estes fatos permitem-nos considerar que a Rússia parece determinada em procurar assegurar para si os direitos de propriedade sobre a passagem ao longo da sua costa do Ártico equacionando, nomeadamente, a definição das taxas a aplicar aos navios que a quiserem utilizar (Balão 2016, 115).

Os aspetos acima mencionados e o aumento da procura pela NSR ajudaram-nos a demonstrar que o Ártico é uma das prioridades russas onde se concentram os seus interesses económicos, políticos e militares. E concordamos com Sevastyanov e Kravchuk (2017), quando afirmam que os objetivos russos, a curto e médio prazo, consistirão na tentativa de transformar a NSR num corredor de transporte global, e que o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás com foco no projeto Yamal-LNG serão as prioridades atuais e futuras.

Assim, e lembrando as hipóteses formuladas no início deste trabalho, chegamos a conclusão que a **Hipótese 1** se confirma, visto que a presente investigação permite-nos confirmar que, apesar de ainda estar aberta apenas periodicamente, a NSR já representa uma possível alternativa às atuais rotas marítimas mais relevantes. Vários países poderão poupar com a utilização desta via marítima. Contudo, a Rússia investe muito no Ártico e pretende obter benefícios económicos com o retorno desse investimento.

A conjuntura que se tem vindo a desenvolver, bem como a governação da região, colocam desta forma em evidência uma multiplicidade de atores envolvidos, tal como o carácter global dos desafios e oportunidades que na mesma vemos emergir, e que configuram o que se designa por um Ártico Global (Heininen 2013).

Em relação à **Hipótese 2**: da análise dos documentos políticos e estratégicos utilizados nesta investigação não parecem subsistir dúvi-

das quanto às preocupações do Governo russo relativamente à garantia e salvaguarda dos interesses e da soberania nacional na região ártica. Persiste neste momento uma preocupação clara com a atração de investidores estrangeiros para o financiamento de infra-estruturas de apoio que permitam, desde logo, criar condições para transformar a NSR numa verdadeira alternativa às rotas dominantes. No entanto, e porque em Política persistem os interesses superiores dos atores, a concretizar-se este e outros objetivos estratégicos anteriormente identificados - designadamente os meios navais em particular, e militares em geral -, as condições necessárias à navegabilidade permanente e segura da NSR permitirão, igualmente, - (mantendo-se o restante constante - "ceteris paribus") -, dotar a Rússia das condições necessárias a um eventual "encerramento" da NSR aos navios estrangeiros. Deste modo, consideramos que também a hipótese 2 se confirma.

Em face da nossa **pergunta de partida**: considerando as tendências a que temos vindo assistir em sede de alterações climáticas, assim como a constante modernização da tecnologia, consideramos que num futuro próximo será possível utilizar a NSR durante os 12 meses do ano. Os objetivos da Estratégia russa concentram-se em tornar o percurso marítimo ao longo da costa siberiana mais seguro e rápido.

Durante a presidência de Putin em análise, verificou-se um aumento do nível de preocupação do Kremlin na melhoria de qualidade de vida dos povos indígenas, assim como na biodiversidade da região (Youtube 2019). A Estratégia atual inclui a preservação de várias regiões árticas, em particular aquelas que estão identificadas como particularmente atrativas para a prossecução de actividades ligadas à indústria do turismo. Do mesmo modo, também as actividades científicas susceptíveis de contribuir para a afirmação do conhecimento russo sobre a região em geral mas, sobretudo, tendo por base a recolha de dados que possibilitem a sustentação das reivindicações apresentadas junto da CNUDM para reconhecimento dos direitos à extensão da sua PC.

A par com estas medidas implementadas no domínio interno, também ao nível externo foram definidas prioridades, assim, as características da PE russa no Ártico assentam em atrair e diversifi-

car os parceiros, tal como manter as boas relações com os países interessados no desenvolvimento do Ártico, sobretudo com os EA. A participação russa nos exercícios militares junto com os outros PR no Ártico também fazem parte desta lista. Assim, da análise da PE, parece-nos seguro afirmar que a Rússia tudo fará para poder vir a nacionalizar a nova via marítima e aplicar as devidas taxas de utilização de serviços a todos quantos ali naveguem. E enquanto Putin estiver no poder, o Ártico sempre terá lugar na lista dos interesses nacionais do país, pois como afirmou Baev (2007, 6) "energy is one of those policy areas that Putin has taken under close personal control and scrutiny". Para finalizar, gostaríamos de relembrar Czarny (2015, 275) que afirmou: "what the Middle East was to the second half of the 20th century, the Arctic could be to the first half of the 21st".

Referências

- [1] Almeida, Políbio V. 2012. *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- [2] Antrim, Caitlyn L. 2010. The Next Geographical Pivot: The Russian Arctic in the Twenty-first Century. *Naval War College Review* 63(3): 15-37.
- [3] APMN) Administração da Passagem Marítima do Nordeste. 2019. Acesso em 11/03/19. http://www.nsra.ru/ru/rassmotrenie_zayavleniy/razresheniya.html?year=2018.
- [4] Arctic Council. 2019. "Working Groups". Acesso em 12/05/19. <https://arctic-council.org/index.php/en/about-us/working-groups>.
- [5] Arctic Shamrock. 2019. Acesso em 28/07/19. <http://mil.ru/files/files/arctic/Arctic.html>.
- [6] Baev, Pavel. 2007. "Russias Race for the Arctic and the New Geopolitics of the North Pole". Acesso em 26/07/2019. https://jamestown.org/wp-content/uploads/2007/10/Jamestown-BaevRussiaArctic_02.pdf.
- [7] Balão, Sandra. 2016. "Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no Século XXI: Inovação ou Recorrência?" In *Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais*, coordenado por António de Sousa Lara. Lisboa: Edições MGI.
- [8] Balão, Sandra. 2015. "O Ártico no Século XXI Geopolítica Crítica e Guerra". In *Em Caso de Guerra*, coordenado por António de Sousa Lara. Lisboa: Edições MGI.
- [9] Balão, Sandra. 2014. "Globalização, Geopolítica do mar português e o Ártico. Perspectivas para o séc. XXI". In *Geopolítica e o Mar*. Lisboa: Edições MGI.
- [10] Balão, Sandra. 2012. A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da União Europeia para o Ártico. *Debater a Europa*, 6(1), 169-270.
- [11] Baptista, Ana. 2015. O Ártico - Geopolítica e Desafios Transnacionais. *Revista Científica Academia da Força Aérea*, 50.
- [12] BBC News. 2019. Acesso em 28/07/19. <https://www.bbc.com/russian/features-46997885>.
- [13] Blank, Stephen. 2017. The Arctic and Asia in Russian Naval Strategy. *The Korean Journal of Defense Analysis* 29(4), 575-597.

- [14] Budushchee Arktiki.rf. 2019. Acesso em 03/05/19. <https://xn---8sbbmfaxaqb7dzafb4g.xn--p1ai/istoriya-issledovaniya-arktiki/>.
- [15] Chang, Gordon. 2010. "Chinas Arctic Play". Acesso em 23/08/19. <https://thediplomat.com/2010/03/chinas-arctic-play/>.
- [16] Clausonne, Guillaume M. 2007. L'Arctique comme Zone Stratégique: les Évolutions Géopolitiques et les Enjeux. *Bulletin d'Études de la Marine* (36), 77-98.
- [17] Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. 1997. Acesso em 23/08/19. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623\(01\)&from=EL](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623(01)&from=EL).
- [18] Czarny, Ryszard M. 2015. Geopolitics of the High North and its consequences. *Sloval Journal of Political Sciences* 15(2), 272-292.
- [19] Dodds, Klaus. 2015. Fish and Continental Shelves: Maritime Security, Sovereignty, and Stewardship in the Polar Region. *The Brown Journal of World Affairs* (12), 239-263.
- [20] Elektronnyy Fond. 2018. Acesso em 05/03/19. <https://xn---8sbbmfaxaqb7dzafb4g.xn--p1ai/wp-content/uploads/2015/06/0pdf>.
- [21] Enerdata. 2016. "Arctic - Energy Projects". Acesso em 11/08/19. <https://www.enerdata.net/search/node/US%20Pressure/>.
- [22] Ferrão, Eduardo. 2014. A abertura da rota do Ártico (Northern Passage). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais. *Cadernos do Instituto de Estudos Superiores Militares* 3.
- [23] Fórum Ártica. 2019. Acesso em 06/05/19. <https://forumartica.ru/404.php>.
- [24] Golts, Alexandr. 2011. The Arctic: a clash of interests or clash of ambitions. *Russia in the Arctic*, 43-62.
- [25] Government of the Russian Federation (GRF). 2013. The Strategy of Development of the Arctic zone of the Russian Federation and the National Security up to 2020. Acesso em 27/07/19. <http://www.research.kobe-u.ac.jp/gsicspcr/sympo/20160728/documents/Keynote/Russian%20Arctic%20strategy%202013.pdf>.
- [26] Ha, Yeong-Seok, e Jung Soo Seo. 2014. The Northern Sea Routes and Korea's Shipping Industry. *International Journal of e-Navigation and Maritime Economy* (3), 73-84.
- [27] Heininen, Lassi K. 2013. *The Fast-Changing Arctic: Rethinking Arctic Security for a Warmer World (Northern Lights)*. Finland: Kindle Edition.
- [28] International Expert Council on Cooperation in the Arctic (IECCA). 2013. "The development of the arctic zone of the Russian Federation". Acesso em 23/07/19. <http://www.iecca.ru/en/legislation/strategies/item/99-the-development-strategy-of-the-arctic-zone-of-the-russian-federation>.
- [29] International Seabed Authority (ISA). 2019. "United Nations Convention of the Law of the Sea". Acesso em 13/07/19. https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm.
- [30] Jakobson, Linda. 2010. "China Prepares for an Ice-free Arctic". Acesso em 05/05/19. <https://www.sipri.org/sites/default/files/files/insight/SIPRIInsight1002.pdf>.
- [31] Jiayu, Bai, e Hu Huijun. 2016. Transcending Divisions and Harmonizing Interests: How the Arctic Council Experience Can Inform Regional Cooperation on Environmental Protection in the South China Sea. *Chinese Journal of International Law* 15(4), 935-945.
- [32] Kikkert, Petter, e Whitney Lackenbauer. 2015. *Legal Appraisals of Canadas Arctic Sovereignty: Key Documents, 1905-56*. Ottawa: Centre on Foreign Policy and Federalism and Centre for Military and Strategic Studies Centre on Foreign Policy and Federalism University of Calgary.
- [33] Lamothe, Dan. 2018. "The new Arctic frontier". Acesso em 01/09/18. <https://www.washingtonpost.com/graphics/2018/world/arctic-climate-change-military-russia-china/?noredirect=on,16-5/>.
- [34] Leal, João Luís. 2014. *Geopolítica do Ártico no Século XXI*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- [35] Leal, João Luís. 2012. "O Ártico como Espaço Geopolítico". Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais: ISCTE- IUL, Lisboa.
- [36] Lee, Swong-Woo, e Ju-Mi Song. 2014. Economic Possibilities of Shipping through Northern Sea Route. *The Asia Journal of Shipping and Logistics* 30(3), 415-430.
- [37] Lukin, Y. 2015. Analysis of the Northern Sea Route activity. *Vestnik MGTU* (18), 467-475.
- [38] Mackinder, Halford J. 2008. O Pivot Geográfico da História. *Geopolítica: Revista do Centro Português de Geopolítica* (2), 233-257.
- [39] Mackinder, Halford J. 1996. *Democratic Ideals and Reality: a Study in the Politics of Reconstruction*. Washington DC: National Defence University Press.
- [40] Mackinder, Halford J. 1943. The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs* 21(4): 1942-1943.
- [41] Mackinder, Halford J. 1904. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal* 23(4), 421-437.
- [42] Matveenko, Yuri. 2017. Russia and The USA in the Arctic Region: Competition or Strategic Partnership? *PolitBook*, 64-82.
- [43] NATO Review Magazine. 2019. "The changing shape of Arctic security". Acesso em 11/07/19. <https://www.nato.int/docu/review/2019/Also-in-2019/the-changing-shape-of-arctic-security/EN/index.htm>.
- [44] Norwegian Armed Forces (NAF). 2018. "Trident Juncture 18". Acesso em 27/07/19. <https://forsvaret.no/exercise>.
- [45] Neftegaz.ru. 2019. Acesso em 10/12/19. <https://neftegaz.ru/news/transport-and-storage/194483-obemperevozok-po-smp-v-2018-g-uvelichilsya-v-2-raza/>.
- [46] NTV. 2010. Acesso em 09/08/2018. <http://www.ntv.ru/novosti/191877/#ixzz22VGLrRJu>.
- [47] Phillips, Tom, Oliver Holmes, e Owen Boscott. 2016. "Beijing Rejects Tribunals Ruling in South China Sea Case". Acesso em 13/07/18. <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippineswins-south-china-sea-case-against-china>.
- [48] Pim, J. 2008. Geopolítica, Riscos Securitários e Remilitarização no Ártico: alguns apontamentos. *Geopolítica: Revista do Centro Português de Geopolítica* 2, 75-102.
- [49] PortNews.2020. Acesso em 05/01/21. <https://portnews.ru/news/306100/>.
- [50] Popper, Karl. 2002. *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Routledge Classic.
- [51] President of Russia. 2019. Acesso em 12/07/19. <http://kremlin.ru/acts/bank/44231>.
- [52] President of Russia. 2014. Acesso em 12/07/19. <http://kremlin.ru/acts/news/20895>.
- [53] Rahman, Abdul N., Abdul H. Saharuddin, e R. Rasdi. 2014. Effect of the Northern Sea Route Opening to the Shipping Activities at Malacca Straits. *International Journal of e-Navigation and Maritime Economy* 1(4), 85-98.
- [54] Rasmussen, Anders Fogh. 2015. A Place Apart: A Peaceful Arctic No More? *Harvard International Review* 36(3), 45-48.
- [55] Ria Novosti. 2019. Acesso 12/03/19. <https://ria.ru/20190311/1551687558.html>.

- [56] Ricci, Lara. 2012. La nuova corsa all'Artico. *24ORE Business School*. Acesso em 23/07/2019. <https://st.ilssole24ore.com/art/cultura/2012-01-29/nuova-corsa-artico-081316.sht>.
- [57] RKK ICDS. 2019. "Adapting NATO to New Challenges in the Arctic and Black Sea Regions". Acesso em 15/07/19. <https://icds.ee/adapting-nato-to-new-challenges-in-the-arctic-and-black-sea-regions/>.
- [58] Rodrigue, Jean-Paul. 2013. *The Geography of Transport Systems*. Nova Iorque: Routledge.
- [59] Rosatom. 2020. Acesso em 05/01/21. <https://rosatom.ru/journalist/news/v-2020-godu-budet-ustanovlen-novyy-rekord-gruzoperevozok-po-severnomu-morskomu-puti/>.
- [60] Rosatom. 2019. Acesso em 01/04/19. <https://www.rosatom.ru/production/fleet/>.
- [61] Rothwell, Donald. 2008. The Arctic in International Affairs: Time for a New Regime? *The Brown Journal of World Affairs*. Province: Brown University 15(1), 241-253.
- [62] Sevastyanov, Sergei, e Alexey Kravchuk.. 2017. The Russian Approach to National Security in the Arctic. *The Korean Journal of Defense Analysis* 29(1), 131-149.
- [63] Serviço Geológico dos EUA (SGEU). 2019. "Energy Resources Program". Acesso em 16/03/19. <https://www.usgs.gov/energy-and-minerals/energy-resources-program>.
- [64] Silva, Carolina Sofia Nóbrega da. 2017. "A Geopolítica do Ártico e a política externa da Rússia para a região (2007-2017)". Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais: ISCSP, Lisboa.
- [65] Society of Petroleum Engineers. 2018. "Petroleum Resources Management System 2018 Update". Acesso em 05/05/19. <https://www.spe.org/en/industry/petroleum-resources-management-system-2018/>.
- [66] Suez Canal. 2018. "Suez Canal Traffic Statistic". Acesso em 10/12/18. <https://www.suezcanal.gov.eg/English/Downloads/DownloadsDocLibrary/Navigation%20Reports/Annual%20Reports%E2%80%8B%E2%80%8B%E2%80%8B/2018.pdf>.
- [67] Sun, Kai. 2013. Beyond the Dragon and the Panda: Understanding China's Engagement in the Arctic. *Asia Policy* 18(1):46-51.
- [68] Tass. 2017. Acesso em 12/03/19. <https://tass.ru/bezopasnost/3969650>.
- [69] The Arctic. 2018. Acesso em 03/02/19. <https://ru.arctic.ru/resources/>.
- [70] Transporte Marítimo. 2018. "O Código Polar". Acesso em 28/12/19. <https://transportemaritimoglobal.com/2016/11/29/o-codigo-polar-e-a-stcw-mais-certificacao-para-maritimos/>.
- [71] UNCLOS. 1994. "United Nations Convention on the Law of the Sea." Acesso em 14/1/18. https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf.
- [72] UN Environment. 2019. "Temperature rise is locked-in for the coming decades in the Arctic". Acesso em 25/06/19. https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/temperature-rise-locked-coming-decadesarctic?_ga=2.154101179.2088677027.1563618768-1408380880.1563618768.
- [73] Youtube. 2019. Acesso em 22/06/19. <https://www.youtube.com/watch?v=xrKc9VYcBDc>.
- [74] Zoltai, Alexandra. 2018. "The North Pole". Acesso em 02/10/19. <http://www.geopolitika.hu/en/2018/08/22/polar-silk-road/>.



Ecaterina Crihan was born in Moldavia, lived and studied in Portugal, and currently is working in the Czech Republic. Holds a Bachelors degree in International Relations from the University of Évora, a Masters degree in International Relations at the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP - Lisbon). Ecaterina was part of the Career Development Roundtable team (2018), participated in VI Lisbon Arctic International Conference, and several Erasmus+ projects around the World.

Social protests and government responsiveness in Nigeria: a study on Bring Back Our Girls Movement

Protestos sociais e responsabilidade do governo na Nigéria: um estudo sobre o Movimento "Bring Back Our Girls"

Aluko Opeyemi Idowu,
Ajayi Crowther University, Nigeria

Abstract—Socio-political movements in any country seek to ensure what they perceive to be equity in governance, accountability of government personnel and prevent issues that could lead to injustice and violence if left unattended. Socio-political movements exist worldwide and, thus, are not peculiar to developing countries. They are excellent tools for expressing democratic nature of a given society and a tool for contestation against undemocratic governments. This paper analyses the actions and reactions of the Bring Back Our Girls (BBOG) socio-political movement in Nigeria. The research question is to what extent has the movement been able to achieve accountability from the government in the quest of restoring the missing Chibok girls? The relative deprivation theoretical framework and political settlement analysis are employed to show the impact of the group reactions on the actions of the government. The analysis domiciles on the government of Nigeria. The paper concludes that democratic growth and development are sustained whenever citizens are able to approach the government by means of social movements and peaceful contestation.

Keywords—BBOG, Chibok Girls, Development, Relative Deprivation, Social Movements and Political Settlement Analysis.

Resumo—Os movimentos sociopolíticos em qualquer país procuram garantir o que consideram ser equidade na governança, responsabilização do governo e prevenir questões que poderiam levar à injustiça e violência se não fossem atendidas. Os movimentos sócio-políticos existem em todo o mundo e, portanto, não são peculiares aos países em desenvolvimento. São excelentes ferramentas para expressar a natureza democrática de uma determinada sociedade e uma ferramenta de contestação contra governos não democráticos. Este artigo analisa as ações e reações do movimento sócio-político Bring Back Our Girls (BBOG) na Nigéria. A questão de investigação é perceber até que ponto o movimento foi capaz de obter a responsabilização do governo no retorno das jovens Chibok desaparecidas. A análise do acordo político é utilizado para mostrar o impacto das reações de grupo nas ações do governo. A análise foca-se no governo da Nigéria. O artigo conclui que o crescimento e desenvolvimento democráticos são sustentados sempre que os cidadãos se conseguem aproximar do governo por meio de movimentos sociais e contestação pacífica.

Palavras-Chave—BBOG, Chibok Girls, Desenvolvimento, Privação relativa, Movimentos Sociais e Análise de Assentamentos Políticos.

Submitted—29-04-2020. **Accepted**—03-12-2020.



1 Introduction

DEMOCRACY in every region is unique and different in tenets and creeds of operations. The common feature of democracy is the citizens having an impact of some sort, however small in the decision-making process of the country. This political participation is mostly put forward through general election of any kind (government staged managed elections or citizens and or electorates priority election) where the political representatives are validated in office through popular votes (that is, the candidate with the majority of votes is declared elected). Furthermore, and on a negative note, the elections are usually periodical at four or more year intervals; this means that the citizens' major influence on the government to propel accountability is grossly limited to electioneering periods. The governments are, therefore, mostly at liberty to hold the citizen at ransom with bad governance saddled with low accountability as accountability satisfaction from the citizens will be demanded and determined mostly during the general elections.

In recent times, there is a new growing trend or rather a resuscitation of socio-political movements in many developed and developing countries. They are usually groups seeking to drive home some particular social and political issues and agenda so as to ensure equity in the country, accountability of government personnel and prevent issues that could lead to anarchy if left unattended (Fulu and Miedema 2016). These groups, or movements, have paved way for ensuring demands for accountability prior electioneering periods. Some of the global reckon protest landmarks are Occupy Wall Street in the United States over wealth inequality, political corruption, corporate influence of government over unemployment and job discrimination among others, Arab or barbers spring, a series of anti-government protests, uprisings, and armed rebellions that spread across much of the Arab world in the early 2010s. It began in response to oppressive regimes and a low standard of living, starting

with protests in Tunisia. It was aimed to liberate Arab from autocracy to democracy. The Israeli-Palestine 2018–2019 Gaza border protests, by the Great March of Return over the blockage of the Gaza strips, two state cohabitation agenda and United States recognising Jerusalem as Israeli capital among others. The Occupy Nigeria protest in 2011–13 was aimed at curtailing, bad governance, corruption, insecurity, ethnic chauvinism and religious bigotry among others in the political environment. The Russian protests that was named "For Fair Elections", 2011–13, Chilean student protests 2011–2013 known as the Chilean Winter or the Chilean Education Conflict were a series of student-led protests across Chile, demanding a new framework for education, South Africa Anti-apartheid protest in the early 1990s and the incessant xenophobia protest over the domination of other national against the Locales (Aluko 2019). The 2017 Resume or Resign protest in Nigeria over the Presidents spending more than 90 days abroad seeking treatment for an unspecified illness and Bring Back our Girls protest in Nigeria since 2014 over the kidnap of 214 school girls (PASGR 2020) among many others across the world.

Socio-political movements are not peculiar to developing countries alone but are just as relevant and prominently used (Marcy 2020). It is a relevant tool for expressing democratic rights and the display of political inclusiveness and active participation in the governance of the country (Pathak 2020). Many developed democratic countries, in most cases, see public protest as a medium or last resort provided that all other measures of political engagements such as open or secret dialogues, judicial resolutions, electioneering resorts, among others, usually fail beforehand (Drozd 2020). The reverse is the case in many developing countries as socio-political action such as protests are seen as the first order of dissent and political engagement with the state because the other means/platforms such as electioneering period, judicial settlement, socio-political conferences (Confab), among others, are slow, mostly staged, and managed by the incumbent government (Aluko 2020a). Therefore, protests are a key tool for socio-political inclusion and for agitation against politics of exclusion and undemocratic governments in most regions.

-
- **Aluko Opeyemi Idowu**, Lecturer in the Political Science Department of the Ajayi Crowther University, Oyo, Nigeria. E-mail: opealukoheavenprogress@gmail.com

tries of the world, the extent of political and social exclusion is high, whereby the majority of the citizens were excluded from governance either during elections by disfranchising them through electoral violence or by militarizing the state to prevent civil unrest or protest thereby making way for aristocratic governance. This, however, makes the atmosphere of leadership and the corresponding offices to become the seat and palace of 'demigods dictatorship' (Aremu and Aluko 2017). The extent of political inclusion is restricted to few people usually trusted loyalist further paving way for ethnic chauvinism and religious bigotry in appointing public representatives. This scenario, in most cases, leads to low or none accountability from the leaders or government officials and the country becomes, thus, in jeopardy of gross mismanagement, anarchy, pariah state and or failed state (Aluko 2016; Aluko and Sayuti 2016). There is, therefore, the need for the citizenry to reach out to the government with public protest as socio-political engagement tool at their disposal in order to achieve accountability, equity in the distribution and utilisation of the state largess.

This paper analyses the creed, tenet, actions and reactions of the Bring Back Our Girls (BBOG) socio-political movement in Nigeria. The actions of the government and the resultant reactions to other matter such as governance accountability probe by the citizens through socio political movements. The question this paper seeks to answer is; to what extent has the movement bring back our girls (BBOG) socio political movement in Nigeria been able to achieve accountability on the government in the quest of restoring the Boko Haram kidnapped Chibok School girls? The relative deprivation theoretical framework and political settlement analysis are employed to show the impact of the group reactions on the actions of the government. The analysis domiciles on the government of Nigeria.

2 Conceptual Clarification

2.1 Socio-political movement

Social movement reflects the notion of social change. A movement is a mixture of organisation and spontaneous reactions. Killian, Smelser and Turner (2017) perceived social movement to be

a loosely organised but such that sustain campaign in support of a social goal, such as the implementation or the prevention of a change in society's structure or values. A social movement is also a sustained, organised collective effort that focuses on some aspect of social change. They tend to persist over time more than other forms of collective behaviour.

The individual member experiences a sense of membership in an alliance of people who share his dissatisfaction with the present state of affairs and his vision of a better order. A social movement in other words is a collectivist agenda with a common goal and shared values. The behaviour inherent in social movements reflects the faith that people collectively can bring about or prevent social change if they will dedicate themselves to the pursuit of a goal. Distant sympathisers or observers may regard these goals as unrealistic, but to the members they are hopes that can be easily achieved.

One of the refined characteristics of a social movement is that it has relatively long lasting duration of activism (Drozd 2020). The activity of the membership is sustained over a period of weeks, months, or even years rather than flaring up for a few hours or a few days and then disappearing. Some social movements' lifespan may last for many decades through enlisting of hundreds of thousands of members across various cadres in the society. Some movements take place within the boundaries of a specific secondary group, such as a religious association or a local community, and may include only a few scores or a few hundred members (Turner and Smelser 2017). The actual size of a social movement is not stable or static but dynamic. It changes with the duration. The membership is not formally defined. One of the major characteristics of a social movement is the semiformal character of its structure. It lacks the fully developed, formal structure of a stable association, such as a corporation, or a political party.

There is no legal obligation required to become a member, either to conform to the movements norms or to remain a member, commitment to the movement and its values becomes one of the most essential sources of control. In 1966, cultural anthropologist David F. Aberle identified four kinds

of social movements: alternative, redemptive, reformative, and revolutionary (Levane 2017). Alternative social movements seek alternative government by trying to mobilise the citizens against the incumbent government. A reformative social movement advocates for minor changes instead of radical changes (Karaliotas and Swyngedouw 2019). For example, revolutionary movements can scale down their demands and agree to share powers with others, becoming a political party. A revolutionary movement is a specific type of social movement dedicated to carrying out revolutionary reforms and gain some control of the state (Abdullah 2020; Marcy 2020). If they do not aim for exclusive control, they are not revolutionary (Karaliotas and Swyngedouw 2019; Abdullah 2020). A redemptive social movement is radical in scope but focused on the individual (Gillan 2019).

Social movements can also be categorised based on specific features such as scope, type of change required, target audience, method of work and range of operation. Scope: A movement scope can be either reform or radical. The type of change indicates either innovative or conservative. An innovative movement wants to introduce or change norms and values while a conservative movement seeks to preserve existing norms and values. The targets audience might be a group- or society focused movement. An attempt to change the political system from a monarchy to a democracy, for example, is group focus. An individual-focused movement seeks to affect individuals. The method of work: peaceful movements utilise techniques such as nonviolent resistance and civil disobedience or, instead violence, in such a case of a violent movement seeking social change. The range of operation category might be global movements, or local movements seeking to preserve an historical building or a natural habitat.

While technology, population, environmental factors, and racial inequality can prompt social change, true social change can be attained only when members of a society organise into social movements. Wherever they occur, social movements can dramatically shape the direction of society. Even when they prove initially unsuccessful, social movements do affect public opinion. In Political Sociology, the theory relative deprivation has been used to explain why people mobilise for

change, and political settlement analysis has been proven to be a veritable tool of social movement group.

3 Theoretical framework

3.1 Relative Deprivation Theory and Political Settlement Analysis

Two theories are used to buttress the reason for socio political mass mobilization also to explain social protests and government responsiveness. The relative deprivation theory is structured to explain the reason why people organize social protest. This reason is due to perceived relative deprivation of their basic rights such as right to life, food, freedom of association among others, On the other hand, the political settlement analysis explains how such protests or agitations can be settled in a peaceful and amicable way among all the parties involved.

The Relative Deprivation Theory is adopted in this study as propounded by Dollard, Miller, Doob, Mowrer, and Sears (1939) as part of efforts to link socio-political and economic inequalities in a given society to the emergence of rebellions and insurrections while providing the basis for understanding the complexity of socio-economic and security challenges. Naturally, people feel aggrieved if they are deprived or denied fundamental rights like, right to food, health, security, political participation, wealth and dignity among others. Consequently, one could resort to any means, including the use of violence to achieve his or her goals and aspirations.

Relative Deprivation occurs where individuals or groups subjectively perceive themselves as unfairly disadvantaged over others who have similar attributes and deserving similar rewards (their reference groups) (Aluko 2017a; 2017b). Indeed, relative deprivation is more likely when the differences between the two (conflicting) groups narrow so that comparisons can be easily made than where there are caste-like differences. The discontent arising from relative deprivation has been used to explain radical politics, the rise of social movements, industrial disputes and the whole plethora of crime and deviance (Aluko 2020b).

The feelings of relative deprivation arise when desires become legitimate expectations, and those

desires are blocked by society. Social satisfaction is the opposite of relative deprivation. Relative deprivation is generally considered to be the central variable in the explanation of social movements and is used to explain the quest for social change that inspires social movements; social movements emerge from collective feelings of relative deprivation (Morrison 1971).

The usual distinction made is that religious demands for political change are a collective response to relative deprivation. For example, smuggling, kidnapping, poaching or terrorism - have a collective nature and a communal base and does not even allow for gang delinquency which is clearly a collective response. Relative deprivation theory distinguishes between egoistic deprivation and fraternal deprivation. Egoistic deprivation refers to a single individual's feeling of comparative deprivation. Fraternal deprivation, also called group deprivation, refers to the discontent arising from the status of the entire group as compared to a referent group. This is similar to the BBOG agitations for the release of the Boko Haram kidnapped Chibok girls. Fraternal deprivation may strengthen a group's collective identity (Singer 1992).

In Nigeria relative deprivation is more prominent in socio-economic inequality (Aluko 2020a; 2021). The nature of the government response to the citizens security challenges and basic amenities calls for an uprising. This is because the system gives credence to segregation among groups (ethnic, religion and political alliances) that give few individuals the economics of surplus values and self interests, personal aggrandisement and that promote monopoly for commodities which different interest groups in the society are entitled to (Aluko 2021). Security challenges in Nigeria are therefore seen as an extension of social conflicts which antagonise relations between various groups in the society. Relative Deprivation Theory argues that when expectation outstrips current achievement regardless of the absolute levels of economic consumption or the provision of political rights, frustration is regenerated (Aluko 2017b; Aremu and Aluko 2017). Therefore, the collective frustration turns to anger or violence against the object that instigates the frustration, usually the government.

By application, this theory assists us to trace the historical antecedence of Bring Back Our Girls agitations and frequent rise of individuals and groups against the Nigerian government. From the standpoint of the assumption of Relative Deprivation Theory, we argue that the abysmal failure of the Nigerian government to addressing critical challenges to development in many parts of the country may be responsible for the internal insurrection by armed militia groups against the state. Furthermore, the security challenges or threats in some parts of Nigeria particularly the Boko Haram inflicted northern region, are clear indications that government seems to have stumbled and fallen in her constitutional role of protecting lives and properties of the Nigeria people. This led to the kidnapping of about two hundred and fifty (250) Chibok school girls and the resultant persistent agitation for swift action from the government by the BBOG social-political movement.

The increasing rate of poverty among Nigerians, unemployment, per capita income is low and high rate of inflation has not been effectively addressed¹. Similarly, Nigerians are still facing challenges of low health status, poor state of infrastructures, high rate of illiteracy, low technological development, Niger delta insurgency, the revamping of Biafra secessionist agenda in the eastern Nigeria among other (Aluko 2017a; 2017b; 2017c). It is therefore expedient for a rapid response of good governance which will culminate into growth and development to take place within a short time so that the impending danger of chaos or rancour ravaged state will be avoided. The government of Nigeria, therefore, need to engage some of the prominent actors of the social movement's groups in a political settlement strategy.

3.2 Political Settlement Analysis

A political settlement analysis is a measure of engaging violent prone or any other agitating faction in the state in a peaceful and purposeful settlement. While the term "political settlement" has recently gained prominence amongst academics,

1. GNI pc (2019)= 2.030\$USD; (access on 11 november, 2020: <https://data.worldbank.org/country/NG>). Unemployment rate 2020= 7,98% (access on 11 november 2020: <https://www.statista.com/statistics/382366/unemployment-rate-in-nigeria/>) and inflation rate on 2020.

practitioners and policymakers, there is still a considerable lack of clarity of what a political settlement actually is. Some see a political settlement as an *outcome* of political negotiation, a high-level agreement that paves the way for some new legal structure (include examples of authors who abide for that definition). Others feel that political settlements are not static but continually evolving *processes*, through which the allocation of power in a given society is continually revised, as different configurations of stakeholders vied for visibility or influence in the political marketplace.

A political settlement is a legitimate process of negotiation between groups or power holders leading to power-sharing, forgiveness, reconciliation, security and peace. The term "political settlement" is increasingly popular in political economy analyses. Despite this popularity and consensus, Mushtaq (2009) offers his own specific definition. He presents a political settlement as "a combination of power and institutions that is mutually compatible and also sustainable in terms of economic and political viability" (Mushtaq 2009). He specifies that institutions and the distribution of power have to be compatible because if powerful groups are not getting a fair distribution of benefits from an institutional structure, they will strive to change it. The combination also has to be sustainable because institutions, both formal and informal, have to achieve the minimum levels of economic performance and political stability that are required for the reproduction of societies.

3.3 How political settlements are maintained

There are several different ways through which political establishment establish, consolidate, or strengthens a political settlement. The most basic is coercion. The ultimate form of coercion is to amass the capacity to use, or threaten to use, physical force. This generally means securing control of the police and military forces. In an extremely fragile situation of state collapse, an elite coalition prevails by assembling enough military power to defeat competing coalitions (Parks and Cole 2010). More generally, coercion includes actions by the ruling coalition to impose their interests on other groups, including excluded elites that might challenge it. This is similar to a govern-

ment fighting internal insurrections and terrorism extremists such as Boko Haram in Nigeria.

The second method for sustaining a political settlement is through co-optation of potential threats from powerful excluded elites. This is often done by allowing these elite groups, social movements to play a role in the political settlement, which then may be formalised.

The third method to consolidate the position of a ruling coalition, and ultimately the most important for the long-term viability of a political settlement, is through building and maintaining the legitimacy of state institutions established and shaped through the political settlement. Whaites (2008) notes that "even the most repressive states seek to stake a claim to some form of legitimacy, essentially a claim that state institutions have a moral right to continue to lead the state building process." The more widely the claim to legitimacy is accepted, the greater the prospects for stability of the political settlement.

The fourth method through which political settlements are maintained is through the actions of the international community. International actors may exert a stabilising influence through a wide range of mechanisms (Parks and Cole 2010). One obvious method is through the presence of external security forces and exerts pressure on another state to grant the desire of the people. They are able to extend or reinforce the capacity of the agitating groups or social movement and the ruling coalition to keep potential competitors in check. This might be through massive foreign assistance transfers that may also strengthen a political settlement, especially insofar as the social movement groups and the ruling coalition is able to capture most of the benefits.

4 Socio-Political Action and Movements in Nigeria

Nigeria is a vast country with many interest groups, ethno-religious groups and social diversities. Since the inception of independence in 1960, several socio-political movements that have fought the government for their fundamental rights had emerged (Aluko 2017a). A reasonable sum of such socio-political groups has failed to drive home their agitations and secure their needs

from the government. Many other social movements have short-lived, and their agenda were thwarted due to incoherent alignment and poor articulation of their agenda with the government. A few prominent socio-political actions and movements will be analysed in this section.

The various Niger delta and South East movements became more volatile primarily due to political marginalisation and underdevelopment occasioned by blatant environmental pollution and despoliation of natural ecosystem due to oil exploration activities by the federal government and Multinational Oil Corporations (MNOCs). An attempt to compel the state and MNOCs to remedy the injustices meted to the region since the discovery of crude oil in commercial quantities at Oloibiri, in 1956, led to socio-political movements and agitations, insurgency and counter-insurgency violence. Environmental Movement Organisations (EMOs) and armed non-state youth organisations emerged in a bid to counteract the continued harassment, intimidation, oppression and repression of the Niger Deltans by the Nigerian state and its collaborative partners-the MNOCs.

In other to further internationalise and alleviate the plight of the delta minorities to an equity position in both internal and international discourse the socio-political movements as EMOs emanate as peaceful association and some others later turn out to become violent due to reprisal attacks from the Nigerian state. EMOs such as MOSOP, Urhobo Youth Movement (UYOMO), Ikwerre Youth Movement (IYM), and Ijaw Youth Council (IYC) (Omotola 2009). Besides, non-state armed groups erupted violently such as the Federated Niger Delta Izon Communities (FNDIC), the Membutu Boys, the Niger Delta Vigilante (NDV), the Niger Delta Peoples Volunteer Force (ND-PVF), the Coalition for Militant Action (COMA), the Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND), and the Martyrs Brigade among other fractionated groups (Aluko 2016).

Subsidy removal coalition protest in 2012 was a nationwide social action which was short-lived but achieved some measure of positive impacts on the polity. The protest was due to the increase in the pump price of Premium Motor Spirit (PMS) from N65 to N141 (more than 100% increment)

following the removal of oil subsidy. Following years of neglect of the nations refineries, government imports refined petroleum products like kerosene, petrol and diesel. In order to keep the prices affordable, the government says it pays a subsidy, being the difference between the cost of importation and the locally regulated prices. The organised labour (spearheaded by the Nigerian Labour Congress and Trade Union Congress), and a coalition of civil society groups, opposition politicians, and professional associations all of which banded together into a Joint Action Front prosecuted a five-day nationwide protest intended to get the government to reverse the fuel subsidy removal and revert to the N65 pump price of PMS (Agbedo 2012). The protests led to the emergence of occupy Nigeria social movement (#OccupyNigeria).

Recently the Bring Back Our Girls socio-political movements erupted out due to the untamed terrorist and kidnapping actions of the Boko Haram syndicates. In April 2014, 276 Chibok Christian Community school girls of age range 15-18 years among many others kidnapped by the Boko Haram terrorist group and forced into marriage and servitude to its members. Though this was the largest single abduction carried out by this group. However, according to Amnesty International, Boko Haram has abducted approximately 2,000 girls and women. This number is likely even higher as there are no accurate figures for their activities.

5 Bring Back Our Girls and Accountability Expedition

The right to life, association, religion and education, are part of the cardinals of the fundamental human rights. Whenever any of such rights are bridged, the citizens have the right to seek for redress through all means possible and available. Part of these means include the use of protest and organised social movement such as the Bring Back Our Girls. The Bring Back Our Girls socio-political movement is very important because of some basic reasons. Firstly, it is an act of injustice to keep quite in a civilised society when there are bridges on the right to life and education (especially the girl child in sub Saharan Africa

where the level of education given to girl child is low). The act of kidnapping of the school girls by Boko Haram and the silence of the government is a case of injustice and evil that propelled the BBOG socio-political movement to be "brother's keeper" because the injustice done to one citizen is the injustice that might be replicated on the rest of the citizenry as well. Secondly, the campaign is focused more on the Nigerian government than on Boko Haram (Zenn 2014). The government has not been proactive and responsive as at when due therefore there is a need for both internal and external pressure to be mounted on the government so as to make it break its shell of nonchalance to the issues that concern the esteemed citizenry.

Thirdly, the outcry of the pioneer organisers of the Bring Back Our Girls socio-political movement has gotten other governments involved. These foreign governments are therefore offering social, cultural, political, economic and psychological resources and support to ensure that the kidnapped girls are brought back before it is too long. These also influence the host government to step up both military and intelligent resources in the quest to restore the girls and possibly quench the Boko Haram terrorist movement.

Fourthly, the action campaign as well is to sensitise the local communities in Nigeria of the grave damages done already to the immediate environments, lives and properties and the impending disasters on the future of Nigerian youths if the wave of kidnapping and terrorisms are not curbed as fast as possible. It has the dimension of socioeconomic downturn impact on the economy if the tide of the insurgent and violent wave in the country is not quenched. Also, the masses are at the receiving end because they are the most vulnerable to the impact of the scourge of the terrorist attack not the government personnel and their kit or kindreds who might not be within the shores of the country.

Fifthly, the kidnapping is not just an act of terror. From liberal feminism point of view, it is an attack on women everywhere in the world. The terrorists targeted a girls school in a region predominated by Christians because their warped brand of Islam does not allow girls to be educated. This action if proper and rapid political care is not taken, the entire Christian communities in Nigeria

and elsewhere in the world could engage in a religious war due to the sacrilege committed to their Christian fellow believers. Also women all over the world could pinch on the claim that the legitimate rights of the girl child rightfully packaged in the affirmative action had been violated and rapid response is needed against the government so as to tame the monsters of terrorism internal insurrections.

Lastly, Bring Back Our Girls is thus far a non-violent response to a violent action thereby seeking accountability from the government. Its membership cut across people of many religions because the girls are majorly Christian and a few Muslims, therefore violence option cannot be the first option (Bring Back Our Girls campaign 2015). The kidnapping of the girls have affected so many around the world because the attack was on a gender base mass scale operations. It is also purported that the girls will be facing such a cruel and gruesome future. Therefore, accountability and show of statesmanship is needed from the government so as to be able to sustain its popular mandate given to it by the esteemed electorates and the general citizens of the country.

5.1 Government response

Most of the representatives of the Nigerian government involve the use of highly emotional evaluative words, many of them depicting disdain, anger and hatred. Some of the negative evaluations were reacting to the general perception that the Nigerian government was not doing enough to rescue the girls; some campaigners attributed their ineffectiveness to indolence and incompetence (Chiluwa and Ifukor 2015). Some social critics had criticised them for being non-proactive to the Boko Harams threats. According to the *Daily Telegraph* (26 May 2014), the Nigerian military through its Chief of Defence Staff, Air Marshal Felix Badeh claimed that they had discovered where the 200 kidnapped girls were being held but would not apply force to rescue them. Moreover, the Nigerian government on 29 May 2014 banned all "bring back our girls" demonstrations at Abuja, claiming that the protests posed a security threat to citizens (see *Time.com*, 2 June 2014). They also called off the deal with Boko Haram to release

the girls in exchange for the release of imprisoned Boko Haram members (see *The Week*, 7 July 2014).

The government of Nigeria in recent times had step up the security network to curtail the menace of the Boko Haram group by using more of politico-military tactics unlike the religious-political agenda which it adopted and almost the entire North-eastern Nigeria was turned up-sided-down by the terrorist Islamic agenda aggrandisement. The military weaponry and arsenal were fortified to face the internationally supported Boko Haram arsenal. This had inflected some destabilisation among the group and the entire sect shattered to fractions which is much more penetrable. This had made the negotiation for the release of the girls to be rapid and much possible. Of resent, the military announce the capturing of about one hundred of the Chibok school girls from the terrorists. They also promised to reclaim some of the strong holds of the Sambisa forest fortress of the terrorist group. It is imperative to note that the sit out group of the BBOG socio-political movement has promised not to stop pressurising the government until the entire girls had been released without any remainder.

5.2 International patronage

The international patronages the BBOG socio-political movement has enjoyed have paved ways for the quest for accountability of lives and properties from the government of Nigeria. The South African Association of Women Graduates (SAAWG) joins other international body, IFUW, as well as all the other organisations and agencies to call on the federal government of Nigeria for the immediate release and safe return of the over 200 school girls. They further demand that the Nigerian government should take urgent steps to ensure that the girls are returned to their families unharmed and can continue their education in a safe environment.

This clarion call and support for the BBOG is sacrosanct because safe access to secondary education is indispensable to the development of communities and countries. Girls should not be faced with such brutal acts of violence and under no circumstances treated as objects for political or

sectarian purposes. It is noteworthy to emphasise that the abduction of children is a crime and illegal under international law. Nigeria ratified the Convention on the Elimination of All forms of Discrimination Against Women (CEDAW) without reservations in 1985 and is bound to incorporate its provisions in domestic legislation. It is therefore imperative on the Nigerian government to fulfil all obligations under international and national law. It will also be essential that adequate counselling is provided to the girls, their families and, indeed, their communities.

Kidnapping and abductions are criminal acts and there is an urgent need to be recognised as being exactly that. School girls cannot be used as weapons of war nor denied their human rights of freedom, of access to education and the right to reach their full potential. Bowen (2015) noted that in South Africa, there exists within various districts in rural KwaZulu-Natal the abductions of schoolgirls. It is cultural termed as "*Ukuthwala*". The cultural term used for this practice still implies a criminal act that the authorities and local police must take swift actions before it degenerates to uncontrollable mass actions of kidnapping. Such actions fall under the term harmful cultural practices in South Africa and a number of local organisations are working to ensure this aspect of gender-based violence is included in the United Nations Post-2015 Declaration (Bowen 2015).

5.3 Mass Media awareness

The mass media has also helped the group to claim some accountability from the government by exposing the extravagant life style of the government personalities at the expense of the wellbeing of the teeming populace. The military extravagant and diversion of the money meant to buy weapons, pay embattling soldiers in the warring region are exposed. Indeed, the mass media had kept the hope of the BBOG group alive and visible to all other sympathisers locally and internationally. Prominent personalities from the cream de la cream of the expanded globe had pull their weight behind the group to ensure the government of Nigeria complies with the fundamental human rights of the kidnapped girls and other who are similarly afflicted.

Several agencies joined in the online BBOG movement in their campaign and quest to achieve their aim of bringing the government to account as torching the lives of the citizenry. Such news media include international media outlets as CNN in the United States of America, BBC in Britain, CTV in China and a host of others. Individuals such as Malala Yousafzaia, a Pakistani girl aged seventeen, visited Nigeria on this first anniversary of the Chibok girls captivity among other prominent political figures that carries the hash tag BBOG during the one year sit-out campaign (Ellis 2016; Maxfield 2016). About two thousand five hundred (2500) corpus of tweets and another two thousand five hundred (2500) *Facebook* posts comprising about twenty five thousand (24,983) words in total were gathered in 2015 (Chiluwa and Ifukor 2015) from the global campaign. These show a massive followership pulled by the hash tag BBOG. This makes the government to be much more responsive in terms of brutality against the BBOG socio-political movement due to the global attention which the movement had brought on the political and security state of the government and a rethinking of peace by fulfilling the demands of the movement.

6 Impact of Bring Back Our Girls and Accountability Expedition

The BBOGs socio-political movement has caused some social psychology accountability impact in the politicking space of Nigeria. Several people in the past had been kidnapped, killed and mutilated without any government attention drawn to it. In the cases where attentions were drawn, the executives as in terms of the security agents do down play the gravity of the incidence thereby handling the matter with levity. The incidence of the Chibok girls in Bornu State Nigeria was initially regarded as a flimsy gainsaying from the press and much naysayers took to the street by saying it is a mere rumour (Maiangwa and Amao 2015). The BBOG efforts and intensity brings a social psychology dimension to the agitations on the government that the girls are also human beings who need to be catered for. The government thus so far reasoned along with the BBOG global

campaigns and intensified their efforts in restoring the girls back to the freed society.

The BBOGs socio-political movement efforts had bring about some measures of political accountability and impact advantages in the polity. It is a general norm that the government which include the executives, legislatures and some aspects of the judiciary were elected directly or indirectly through the popular mandate of the citizens of Nigeria (Aremu and Aluko 2016). Therefore, there is the need for the government to listen to the yearnings of the people and grant their request as at when due and as prompt as possible. Prior to the advent of the viral voluntary campaign of bring back our girls, the only possible time to bring the government to account is during the general or supplementary elections after a period of four years (Brents 2016; Aremu and Aluko 2016). But the government was seen to buckle up to the terms of the conveners of the BBOGs movement by activating the political settlement machinery of negotiating with the terrorists group and at the same time sensitising the polity that the situation will be solved in a record time.

The military sector of the country is also put to test and accountability podium. The Nigerian Army is noted for rapid response to security matters across the world. They have successfully at different times in conjunction with the United Nations and or African Union combined military forces to quench the fiery violent attacks against some states in Africa. The internal insurrection and external aggressions of the Boko Haram terrorist group had slightly pushed back their expansionist capabilities and tendencies. However, the BBOGs group has been able to pressurise the government and the government has in turn been able to coordinate the military and demand for accountability over the whole military budgets, weaponry and arsenal build up against internal insurrections. The military sector was able to recover all the land territories overtaken by the militants and pushed the terrorist group up north. In return, some of the kidnapped girls were freed by barrel of guns and military negotiations.

The BBOGs socio-political movement has been able to as well drive a moral accountability impact on the whole country-Nigeria and other parts of the world. The nation was sensitised

about the realities of the atrocities committed by the Boko Haram and moral sympathy were aroused for the concerned Northeast region and most especially for the over two hundred kidnapped Chibok school girls who were at the verge of writing their school examinations. A moral belonging faculty were set up by the BBOG across the world by their persistent agitations that the girls are their children, daughters, sisters, and girls, they should not be left mutilated and unattended to by the government and other well meaning people of the world. This moral and emotional weapon has made the most significant impacts in the struggle so far and also it is the most potent democratic weapon that has sustained the group for about three years of their existence.

7 Conclusion

Democratic growth, development and accountability will be sustained whenever the citizens of a country are able to engage the government on platforms as socio political movements and peaceful agitating groups other than electioneering periods. The more the citizens uses alternative measures to engage the government unlike the conventional electioneering period, the more democratic dividends they will derive and at the same time the stronger the political participation, political culture and socio-political accountability in such polity will be. Once the political participation, political culture and socio-political accountability in a democratic state get stronger, there is more tendencies to have strong state building and reduce corruption because the people can easily protest peacefully and seek for more democratic accountabilities.

The Bring Back Our Girls socio-political movement has been able to erupt out a new form of peaceful socio-political action in the country unlike the conventional militancy in the Niger delta, war of words among the Yoruba Afenifere groups, the Ndigbo in the Igbo community and the Arewa forum among the Hausa/Fulani ethno cultural groups. The religious groups also do create some unfathomable tension and polarity in the country but the BBOGs socio-political movement has been able to surpass the manifestations of gender, ethno religious and political affiliation

tendencies and disparities to front a united banner for new socio-political action in Nigeria and a template for other countries across the globe.

Although the total number of the kidnapped Chibok school girls has not been totally recovered, however, a substantial and logical outcome had been achieved by the BBOG socio-political movement. This paper revealed that the BBOGs is one of the recent and viable, non gender based, non ethnic based, religiousness-less socio-political action groups in Nigeria that uses political settlement analysis and capitalises on the relative deprivation perverse in the country to achieve it aims by regular dialogue and refusal to compromise on their popular demands on the government. The accountability expedition of the BBOGs gained prominence via the social and mass media campaigns, international patronages and frequent or everyday sit out peaceful agitations. The impacts are felt in the areas of socio psychological accountability from the government; political accountability is obtained before the conventional electioneering period. Moral accountability is also obtained from the entire citizenry of Nigeria, independent international organisations, prominent international business, social and political figures across works of life and the sympathy of the entire world is gained over Boko Haram kidnapped Chibok School girls human right violation saga.

References

- [1] Abdullah, Farhad Hassan. 2020. Revolution in Egypt: Political Movements and Mobilisation of Resources. *Insight on Africa* 12(1), 7-28.
- [2] Agbede, Chris. 2012. "Placards as a language of civil protest in Nigeria: A systemic- functional analysis of the fuel subsidy crisis." Paper presented at the *1st International Conference Chinua*.
- [3] Achebe Lecture Series. 2012. Aggression Faculty of Arts, University of Nigeria Nsukka-Nigeria, 2327 April. New Haven: Yale University Press.
- [4] Aremu, Fatai, and Aluko Opeyemi 2017. Tension in the Paradise: A Paradigm Shift in Urban Violence in Nigeria Silpakorn. *University Journal of Social Sciences, Humanities, and Arts* 17(1), 262-265.
- [5] Aremu, Fatai, and Aluko Opeyemi. 2016. Nigerias 2015 Elections: Permanent Voters Cards, Smart Card Readers and Security Challenges. *Journal of Africa Elections South Africa* 15(2), 50-68.
- [6] Bowen, Hazel 2015. "Bring Back Our Girls - wherever they are being abducted." Speech National President South African Association of Women Graduates (SAAWG) South Africa.

- [7] Brents Helen. 2016. Hashtag in girl hood:#IAMMalala, #BringBackOurGirls and Gendering Representations of Global Politics. *International Feminist Journal of Politics* 18(4).
- [8] Bring Back Our Girls Campaign. 2015. Official website at www.bbogfamily.ng (last accessed november 11, 2020)
- [9] Chilwa, Inocent, and Ifukor Prisley. 2015. War against our Children: Stance and evaluation in #BringBackOurGirls campaign discourse on Twitter and Facebook. *Discourse Society*, 130.
- [10] Dollard, John, Neal E. Miller, Leonard W. Doob, O. Mowrer, and Robert R. Sears. 1939. *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale University Press.
- [11] Drozd, Martine. 2020. "Maps and protest." In *International Encyclopedia of Human Geography*, 367-378.
- [12] Drozd, Martine. 2020. "Maps and protest." In *International Encyclopedia of Human Geography*, 367-378.
- [13] Ellis, Miriam. 2016. Cyberactivism: An assessment of the Power of Social Media Campaigns and its relationship to traditional media coverage. urlwww.commons.cu-portland.edu.
- [14] Fulu, Emma, and Miedema Stephanie. 2016. Globalisation and Changing Family Relations: Family Violence and Women Resistance in Asian Muslim Society. *Sex Role* 74, 11-12.
- [15] Gillan, Kevin. 2019. "Social movements, protest, and practices of social change." In *The Wiley Blackwell Companion to Sociology*, 301-318.
- [16] Karaliotas, Lazaros, and Erik Swyngedouw. 2019. "Exploring insurgent urban mobilizations: from urban social movements to urban political movements?." In *Handbook of Urban Geography*. Edward Elgar Publishing.
- [17] Levane, Peter. 2017. *What is a social movement?* <http://peterlevine.ws/?p=1826911/8/2017>.
- [18] Lewis M. Killian, Neil J. Smelser, and Ralph H. Turner. 2017. *Social movement*. <https://www.britannica.com/topic/social-movement> (last accessed november 11, 2020)
- [19] Maiangwa, Benjamin, and Amao Olumuyiwa. 2015. Daughters, Brides, and Supporters of the Jihad: Revisiting the Gender-Based Atrocities of Boko Haram in Nigeria. *African Renaissance* 12(2).
- [20] Marcy, Richard T. 2020. Leadership of socio-political vanguards: A review and future directions. *The Leadership Quarterly* 31(1), 101372.
- [21] Maxfield, Mary. 2016. History Retweeting itself: Imperia Feminist appropriation of "Bring Back Our Girls." *Feminist Media Studies* 16(5).
- [22] Mushtaq, Khan. 2009. *Political Settlements and the Governance of Growth-Enhancing Institutions*. https://eprints.soas.ac.uk/9968/1/Political_Settlements_internet.pdf accessed on 3/10/2020.
- [23] Omotola, Sola. 2009. Dissent and State Excesses in the Niger Delta, Nigeria. *Studies in Conflict and Terrorism* 32(2).
- [24] Opeyemi, Aluko. 2021. "Cycle of Poverty in Developing Countries." In *Handbook of Research on Institution Development for Sustainable and Inclusive Economic Growth in Africa*, edited by Osabuohien, Evans S., et al. IGI Global.
- [25] Opeyemi, Aluko. 2020a. Backdoor Politics: Permitting Informalities for Formal Development in African Democracy. *TEME Journal for Social Sciences* XLIV(1), 209-229.
- [26] Opeyemi, Aluko. 2020b. Breaking the Cycle of Corruption in Nigeria: The Myth and Reality. *Journal of Co-operative and Business Studies (JCBS)* 5(1), 115-125.
- [27] Opeyemi, Aluko. 2019. Re-Visiting Nigerias African Centre Piece Foreign Policy Debt Amidst South African Xenophobic Attacks. *Nigerian Forum: Journal of The Nigerian Institute of International Affairs (NIIA)* 40(11), 498-508.
- [28] Opeyemi, Aluko. 2017a. Urban Violence Dimension in Nigeria: Farmer and Herders Onslaught. *AGATHOS* 8(1).
- [29] Opeyemi, Aluko. 2017b. Political Economy of Crony Inequality Among Nations: A Study on Capitalism and Socialism. *Journal of Community Development Research (Humanities and Social Sciences)* 10(2).
- [30] Opeyemi, Aluko. 2016. Policing Election and Electoral Violence in Developing Democracies. *Indian Philosophical Quarterly* 37(1-4).
- [31] Opeyemi, Aluko, and Usman Sayuti. 2016. Visiting The Hippopotamus: National Integration Issues in Nigeria. *Romania Journal of Regional Science* 10(1), 67-83.
- [32] Opeyemi, Aluko. 2016. Refocusing The Focus, Metafocus And Profocus: Mopping Urban Violence in Developing Cities. *Journal of Social Science* 5(2).
- [33] Parks, Thomas, and Cole William. 2010. Political Settlements: Implications for International Development Policy and Practice. *Occasional Paper* 2.
- [34] Partnership for African Social and Governance Research (PASGR). 2020. Bring Back Our Girls - Nigeria New Forms of Social and Political Action: A Study of #Bringback-OurGirls, Nigeria <https://www.pasgr.org/what-we-do/research/research-projects/bring-back-our-girls-nigeria/>.
- [35] Pathak, Kamal. 2020. "Understanding Peasant Movements with Some Socio-Political including Assam Propera Study on Theoretical Framework." *Journal of Social Science for Policy Implications* 8(1), 5-8.
- [36] The Asia Foundation Supreme Court of Nigeria. 2017. *Rules of the Supreme Court of Nigeria* http://supremecourt.gov.ng/ActsRules/Rules_Supreme_Court
- [37] Turner, Ralph, and Smelser Neil 2020. *Social movement*. <https://www.britannica.com/topic/social-movement>. (last accessed on october 3, 2020.)
- [38] Whaites, Alan. 2008. States in Development: Understanding State-Building. *Governance and Social Development Group, Policy and Research Division*, DFID Working Paper.
- [39] Zenn, Jacob. 2014. Boko Haram: Recruitment, Financing, and Arms Trafficking in the Lake Chad Region. *Counterterrorism Centre Sentinel (CTC)*, 7(10).



Aluko Opeyemi Idowu (PhD) is a lecturer of the Political Science Department at the Ajayi Crowther University, in Oyo, Nigeria. His scholarship is on Comparative Politics with special focus on Urban Violence studies and Electoral Studies among others. He has more than eighty (80) publications in both International and National credible outlets.

EDITORIAL POLICIES

Focus and Scope

Perspectivas is an online peer reviewed journal published by CICP - Research Center in Political Science (University of Minho and University of Évora, Portugal). The journal invites submissions from established academics as well as early career researchers whose work may bring unpublished, innovative and significant theoretical, conceptual, methodological and empirical contributions to the fields of Political Science, International Relations and Public Administration and Policy.

Policy for non-original articles

As norm, the Journal does not accept for publication as originals, articles that have been published elsewhere in languages different from that of submission. However, articles published elsewhere (regardless of original language) may be exceptionally considered by the Journal, provided that the authors state clearly in the submission form that the article is not an original and prove to have permission to reproduce copyright material.

Special issues

Journal welcomes proposals for Special Issues. Proposals for organising special issues should be sent directly to info@perspectivasjournal.com

Book reviews

Book reviews may be submitted at any time. They may be up to 1000 words, and follow the journal's editorial style.

POLÍTICAS EDITORIAIS

Foco e Âmbito

A *Perspectivas* é uma revista científica de revisão anónima por pares publicada pelo CICIP - Centro de Investigação em Ciência Política (Universidade do Minho e Universidade de Évora, Portugal). A Revista convida à submissão de manuscritos por académicos já estabelecidos assim com de investigadores em início de carreira, cujo o trabalho tenha potencial para trazer contribuições teóricas, concetuais, metodológicas e empíricas não publicadas, inovadoras e significativas para as áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e Administração e Políticas Públicas.

Política para Artigos não-originais

Como é norma, a Revista não aceita para publicação como originais artigos publicados em outras publicações ou em idiomas diferentes dos da submissão original. No entanto, artigos publicados em outras publicações (independentemente do idioma original) poderão ser considerados excecionalmente pela *Perspectivas*, desde que os autores declarem claramente no formulário de submissão que o artigo não é original e comprovem ter permissão para reproduzir material protegido por direitos de autor.

Special issues

A Equipa Editorial da *Perspectivas* está disponível para aceitar propostas para Special Issues. As propostas para a organização de Special Issues deverão ser enviadas para o endereço email info@perspectivasjournal.com.

Book reviews

Book reviews poderão ser submetidas a qualquer altura. Deverão ser compostas por um máximo de 1.000 palavras e estar em conformidade com o estilo editorial da revista.

Submission Requirements

Guidelines for Submissions

Authors must submit their manuscripts online at Perspectivas' webpage. All manuscripts must be submitted in Portuguese or in English, however, manuscripts submitted in Portuguese must provide its abstract in English as well. The Journal does not provide translation services, but it may exceptionally translate abstracts at authors' request.

All articles must include an abstract not exceeding 250 words, followed by a maximum of five keywords. Articles can not exceed 8000 words in length, including footnotes, bibliographic references, tables, graphics and figures.

Book reviews do not require an abstract and must not exceed 1000 words in length.

All manuscripts should be provided in editable formats (not PDF) and must be free from jargon, biased and offensive language. Authors are responsible for ensuring that their manuscripts are in accordance to the Journal style.

Details about the author(s) and/or academic/professional affiliations must be provided only where requested during the on-line submission process as to ensure the anonymity of the submission.

Revised articles

When submitting revised articles, authors must signal directly in the text all revisions made. Authors may also send a file with a direct response to the reviewers comments, with no reference to contacts, names or institutional affiliations. This file will be sent to reviewers, hence the importance of keeping anonymity. Answers and revisions should always be as neat and detailed as possible as to avoid any misinterpretations. The revised articles and any other files should be sent to the Journal using the author's login area, and following the articles's identification provided by the Journal.

Copyright Notice

Authors must be sure that they have permission to reproduce copyright material, prior to submitting their articles to this Journal. Authors must secure permission if they have permission to reproduce figures, tables, or any extract from the text of another source. This applies to direct reproduction as well as to any derivative reproduction.

In assigning copyright, authors retain their right to use their own material elsewhere, provided that the Journal is acknowledged as the original place of publication, and the Editorial Team is notified in writing in advance.

Further information on copyright policy please visit Perspectivas' website.

Requisitos para Submissão de Manuscritos

Orientações para Submissão de Manuscritos

Os autores devem submeter os seus manuscritos online através da página da *Perspectivas* em www.perspectivasjournal.com. Todos os manuscritos devem ser submetidos em português ou em inglês, no entanto, os manuscritos submetidos em português devem também fornecer uma tradução do resumo em inglês. A Revista não fornece serviços de tradução, mas poderá excepcionalmente traduzir resumos a pedido dos autores.

Todos os artigos devem incluir um resumo com no máximo 250 palavras, seguido de um máximo de cinco palavras-chave. Os artigos não podem exceder as 8000 palavras, incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, tabelas, gráficos e figuras.

Book Reviews não requerem um resumo e não devem exceder 1000 palavras.

Todos os manuscritos devem ser submetidos em formatos editáveis (não em PDF) e devem estar livres de jargões, linguagem tendenciosa e ofensiva. Os autores são responsáveis por garantir que os seus manuscritos estão de acordo com o estilo da revista.

Detalhes sobre o/a(s) autor(e/as) e/ou afiliações académicas/profissionais devem ser fornecidos somente quando solicitados durante o processo de submissão online, a fim de garantir o anonimato do envio.

Submissão de Manuscritos Revistos

Ao submeter manuscritos revistos, os autores devem sinalizar diretamente no texto todas as revisões feitas. Os autores podem também submeter um arquivo de resposta direta aos comentários dos revisores, sem referência a contatos, nomes ou afiliações institucionais. Este arquivo será enviado aos revisores. As respostas e as revisões devem sempre ser o mais precisas e detalhadas possível, para evitar interpretações erróneas. Os artigos revistos e quaisquer outros arquivos devem ser enviados através da plataforma da Revista.

Direitos de Autor

Os autores devem certificar-se que possuem permissão para reproduzir material protegido por direitos de autor antes de submeterem os seus manuscritos a esta Revista. Os autores devem garantir que possuem permissão para reproduzir figuras, tabelas ou extratos de texto originais de outras fontes. Isto é aplicável à reprodução direta e a qualquer reprodução indireta.

Ao atribuir direitos de autor, os autores mantêm o direito de usar seu próprio material em outras publicações, desde que a Revista seja reconhecida como a publicação original e a Equipa Editorial seja notificada por escrito com antecedência.

Mais informações sobre a política de Direitos de Autor estão disponíveis no website da *Perspectivas*.

GUIDELINES FOR ETHICAL BEHAVIOUR

Perspectivas Ethics and Malpractice Statement

Perspectivas – Journal of Political Science is a double-blind peer-reviewed journal. The journal is committed to guaranteeing ethics in publication and quality of articles. Conformance to standards of ethical behavior is therefore expected from Authors, Editors, Reviewers, and the Publisher.

All parties involved in publishing an article in this journal (editors, peer reviewers, authors, and publisher) must follow appropriate guidelines for ethical behavior. Editors and reviewers must maintain objectivity and confidentiality and manage potential conflicts of interest. Authors must be honest and disclose their sources and funders. More precisely, to assure high-quality publications, public trust in scientific findings, and proper credit for ideas and results, ethical standards for publication in Perspectivas-Journal of Political Science include but are not limited to the following:

Editorial Team

The Editor-in-chief is appointed by the Scientific Committee of the Research Center in Political Science (CICP). Any concerns regarding conduct of the Editor-in-chief should be directed to the Director of CICP. Editors serve at the will of the editor-in-chief, and any concerns regarding their conduct should be directed to the editor-in-chief.

Duties of the Editors

Based on the double-blind peer review of a manuscript, the Editor-in-chief and the Editorial Team are responsible for determining which manuscripts are best suited for publication.

The Editors should evaluate manuscripts on the basis of their scientific merit, without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors.

The reviews should be supported by objective and clear arguments that help the author to improve the article. The reviewers cannot in any circumstances take advantage of privileged informations or ideas obtained through peer review for personal advantage.

Policies, Procedures and Integrity

The Editor-in-chief and the Editorial Team are guided by the policies of the journal's editorial board regarding libel, copyright infringement, and plagiarism. The Editor-in-chief will continually assess the effects of journal policies on author and reviewer behaviour, revising policies as required, encouraging responsible behaviour and discouraging misconduct.

Decisions to accept or reject a manuscript for publication are based on importance, originality, clarity, and the study's validity and relevance to the journal's Editorial Statement. *Perspectivas- Journal of Political Science* will never consider an author's race, gender, sexual orientation, religious beliefs, ethnic origin, citizenship, or political philosophy.

Identifying information will be removed from submitted manuscripts so that reviewers cannot access any information about authors, and vice versa. Reviewer comments to the editors are strictly confidential, and reviewer comments to authors will be made anonymous. The names of the reviewers will be known only to the Editor-in-chief, Editors, and Editorial staff and will remain strictly confidential to authors and other reviewers. The names of the authors will be known only to the Editor-in-chief, Editors, and Editorial staff and will remain strictly confidential to reviewers.

The Editor-in-chief, editors, and any editorial staff will not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the authors, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher.

Conflict of Interests and Errors in Published Works

To ensure accountability and transparency, the Editor-in-chief will establish systems for managing conflicts of interest for him - or herself, staff, authors, reviewers, and editorial team members.

It is the editor-in-chief's responsibility to promptly investigate accusations of errors in published work and to ensure that corrections and retractions are published in an accurate and timely manner.

Duties of Reviewers

The reviewers should respect the confidentiality of the revision process. The reviews should be supported by objective and clear arguments that help the author to improve manuscripts. The reviewers cannot in any circumstances take advantage of privileged information or ideas obtained through peer review for personal advantage.

Private information or ideas obtained through double-blind peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Manuscripts received for review must be treated as confidential documents. Information contained in a submitted manuscript must not be shown to or discussed with others without written permission of

the Editor-in-chief or Editors.

Reviews shall contain no personal criticism of authors. Reviewers should clearly express their views with supporting arguments, and reviews should be conducted objectively and constructively.

Reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. If a reviewer finds any substantial similarity or overlap between the submitted manuscript and any other published works, the Editor-in-chief or Editors must be notified promptly. Editors will refer to policies and procedures regarding plagiarism to identify and react to accusations of plagiarism.

If a reviewer discovers a conflict of interest with an assigned manuscript (resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions) the Editor-in-chief or Editors must be notified promptly to be excused from the review process.

Any reviewer who feels unqualified to review an assigned manuscript or unable to provide a prompt review should notify the Editor-in-chief or Editors to be excused from the review process.

Duties of Authors

Authors of manuscripts of original research should present an accurate account of the work performed as well as an objective discussion of its significance. Underlying data should be represented accurately in the manuscript. A manuscript should contain sufficient detail and references to permit others to replicate the work. Fraudulent or knowingly inaccurate statements constitute unethical behaviour and are unacceptable.

Peer review is the foundation of the journal publication process. By submitting a manuscript, an author agrees to be an active and responsive participant in by responding timely and appropriately to reviewer comments.

Authors may be asked to provide the raw data in connection with a manuscript for editorial review, should be prepared to provide access to such data, and should retain such data for a reasonable time after publication.

It is essential that editors and reviewers be told by the authors when any portion of a manuscript is based heavily on previous work, even if this work has been written by one or more of the authors. It is the responsibility of the author not only to cite the previous work, including his or her own, but to provide an indication of the extent to which a manuscript depends on this work. The editor-in-chief will refer to policies and procedures regarding plagiarism to identify and react to accusations of plagiarism.

Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported

work.

Inclusion of citations in a submitted manuscript with the primary purpose of increasing the number of citations to a given author's work or to articles published in a particular journal constitutes unethical behaviour.

Falsifying or fabricating numerical or experimental data or results in a submitted manuscript constitutes unethical behaviour.

Authorship must be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors.

It is the author's responsibility to promptly notify the editor-in-chief or associate editor if a significant error or inaccuracy is discovered in a published work so that the journal can retract or correct the paper as quickly as possible.

An author should not publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. If authors have used their own previously published work, or work that is currently under review, as the basis for a submitted manuscript, they are required to cite the previous work and indicate how their submitted manuscript offers novel contributions beyond those of the previous work. Submitting the same manuscript to more than one journal concurrently constitutes unethical behaviour. Redundant publications involve the inappropriate division of study outcomes into several articles. Manuscripts that are found to have been published elsewhere, to be under review elsewhere, or to have been published or submitted with undisclosed redundant data will be subject to the procedures and penalties.

Corresponding Author

The name, address, and valid email address of the corresponding author must be provided. The corresponding author is the author responsible for communicating with the journal for publication. The corresponding author is responsible for ensuring that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the manuscript and that all co-authors have seen and approved the final version of the manuscript and have agreed to its submission for publication.

Funding Sources

Funding sources for the research reported in the manuscript should be duly acknowledged. It is the responsibility of the authors to follow any publishing mandates outlined by their funding organizations.

All sources of financial support for the project or any substantive conflict of interest that might be interpreted to influence the results must be disclosed.

Sanctions

In the event of documented violations of any of these ethical guidelines, the editor-in-chief of the *Perspectivas – Journal of Political Science* (acting independently or in consultation with the *Perspectivas – Journal of Political Science* Editorial Team) may:

1. Immediately reject the infringing manuscript.
2. Immediately reject every other manuscript submitted to *Perspectivas – Journal of Political Science* by any of the authors of the infringing manuscript.
3. Prohibit all the authors from submitting new manuscripts to *Perspectivas – Journal of Political Science*, either individually or in combination with other authors of the infringing manuscript, as well as in combination with any other authors.
4. Prohibit all authors from serving on the editorial board of *Perspectivas – Journal of Political Science*.
5. In cases where the violations of the ethical guidelines are deemed particularly outrageous, *Perspectivas – Journal of Political Science* reserves the right to impose additional sanctions.

ORIENTAÇÕES PARA COMPORTAMENTO ÉTICO

Declaração de Ética e de Más-práticas da Perspectivas

Perspectivas, Journal of Political Science é uma revista científica de revisão anónima por pares. A revista Perspectivas assume o compromisso de garantir ética na publicação e qualidade dos artigos. Portanto, espera-se que os autores, editores, revisores e o editor cumpram os padrões de comportamento ético.

Todas as partes envolvidas na publicação de um artigo nesta revista (editores, revisores, autores) devem seguir as orientações de comportamento ético. Editores e revisores devem manter objetividade e confidencialidade e gerir possíveis conflitos de interesse. Os autores devem ser íntegros e divulgar as suas fontes e financiadores. Mais precisamente, para garantir publicações de alta qualidade, confiança do público nas descobertas científicas e assegurar que o devido crédito é atribuído aos titulares das ideias e resultados científicos, os padrões éticos para publicação na Perspectivas- Journal of Political Science incluem, mas não se limitam ao seguinte:

Equipa Editorial

O Editor-in-Chief é nomeado pelo Conselho Científico do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP). Quaisquer preocupações relativas à conduta do Editor-in-Chief devem ser encaminhadas ao Diretor do CICP. Os Editores seguem as indicações do Editor-in-Chief, e quaisquer preocupações relativas à conduta dos Editores devem ser direcionadas ao Editor-in-chief.

Obrigações dos Editores

Com base nas revisões anónimas por pares, o Editor-in-Chief e a Equipa Editorial são responsáveis por determinar quais os manuscritos são os mais adequados para publicação.

Os Editores devem avaliar os manuscritos com base em seu mérito científico, sem considerar raça, género, orientação sexual, crença religiosa, origem étnica, cidadania ou filosofia política dos autores.

As revisões devem ser apoiadas por argumentos objetivos e claros que apoiam o autor a melhorar o artigo. Os revisores não podem, em circunstância alguma, tirar proveito de informações ou ideias privilegiadas obtidas por meio de revisão por pares para obter vantagens pessoais.

Políticas, Procedimentos e Integridade

O Editor-in-Chief e a Equipe Editorial são orientados pelas políticas do Editorial Board da revista sobre difamação, violação de direitos de autor e plágio. O Editor-in-Chief avaliará continuamente os efeitos das políticas da revista no comportamento dos autores e revisores, revendo as políticas conforme necessário, incentivando o comportamento responsável e desencorajando a má conduta.

As decisões de aceitar ou rejeitar um manuscrito para publicação são baseadas na importância, originalidade, clareza e validade e relevância do estudo para a Revista. *textit Perspectivas- Journal of Political Science* nunca considerará a raça, gênero, orientação sexual, crenças religiosas, origem étnica, cidadania ou filosofia política de um autor.

As informações de identificação serão removidas dos manuscritos para que os revisores não tenham acesso a qualquer informação sobre os autores e vice-versa. Os comentários dos revisores aos editores são estritamente confidenciais, e os comentários dos revisores aos autores serão anônimos. Os nomes dos revisores serão conhecidos apenas pelo Editor-in-Chief, Editores e Equipe Editorial e permanecerão estritamente confidenciais para os autores e outros revisores. Os nomes dos autores serão conhecidos apenas pelo Redator, Editor-in-Chief, Editores e Equipe editorial e permanecerão estritamente confidenciais para os revisores.

O Editor-in-Chief, os Editores e a Equipe Editorial não divulgarão qualquer informação sobre um manuscrito para além dos autores, revisores, potenciais revisores, outros consultores editoriais e o redator.

Conflito de Interesses e Erros em Trabalhos Publicados

Para garantir responsabilidade e transparência, o Editor-in-Chief estabelecerá meios para gerir conflitos de interesse para o próprio, para o staff, autores, revisores e membros da Equipe Editorial.

É da responsabilidade do Editor-in-Chief investigar imediatamente as acusações de erros no trabalho publicado e garantir que as correções e retratações sejam publicadas de maneira precisa e oportuna.

Obrigações dos Revisores

Os revisores devem respeitar a confidencialidade do processo de revisão. As revisões devem ser baseadas em argumentos objetivos e claros que ajudam o autor a melhorar os manuscritos. Os revisores não podem, em circunstância alguma, tirar proveito das informações privilegiadas ou das ideias obtidas por meio da revisão por pares para obter vantagens pessoais.

Informações ou ideias particulares obtidas por meio da revisão por pares devem ser mantidas em sigilo e não usadas para vantagem pessoal. Os manuscritos recebidos para

revisão devem ser tratados como documentos confidenciais. As informações contidas num manuscrito enviado não devem ser mostradas ou discutidas com outras pessoas sem a permissão por escrito do Editor-in-Chief ou dos Editores.

As revisões não devem conter críticas pessoais aos autores. Os revisores devem expressar claramente suas opiniões com argumentos de apoio, e as revisões devem ser conduzidas de forma objetiva e construtiva.

Os revisores devem identificar trabalhos publicados relevantes que não tenham sido citados pelos autores. Se um revisor encontrar alguma semelhança ou sobreposição substancial entre o manuscrito enviado e quaisquer outros trabalhos publicados, o Editor-in-Chief ou os Editores deverão ser notificados imediatamente. Os Editores irão basear-se nas políticas e procedimentos previstos para situações de plágio para identificar e reagir às acusações de plágio.

Se um revisor descobrir um conflito de interesses num manuscrito (resultante de relações ou conexões competitivas, colaborativas ou outras com qualquer um dos autores, empresas ou instituições), deverão notificar de imediato o Editor-in-Chief ou os Editores para serem dispensados do processo de revisão.

Qualquer revisor que não se sinta qualificado para rever um manuscrito ou incapaz de fornecer uma revisão imediata deve notificar o Editor-in-Chief ou os Editores para serem dispensados do processo de revisão.

.

Obrigações dos Autores

Os autores de manuscritos de investigações originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, assim como uma discussão objetiva de seu significado. Os dados subjacentes devem ser representados com precisão no manuscrito. Um manuscrito deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou conscientemente imprecisas constituem comportamento anti-ético e são inaceitáveis.

A revisão por pares é a base do processo de publicação da revista. Ao enviar um manuscrito, o autor concorda ser um participante ativo e responsivo, respondendo oportuna e adequadamente aos comentários dos revisores.

Os autores podem ser solicitados a fornecer os dados brutos em conexão com um manuscrito para revisão editorial, devem estar preparados para fornecer acesso a esses dados e devem retê-los por um tempo razoável após a publicação.

É essencial que os Editores e revisores sejam informados pelos autores quando qualquer parte de um manuscrito se baseia fortemente em trabalhos anteriores, mesmo que este trabalho tenha sido escrito por um ou mais autores. É da responsabilidade do autor não apenas citar o trabalho anterior, incluindo o seu, mas fornecer uma indicação da extensão em que um manuscrito depende desse trabalho. O Editor-in-Chief fará

referência a políticas e procedimentos relativos ao plágio para identificar e reagir às acusações de plágio.

O reconhecimento adequado do trabalho de outros deve sempre ser atribuído. Os autores devem citar publicações que influenciaram na determinação da natureza do trabalho relatado.

A inclusão de citações num manuscrito enviado com o objetivo principal de aumentar o número de citações no trabalho de um determinado autor ou em artigos publicados numa determinada revista constitui um comportamento anti-ético.

A falsificação ou fabricação de dados ou resultados numéricos ou experimentais num manuscrito enviado constitui um comportamento anti-ético.

A autoria deve ser limitada àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, design, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser integrados como coautores. Quando existirem terceiros que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de investigação, deverão ser reconhecidos ou integrados como colaboradores.

É da responsabilidade do autor notificar imediatamente o Editor-in-Chief ou os Editores se um erro significativo ou imprecisão for descoberto num trabalho publicado, para que a revista possa retrair ou corrigir o trabalho com a maior brevidade possível.

Um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma investigação em mais de uma revista ou a publicação principal. Se os autores tiverem usado seu próprio trabalho publicado anteriormente, ou trabalho atualmente em revisão, como base para um manuscrito enviado, deverão citar o trabalho anterior e indicar como o manuscrito enviado oferece novas contribuições para além das do trabalho anterior. Submeter o mesmo manuscrito a mais de uma revista constitui simultaneamente um comportamento anti-ético. Publicações redundantes envolvem a divisão inadequada dos resultados do estudo em vários artigos. Os manuscritos que foram publicados em outros lugares, que se encontram em revisão em outros lugares ou que foram publicados ou enviados com dados redundantes não divulgados estarão sujeitos aos procedimentos e sanções.

Autor Correspondente

O nome e o endereço de email válido do autor correspondente são dados a ser fornecidos. O autor correspondente é o autor responsável pela comunicação com a revista para publicação. O autor correspondente é responsável por garantir que todos os coautores sejam incluídos no manuscrito e que todos os coautores tenham visto e aprovado a versão final do manuscrito e concordado com sua submissão para publicação.

Fontes de Financiamento

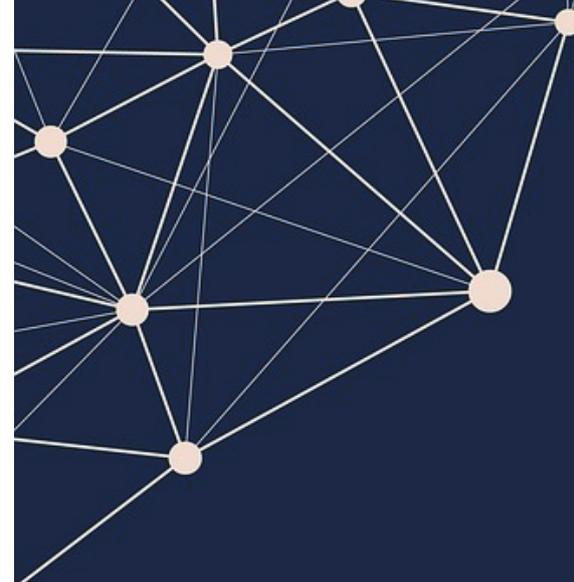
As fontes de financiamento da investigação do manuscrito devem ser devidamente reconhecidas. É da responsabilidade dos autores seguir quaisquer obrigações de publicação descritos pelas suas entidades financiadoras.

Todas as fontes de apoio financeiro ao projeto ou qualquer conflito de interesses substantivo que possa ser interpretado para influenciar os resultados devem ser divulgadas.

Sanções

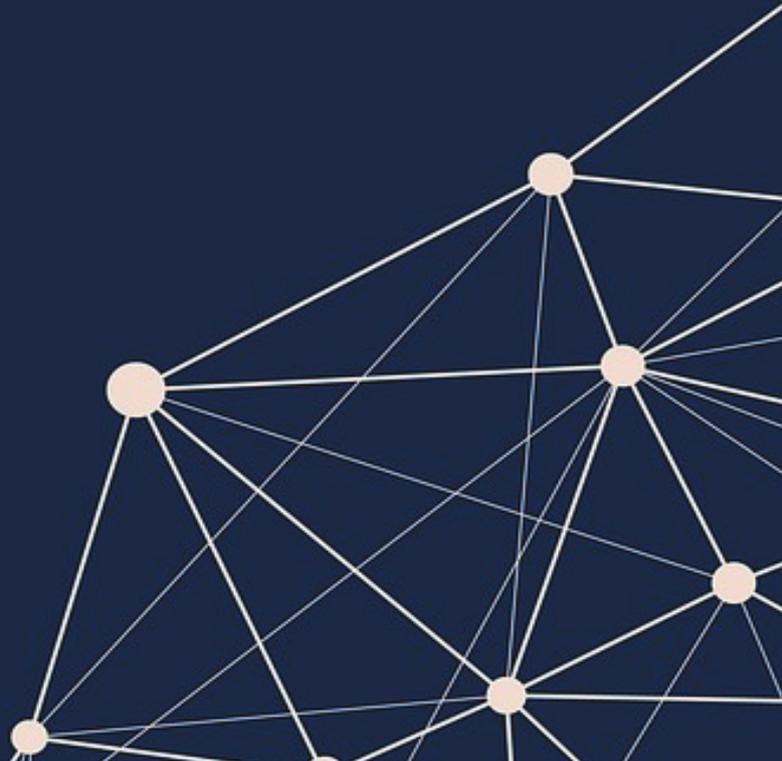
No caso de serem encontradas violações documentadas de qualquer uma das orientações éticas, o Editor-in-Chief da *Perspectivas - Journal of Political Science* (agindo de forma independente ou em conjunto com a Equipa Editorial da *Perspectivas - Journal of Political Science*) pode:

1. Rejeitar imediatamente o manuscrito infrator.
2. Rejeitar imediatamente qualquer outro manuscrito enviado à *Perspectivas - Journal of Political Science* por qualquer um dos autores do manuscrito infrator.
3. Proibir todos os autores de submeter novos manuscritos para a *Perspectivas - Journal of Political Science*, individualmente ou em combinação com outros autores do manuscrito infrator, bem como em combinação com outros autores.
4. Proibir todos os autores de fazer parte do Conselho Editorial da *Perspectivas - Journal of Political Science*.
5. Nos casos em que as violações das orientações éticas são consideradas particularmente malicioso, a *Perspectivas - Journal of Political Science* reserva o direito de impor sanções adicionais.



Perspectivas - Journal of Political Science is a peer reviewed journal edited by the Research Center in Political Science (University of Minho and University of Évora).

A Perspectivas – Journal of Political Science é uma revista com arbitragem científica editada pelo Centro de Investigação em Ciência Política (Universidade do Minho e Universidade de Évora).



CICP/Editor

